

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA**

HERBERT SCHUTZER

**GEOPOLÍTICA BRASILEIRA NA ÁFRICA SUBSAARIANA:
ASSERTIVAS COOPERATIVAS E OU CONFLITIVAS DOS GOVERNOS DE
GEISEL (1974-1979) E LULA (2003-2006).
UM ESTUDO DE GEOPOLITICA COMPARADA**

**São Paulo
2009**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAM DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

**Geopolítica brasileira na África Subsaariana:
Assertivas cooperativas e ou conflitivas dos governos de Geisel
(1974-1979) e Lula (2003-2006).
Um estudo de Geopolítica Comparada**

Herbert Schützer

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, do Departamento de Geografia da faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. André Roberto Martin

São Paulo

2009

A minha querida esposa Tina, pelo apoio incondicional. Meus queridos filhos And Luiz Eduardo e Mariana e a minha mãe pela fé.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. André Roberto Martim pela orientação, incentivo, confiança e erudição, que estimularam a realização e conclusão desse trabalho. Ressalto aqui, minha admiração por sua perspicácia e inteligência para a leitura geopolítica, sem a qual não conseguiria realizar a tarefa.

Ao Prof. Dr. Wanderlei Messias da Costa pela inestimável colaboração na orientação para a estrutura do trabalho.

Ao Prof. Dr. Leonel Itaussu de Mello pela colaboração intelectual no direcionamento do trabalho.

Ao Prof. Gentil Tadeu Gomes por sua presteza na correção gramatical do trabalho, além das longas conversas que me ajudaram na reflexão sobre o tema.

- SUMÁRIO –

Introdução	11
Capítulo I - As muitas geopolíticas na África Subsaariana	15
1.1 O cenário atual.....	15
1.2. A nova África subsaariana.....	25
1.3. Cresce a presença brasileira na África no pós-Guerra Fria.....	32
1.4. Entre o dilema da “hard power e da soft power” na região subsaariana.....	43
Capítulo II - O espaço da África Subsaariana	47
2.1. O regionalismo subsaariano.....	51
2.2 Panorama da África subsaariana.....	62
2.3. O mundo subsaariano: histórico da inserção internacional.....	73
2.4. A inserção da África Subsaariana na geopolítica internacional.....	77
2.5. Continente africano busca soluções.....	80
Capítulo III - Os paradigmas da política externa brasileira	82
3.1. O realismo e o idealismo dos primeiros anos da República.....	82
3.2. O americanismo do Estado-Novo.....	86
3.3. O novo cenário com alternâncias de paradigmas.....	88
3.4. As Ideologias da política externa.....	91
3.4.1. Os objetivos permanentes da política externa.	92
3.4.2. A política externa para a independência nacional.....	94
3.4.3. A inovação desenvolvimentista.....	95
3.4.4. A integração regional e o ingresso em foros restritos.....	96
3.4.5. A imagem internacional do Brasil.....	96
3.4.6. Avaliação do instrumento diplomático brasileiro.....	97
3.5. Perfil institucional do multilateralismo econômico brasileiro.....	98
3.6. As assertivas brasileiras num cenário multifacetado.....	101
3.7. O reconhecimento dos atores na região subsaariana.....	103
3.8. A Diplomacia institucional para a África Subsaariana.....	106
3.9. A CPLP e o IBAS.....	108
3.10. As políticas empreendidas na África Subsaariana.....	112
3.11. A política externa assertiva após 1990 para a região subsaariana.....	114

Capítulo IV - O Brasil de Geisel (1974-1979) e Lula (2003-2006) na Política externa.....	116
4.1. O período Geisel, os primeiros passos firmes na África.....	123
4.1.1. As bases da política externa encontravam-se na política interna.....	127
4.1.2. O comando da política externa.....	128
4.1.3. Os atos internacionais de Geisel.....	130
4.1.4. A análise dos atos internacionais com os países subsaarianos.....	132
4.2. O primeiro governo Lula, a escalada subsaariana.....	139
4.2.1. O Presidente Lula e a África subsaariana.....	143
4.2.2. Os atos internacionais com os países subsaarianos de Lula.....	155
4.3. A comparação das geopolíticas de Geisel e Lula.....	165
Considerações finais.....	171
Bibliografia.....	178
Anexo I.....	188
Anexo II.....	210

- MAPAS -

Mapa 01. Os oleodutos na região subsaariana.....	20
Mapa 02. Os sub-comandos do AFRICOM na África.....	23
Mapa 03. Divisão do continente Africano.....	49
Mapa 04. África do Norte e Subsaariana.....	51
Mapa 05. Regionalismo Subsaariano I.....	54
Mapa 06. Regionalismo Subsaariano II.....	55
Mapa 07. Regionalismo Subsaariano III.....	56
Mapa 08. Regionalismo Africano.....	57
Mapa 09. Regionalismo Subsaariano IV.....	58
Mapa 10. Regionalismo Subsaariano V.....	59
Mapa 11. Regionalização da região subsaariana pelo Itamaraty.....	61
Mapa12. A vertente sul-sul do Brasil.....	105
Mapa 13. Freqüência dos atos do Brasil na África subsaariana. Até1985.....	119
Mapa 14. Os acordos comerciais dos governos militares. 1964-1985.....	121
Mapa 15. Distr geogr dos atos culturais na África subsaariana.1964-1985.....	122
Mapa 16. Distr geogr dos atos de cooperação técnica na a África subsaariana. 1964-1985.....	123
Mapa 17. Influências políticas e ideológicas na região subsaariana.1978.....	126
Mapa 18. Distribuição espacial dos atos internacionais do governo Geisel.....	131
Mapa 19. Visitas à África subsaariana realizadas por Lula. 2003-2006.....	149
Mapa 20. Origem das visitas oficiais ao Brasil procedentes da região subsaariana. 2003-2005.....	150
Mapa 21. Países que celebraram atos internacionais entre 2003-2006.....	152
Mapa 22. Maiores produtores de petróleo na África subsaariana.....	154
Mapa 23. Freqüências dos atos internacionais com os países subsaarianos. 2003-2006.....	156

- TABELAS -

Tabela 01: Exportações de Petróleo da África.....	18
Tabela 02: Indicadores de crescimento em 1961-2006 da África Subsaariana.....	25
Tabela 03: Balança Comercial - <i>Brasil – África</i> -1970 a 1974.....	32
Tabela 04: Balança Comercial - <i>Brasil – África</i> - 1975 a 1984.....	33
Tabela 05: Balança Comercial - <i>Brasil – África</i> - 1985 a 1989.....	34
Tabela 06: Balança Comercial - <i>Brasil – África</i> - 1990 a 1994.....	34
Tabela 07: Balança Comercial - <i>Brasil – África</i> - 1995 a 1999.....	34
Tabela 08: Balança Comercial - <i>Brasil – África</i> - 2000 a 2004.....	35
Tabela 09: Balança Comercial - <i>Brasil – África</i> - 2005 a 2006.....	35
Tabela 10: A África subsaariana nas exportações brasileiras.....	37
Tabela 11: Comércio Subsaariano com o Brasil.....	45
Tabela 12: África do Sul: Dados Macroeconômicos.....	67
Tabela 13: Angola: Dados Macroeconômicos.....	68
Tabela 14: Nigéria: Dados Macroeconômicos.....	69
Tabela 15: Congo: Dados Macroeconômicos.....	70
Tabela 16: Quênia: Dados Macroeconômicos.....	71
Tabela 17: Aspectos econômicos da CPLP.....	111
Tabela 18: Percentual dos atos com a África Subsaariana – até 1985.....	118
Tabela 19: Mudança Estrutural das exportações brasileiras – 1965/1975.....	119
Tabela 20: Distribuição dos atos internacionais brasileiros com a África.....	151
Tabela 21: Comparação quantitativa dos atos internacionais de Lula e Geisel.....	166

- FIGURAS -

Figura 01: Participação do comércio na renda subsaariana.....	17
Figura 02: Empresas Petrolíferas na Nigéria.....	21
Figura 03: Tendências dos rendimentos subsaarianos.....	80
Figura 04: Dependência do auxílio externo na África.....	144
Figura 05: Intercâmbio comercial Brasil-Angola. 2003-2007.....	147

Resumo

As geopolíticas que sustentam as políticas externas implementadas durante os governos de Geisel e Lula – no primeiro mandato – encontram-se fundamentadas nas teorias elaboradas pelos pensadores geopolíticos como Mario Travassos, Meira Mattos e Golbery. O contexto atual do cenário subsaariano, que envolve inúmeros atores participantes das estruturas centrais do sistema mundo e de algumas potências médias, elevam a região subsaariana a uma centralidade na geopolítica atual e serve de justificativa para a contextualização histórica da região subsaariana, bem como da ação diplomática do Brasil e uma comparação das políticas externas desenvolvidas durante os governos dos dois presidentes. A busca de semelhanças ou rupturas em contextos diferenciados procura encontrar a continuidade ou descontinuidade da diplomacia para a região. De outro lado, encontrar as projeções geopolíticas para uma inserção do país nas estruturas centrais do sistema internacional, sabidamente um objetivo antigo da diplomacia brasileira.

Palavras-chave: política externa, geopolítica, subsaariana, assertivas e inserção internacional.

Abstract

The geopolitical underpinning the foreign policies implemented during the government of Lula and Geisel - in the first term - they are based on theories developed by thinkers such as geopolitical Mario Travassos, Meira Mattos and Golbery. The current context of Saharan scenario, which involves many actors participants of the central structures of the world average and some power, amounting to a central Saharan region in the current geopolitical and serves as a justification for the historical contextualization of the Saharan region and the diplomatic action of Brazil and a comparison of the policies implemented during the governments of the two presidents. The search for similarities or disruptions in different contexts is searching for the continuity or discontinuity of diplomacy for the region. In addition, find the geopolitical projections for insertion of a country in central structures of the international system, formerly known a goal of Brazilian diplomacy. Keywords: foreign policy, geopolitics, Saharan, assertions and international integration

Introdução

A política externa brasileira para a África subsaariana começou a se organizar no início dos anos 1960, a partir da Política Externa Independente (PEI), e se instalou no Itamaraty, que procurou organizar essa nova esfera da geopolítica brasileira. Sob vários pressupostos ela foi ganhando *status* de política de estado dos governos subsequentes, conforme o espaço subsaariano foi alcançando sua independência. Em dois momentos a geopolítica subsaariana alcançou maior preeminência, foi durante os governos do Presidente Geisel (1974-1979) e do Presidente Lula (2003-2006). Esse fato tornou-os diferenciados em relação aos demais governos e que justificou a escolha para compará-los. Essa escolha produziu a necessidade da explanação de diferentes dimensões da política externa brasileira, para encontrar as geopolíticas de governos e aquelas que passaram a fazer parte do Estado. Dessa forma, foi possível olhar o cenário atual da região subsaariana para mostrar sua relevância em termos geopolíticos e geoestratégicos. Também foi possível conhecer a porção subsaariana da África, com suas visões externas e internas em termos regionais, que atendem diferentes demandas e revela sua importância para o Brasil. Salientar as várias etapas por que passou a política externa desenvolvida pela diplomacia brasileira e conhecer as que estão entronizadas na instituição e aquelas geopolíticas de contexto. Por fim, elencar as geopolíticas dos dois governantes e apresentá-las em seus aspectos mais intrínsecos.

O quadro geopolítico da África subsaariana apresenta uma dimensão externa e outra interna. A ação externa na região vincula-se aos interesses de cada uma das unidades políticas no contexto do cenário internacional e da globalização que lhe sustenta. Esses interesses agrupam-se em duas esferas principais: a esfera econômica, fundamentada na capacidade da região subsaariana em fornecer matéria-prima e abastecer as economias das nações envolvidas: e a esfera política, que busca estabelecer uma na região uma área de contenção ao terrorismo através das relações bilaterais que embutem ajuda econômica. A carência da região é histórica, aprofundada pelo neocolonialismo e pelos processos de independência que surgiram na segunda metade do século XX. Esta deficiência e o

cenário mundial globalizado tornaram o espaço subsaariano a última fronteira das disputas geopolíticas das potências centrais e médias, para a inserção do subcontinente no espaço capitalista mundial.

A África subsaariana, apesar de suas características subcontinentais, é uma área de grandes proporções territoriais, limitando-se com duas bacias oceânicas, de intenso tráfego naval e geoestratégicas nas relações com a Ásia e a América do Sul, principalmente. Possui uma grande diversidade geográfica e cultural, que exige sua regionalização para a projeção das geopolíticas. A organização do espaço regional subsaariano foi construída visando aos interesses econômicos em escala interna e externa para atender as geopolíticas particulares dos países que direcionam para a região. Assim, vemos uma diversidade no regionalismo subsaariano que demonstra a importância que ela adquiriu nos últimos quarenta anos. O espaço subsaariano com todos os seus problemas, constitui-se numa área com grandes possibilidades geoeconômicas, com destaque para o seu crescimento em alguns pólos regionais. Países como a Nigéria, Angola, Congo e Quênia apresentam dados macroeconômicos atrativos para a economia mundial, com crescimento contínuo de seus PIB's e de segmentos da economia que interessam ao sistema capitalista atual, projetando a inserção na economia globalizada desse último espaço ainda não inserido. Com exceção da África do Sul, cuja economia já apresenta certo desenvolvimento há várias décadas, colocando-a no círculo dos países em desenvolvimento e de potência média mundial. Essas características econômicas da região subsaariana não podem desvalorizar outros aspectos da sua vida subsaariana, como os que abrangem a área cultural e social, as quais se encontram numa situação dramática em várias porções da região e necessitam do apoio internacional para sua superação.

As geopolíticas dos vários atores de caráter aparente, que se desenvolvem na região subsaariana, não atraíram o Brasil na perspectiva das vantagens comparativas dos outros atores do sistema mundial. A própria história da diplomacia brasileira de busca da inserção internacional, continental e mundial, segundo o contexto internacional, mostra as variações de foco por que passou ao longo do tempo. Mas procuraram sempre seguir uma linha de ação com objetivos claros, aproveitando as oportunidades de maior flexibilidade sistêmica para expandir

seu espaço de ação no cenário mundial. No caso da política externa africana, os interesses brasileiros, nos momentos liberalizantes, procuraram se pautar por sua vinculação histórica com a região subsaariana e pela linearidade diplomática que o Itamaraty sempre procurou manter, na busca de um objetivo mais amplo de projeção brasileira no sistema internacional. A contribuição da diplomacia brasileira na política externa foi inquestionável, graças ao insulamento burocrático¹ que a caracterizou ao longo de sua história e ao desinteresse político do legislativo brasileiro em se constituir num ator importante no seu planejamento e execução. A proteção do Itamaraty contra as influências externas permitiu que a diplomacia se organizasse em torno de um eixo consistente, que norteou sua atuação e que perpassou por vários governos republicanos no Brasil.

Na perspectiva da geopolítica comparada, os governos dos presidentes Geisel (1974 – 1979) e Lula – primeiro governo, de 2003 a 2006 – e suas políticas externas para a África subsaariana são analisados do ponto de vista de suas ações internacionais voltadas para as relações bilaterais, com suas conseqüentes geopolíticas e na geoestratégia subsaariana aplicadas. A partir dessas premissas pretendemos encontrar as assertivas das políticas externas, de continuidade ou de ruptura do eixo geopolítico brasileiro, como também vinculá-las ao pensamento dos geopolíticos brasileiros, como Mario Travassos, Carlos de Meira Mattos e Golbery do Couto e Silva. E, na mesma linha encontrar, a linearidade da política externa desenvolvida nos dois governos, conhecendo as particularidades dos seus processos de produção e decisório, bem como as instâncias envolvidas. Os contextos, interno e externo, em que se desenvolveram pressupõem a existência de diferenças estruturais, que são trazidas à luz da perspectiva de uma análise quantitativa e qualitativa no sentido de encontrar suas aproximações e distanciamentos, ou mesmo a ruptura geopolítica e diplomática na consecução da política externa brasileira.

Outra preocupação deste trabalho foi analisar as esferas sócio-político-econômica das geopolíticas dos dois governantes, com o intuito de observar as áreas de penetração adotadas pela diplomacia brasileira. Se a geoestratégia

¹ Conceito desenvolvido por Edson Nunes no livro “A Gramática Política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático”. 1997.

confirma os discursos dos governos ou se afasta deles, transformando em geopolítica oportunista a política externa brasileira. A tipologia diplomática de cada momento vincula-se às práticas levadas a efeitos através dos atos internacionais celebrados com os países subsaarianos.

A geopolítica que subsidiou tanto a diplomacia pragmática de Geisel, como a universalista adotada pelo Presidente Lula, constitui momentos que projetam o Brasil no cenário internacional, sem igual na história da diplomacia brasileira. Este marco geoestratégico também serve para mostrar que o Brasil constrói relações estáveis ao longo do tempo e que matura suas políticas mesmo sujeitas às influências externas.

Algumas outras variáveis observadas não foram testadas neste trabalho: como a participação do Poder Legislativo e da comunidade de relações internacionais brasileira, que acabam por ocupar um lugar periférico na política externa dos governos em questão, o que caracteriza o centralismo burocrático em que se inseriram durante os dois governos. E, de outro lado, as dificuldades que o campo coloca em virtude da impermeabilidade que estas esferas apresentam. As tentativas de captar informações substantivas foram frustradas pela dificuldade de comunicação com os atores desses dois campos.

Por fim, ao buscar a geopolítica comparada dos dois governos, procuramos elucidar um diferencial brasileiro em sua dinâmica geoestratégica e na geopolítica da sua diplomacia. A busca dessa perspectiva vincula-se à idéia de que as potências médias não podem buscar sua inserção no cenário internacional a partir dos pressupostos totais da geopolítica. A dimensão econômica e militar nesses países os impede de desenvolver, de forma plena, pressupostos como os ditados por Meira Matos e Golbery em suas teorias. Diante disso, a busca por políticas externas diferentes das desenvolvidas com os países centrais torna-se imperativo nos países intermediários, como o Brasil. Nem por isso, as teorias geopolíticas brasileiras podem ser deixadas de lado, pois outras premissas servem para subsidiar as ações externas. Assim, os dois governos estão submetidos à lógica da geopolítica, como analisamos durante o trabalho.

Capítulo I

As muitas geopolíticas na África Subsaariana

1.1 O cenário atual

Após o fim da Guerra Fria, as potências centrais e algumas potências médias, entre elas o Brasil, voltaram seus interesses para o último espaço mundial² ainda não totalmente inserido na dinâmica da globalização - a África Subsaariana com sua diversidade a ser explorada pela lógica neoliberal. Lógica essa que trás em seu bojo uma gama de práticas que seduzem as classes dominantes e médias de países que procuraram a modernização de suas sociedades, com a idéia de acesso fácil às inovações tecnológicas ao custo de uma flexibilização econômica e política em prol do capital internacional. (CARVALHO, 2002)

Na década de 1990, surgiu uma concepção política abrangente entre as grandes potências (como também na ONU) de que o engajamento delas se fazia necessário para garantir um futuro mais promissor para a África Subsaariana. Europeus e norte-americanos lançaram propostas assistencialistas para a região, no intuito de remediar a tragédia subsaariana com a canalização de recursos dos países ricos, a fim de modernizar o sistema de produção dos países mais carentes, tendo por base a criação de um sistema eficiente de produção em alguns setores primordiais da economia da região. Porém essas iniciativas, retóricas ou não, foram paulatinamente superadas pelos interesses econômicos imperialistas de um capitalismo globalizante e pelas dificuldades endógenas que a região subsaariana apresentava. (Pimentel, 2000) Na intersecção dessas duas variáveis, a região subsaariana tornou a agonizar, em virtude do recrudescimento da violência de diferentes naturezas e das epidemias que se alastraram num meio historicamente carente, provocando um enorme sofrimento da população. Os conflitos anteriores, alimentados pela Guerra Fria, continuaram devido à marginalização estratégica da

² Além da Antártica que, por força de suas condições naturais e do Tratado Antártico, continua preservada.

região no período subsequente e também devido aos paradigmas coloniais que subsistiram.

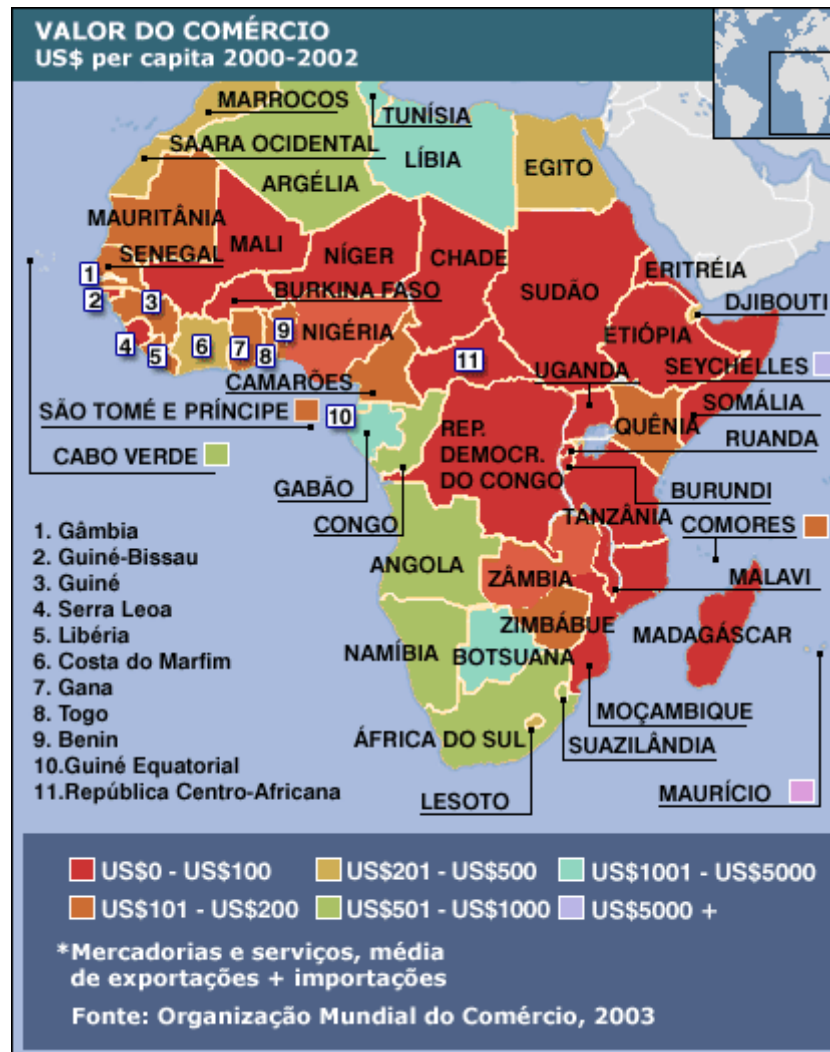
Passado esse hiato do pós-Guerra Fria, novas geopolíticas nacionais estão materializando interesses distintos, num espaço de grande diversidade e com traços colonialistas que se imbricam à nova realidade do continente, quase cinquenta anos após o processo de independência. As potências usam diferentes práticas de penetração política e econômica e se sobrepõem às políticas locais e aos interesses do principal país da região, a África do Sul. Contudo, todos enfrentam os paradoxos de uma região com uma história que penetra na antiguidade, cujos valores culturais perpassaram pelo colonialismo europeu e por suas conseqüências e são vivificados na atualidade. Soma-se a isso, por um lado, a presença dos países ocidentais e seus paradigmas, constituindo ideais de legitimação civilizacional, que entram nesse jogo geopolítico de acumulação de poder na porção subsaariana da África. Por outro, as potências orientais legitimadas por diferentes valores, mas atuando com os mesmos objetivos na busca de vantagens comparativas. (FIORI, 2007)

A partir dessas premissas, a região em questão aparece na pauta atual dos principais países em condições de ação extraterritorial, pois vem apresentado números que chamam a atenção e atiçam a cobiça das grandes empresas. Como os das importações, que em 2005 chegaram a 218,9 bilhões de dólares e em 2006 a 293,8 bilhões. O PIB da região passou de 630,8 bilhões em 2005 para 703,5 bilhões de dólares em 2007, justificando o forte interesse que a UE (União Européia) já vinha demonstrando pela região, quando do concerto produzido pelo Acordo de Cotonu, que envolve os Países e Territórios Ultramarinos e os Estados ACP (países da África, das Caraíbas e do Pacífico). Houve ainda estratégias unilaterais mais agressivas por parte de alguns países europeus, na busca das vantagens comparativas e também para não deixar a arena subsaariana a outros interessados. E, devido à morosidade para se produzir uma política no âmbito da comunidade européia, a Alemanha iniciou em 2007 seu projeto chamado de “*Ação África*”, que em 2008 vai destinar 20 milhões de euros ao continente, objetivando o desenvolvimento de parcerias em projetos e programas de intercâmbio

cultural (AG. LUFTHANSA, 2008). Enquanto isso, a Grã Bretanha se alinha à política de segurança internacional dos Estados Unidos (LIMA, 2008).

O crescimento econômico africano pode facilitar sua inserção no mercado globalizado, devido à atração que vem exercendo sobre os países centrais, os quais vão elaborando novas geopolíticas para o continente, a fim de garantir uma parcela dos rendimentos ofertados pelas novas economias da região. Principalmente as da costa ocidental, na região do Golfo de Guiné, como se observa na figura 1, a seguir:

Figura 1. Participação do comércio na renda subsaariana.



Os Estados Unidos é outro agente de valor exponencial, possuindo interesses militares e econômicos, uma vez que compreendeu sua dependência em relação às matérias-primas. Principalmente o petróleo, que já contribui com 19% do importado e deverá chegar a 25% até 2015, segundo o *National Intelligence Council* (RODRIGUES, 2007). Contudo será necessário um concerto cooperativo, devido à competição que vai se estabelecer pelo “ouro negro” africano, constituindo-se num dos aspectos geoestratégicos centrais do século XXI. Tanto que os Estados Unidos lançaram o AGOA – African Growth and Opportunity Act – demonstrando a importância estratégica do petróleo e do gás. O peso da região na produção de petróleo nas próximas décadas pode ter um valor econômico representativo, como mostra a tabela 1 a seguir:

Tabela 1 – Exportações de Petróleo da África

País/Região	Exportações Africanas de Petróleo
Europa	36%
Estados Unidos	32%
China	9%

Fonte: O Ardina na Geopolítica. 2007

No tocante à questão da segurança, imperativa para conter a movimentação dos grupos terroristas e a expansão islâmica. Levou o país a estabelecer uma estratégia de contenção, como a que foi sugerida por Kennan durante a Guerra Fria (FIORI, 2007) e que passou a ser utilizada pela Doutrina Bush. Conduziu os Estados Unidos a desenvolver um programa de assistência militar através de vários órgãos públicos e privados, como: o Acri (*African Crisis Response Initiative*); MPRI (*Military Professional Resources Inc.*), que dão suporte logístico em matéria de segurança preventiva contra o terrorismo (ABRAMOVICI, 2004), mais recentemente a criação de um comando militar para a África (US África Command - Africom) (ALMEIDA. 2007). Para os Estados Unidos, há um novo jogo geopolítico em marcha na África por parte das grandes potências, e sua política africana vem sendo desenvolvida há algum tempo, conduzindo para a construção do Africom. O. *The National Security Strategy of the United States*, em 2002, declarou que “*combater o terror global*” e garantir a segurança energética americana exige que os

Estados Unidos aumentem seus compromissos para com a África, e apela para o estabelecimento de coligações que gerem acordos de segurança regional naquele continente. O U.S. European Command, com base em Stuttgart, Alemanha - responsável pelas operações militares americanas na África Subsaariana - aumentou suas atividades na África Ocidental, centrando-se naqueles estados com produção de petróleo substancial e ou reservas no entorno do Golfo da Guiné (que se estende aproximadamente da Costa do Marfim até Angola). O Comando Europeu dos militares americanos desde algum tempo dedica 70 por cento do seu tempo a assuntos africanos; um salto em relação à atividade quase nula até 2003. (FOSTER, 2006).

Como salientou Richard Haass, presidente do Council on Foreign Relations, em seu prefácio ao relatório de 2005 do conselho *More Than Humanitarianism: A Strategic U.S. Approach Toward Africa: "No fim da década a África subsaariana provavelmente tornará-se-a tão importante como fonte de importações energéticas americanas quanto o Oriente Médio"*. A principal base militar americana permanente na África continua sendo a estabelecida em 2002 no Djibouti, no Chifre da África, dando aos Estados Unidos controle estratégico da zona marítima através da qual passa um quarto da produção mundial de petróleo. A base no Djibouti também está muito próxima do oleoduto sudanês. Ela permite aos Estados Unidos dominarem o extremo oriental da vasta faixa de petróleo que atravessa a África, e que é agora considerada vital para seus interesses estratégicos - uma extensa faixa que vai do sudoeste do Sudão, a partir do oleoduto de 1.600 km Hagleig-Porto Sudam, a leste até o oleoduto de 1.030 km, no Chade-Camarões e o Golfo da Guiné a ocidente, sendo que outros estão projetados para demandar petróleo. Dois deles em Moçambique, que vão escoar o petróleo do Malavi e da África do Sul para o Oceano Pacífico. Dessa forma, os Estados Unidos procuram construir uma estratégia de segurança para o petróleo africano nos dois oceanos. Além de uma nova operação em andamento localizada em Uganda, que dá aos Estados Unidos o potencial para dominar o Sudão meridional, onde está situada a maior parte do petróleo daquele país. (FOSTER, 2006) É inquestionável a preocupação norte-americana em garantir que as fontes energéticas africanas não sofram com ações terroristas, e a China, preocupada com os recursos naturais necessários ao seu processo industrial, vai em um sentido contrário aos seus

interesses econômicos dos países da região. Dessa forma, mobiliza o aparato militar a dar as garantias de que necessita, com o objetivo de construir uma rede político-econômica, utilizando seus comandos militares na região e próximos a ela, bem como organismos civis de fomento sócio-econômicos para planejarem sua nova geoestratégia africana. Mas que não escondem os interesses essenciais da política norte-americana, como é possível observar no mapa 1, a seguir:

Mapa 1. Os oleodutos na região subsaariana.



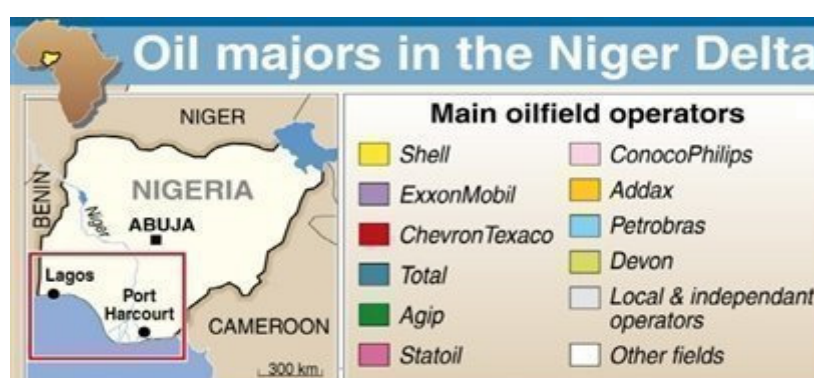
Fonte: Foster. 2006. Elaborado pelo autor. 2008.

Na África Ocidental, o Comando Europeu dos militares americanos estabeleceu locais de operações avançadas no Senegal, Mali, Gana e Gabão - assim como na Namíbia, junto à fronteira sul de Angola - o que envolveu melhorias de aeroportos, o pré-posicionamento de abastecimentos críticos e combustível, e o acesso a acordos para a instalação rápida de tropas americanas, que posteriormente seriam parte dos sub-comandos do Africom, o qual em 2003 lançou

um programa contra-terrorismo na África Ocidental. Em março de 2004 Forças Especiais dos EUA estiveram diretamente envolvidas numa operação militar com países do Sahel contra o Grupo Salafista por Pregação e Combate - na lista de organizações terroristas de Washington. O Comando Europeu dos EUA está a desenvolver um sistema de segurança costeira no Golfo da Guiné chamado *Gulf of Guinea Guard*. Também tem estado a planificar a construção de uma base naval americana em São Tomé e Príncipe, a qual o Comando Europeu deu a entender que poderia rivalizar com a base naval americana de Diego Garcia no Oceano Índico. O Pentágono está, portanto, movendo-se agressivamente para estabelecer uma presença militar no Golfo da Guiné, que lhe permitirá controlar a parte ocidental da vasta faixa petrolífera transafricana e as reservas vitais de petróleo que agora estão para ser descobertas ali. Com a Operação Flintlock, o Comando Europeu Americano conduziu exercícios no verão para a sua nova força de reação rápida do Golfo da Guiné. (FOSTER, 2006)

A preocupação dos norte-americanos aqui é o comércio; todas as grandes corporações petrolíferas americanas e ocidentais disputam o petróleo da África Ocidental e estão a exigir segurança, como destaca a figura 2, a seguir.

Figura 2. Empresas Petrolíferas na Nigéria



Fonte: www.iconocast.com/.../T0/News5

O Comando Europeu dos militares americanos, relatou o *Wall Street Journal* no número de 25 de Abril, também está trabalhando com a Câmara de Comércio dos EUA para expandir o papel das corporações americanas na África, como parte de uma "reação americana integrada". Nessa disputa econômica pelos

recursos petrolíferos da África, as antigas potências coloniais, Grã-Bretanha e França, estão competindo com os Estados Unidos. Militarmente, entretanto, elas trabalham estreitamente com os Estados Unidos para assegurar o controle imperial ocidental na região. (FOSTER, 2006)

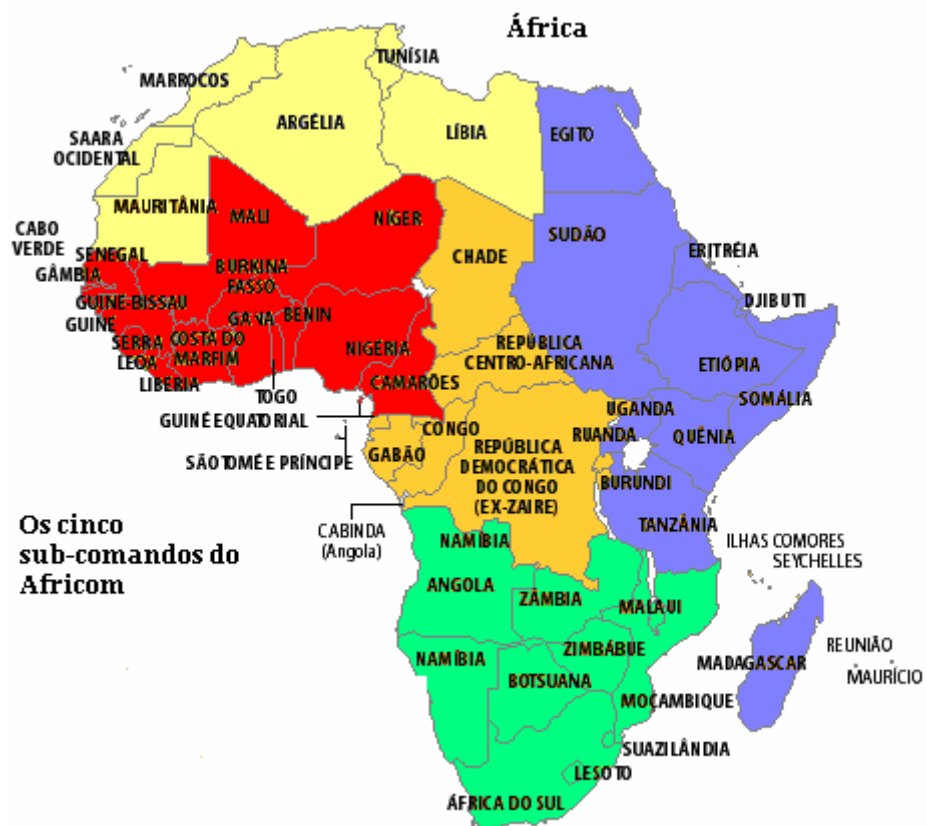
Em outubro de 2007 o Africom começou suas operações e gerou certas reações em alguns países subsaarianos, entre eles a Nigéria, que se pronunciou contrária à localização do comando na África Ocidental. A África do Sul se mostrou reticente quanto ao fato dos Estados Unidos estarem dando prioridade ao Golfo de Guiné para a segurança das rotas marítimas do Atlântico Sul.(RODRIGUES, 2007) Dessa forma, outros atores estão aderindo a esta questão, como a Grã Bretanha e a França de Sarkozy, com sua visão *gaullista* e ao mesmo tempo revolucionária. Pretendem uma ação agressiva e cooperativa na sua tradicional influência em África, que permite um reposicionamento geopolítico na direção do centro dos problemas de segurança internacional, mudando grande parte de seu aparelho militar do Gabão, Congo e Djibuti, para o Golfo Pérsico (LIMA, 2008). Mesmo assim sem capacidade de intervenção unilateral, que essa potência – a França - e outras já utilizaram em várias oportunidades, garantindo dessa forma um grau de liberdade para as demais nações, velhas e novas potências. (FIORI, 2007) De fato a reação dos países subsaarianos levou Washington a dividir o Africom em sub-comandos, para demonstrar outras preocupações do governo americano em relação a região, como afirmou Theresa Whelan, vice-secretário assistente de Defesa para Assuntos Africano, ao *The Zambian Chronicle*, em 03 de setembro de 2007,

“Algumas pessoas acreditam que criamos o AFRICOM exclusivamente para a luta contra o terrorismo ou para garantir recursos petrolíferos ou desencorajar a China. Isso não é verdade. Embora o extremismo violento é um motivo de preocupação e deve ser abordado, lutar contra esta ameaça não é a principal missão do AFRICOM...”

Ao contrário de outros comandos, o AFRICOM terá um tratamento especial no Departamento de Estado e Agências de Desenvolvimento Internacional, procurando garantir uma visão mais suave de sua política “*soft power*” na região, disse Whelan. Tal política é reforçada pela criação dos sub-comandos, a fim de que possam

atender às reivindicações da SADC³ e outros países que defendiam a impossibilidade de um único comando para as forças militares norte-americanas na África, devido às diferenças regionais existentes num grande continente, como afirmou a vice-secretária. A nova organização das forças militares pode ser observada no mapa 2, a seguir:

Mapa 2 – Os sub-comandos do AFRICOM no continente.



Fonte: The Zambian Chronicle, 2007

Outro ator de significativa importância, a China, com sua tradicional “*soft power*”, avança sobre a região com seu leque de oportunidades/interesses paralelamente a das potências grandes e médias. De maneira que possam atuar no sentido de alcançar seus objetivos de desenvolvimento e que levaram o país a canalizar recursos que são investidos nas áreas estratégicas de riquezas naturais (minerais) para garantir seu abastecimento de matérias-primas necessárias à

³ Siglas em inglês (South African Development Community).

manutenção de sua crescente economia. Essa justificativa do forte interesse chinês na região subsaariana e a existência de fontes de energia primária essenciais para seu plano de desenvolvimento, ficou mais aparente quando a Sinopec chinesa suplantou a Shell e a Total nos direitos em certos blocos no “*offshore*” angolano e são chinesas também as empresas que participam da reconstrução de grandes obras de infra-estrutura realizadas no país. (RODRIGUES, 2007) Segundo o Conselho de Inteligência Nacional dos Estados Unidos, a China deverá aumentar em 150% as suas necessidades energéticas (FIORI, 2007), o que faz da região subsaariana uma arena estratégica de sua geopolítica para com isso ter acesso ao mercado da região e, diferente das nações ocidentais, sem nada pretender em troca, ou seja, sem “*qualquer tipo de contrapartida política: sem democracia, nem respeito aos direitos humanos*”. (ALMEIDA, 2007) Soma-se a isso os números chineses na região, que se aproximaram dos 11 bilhões de dólares, em 2006, de IED’s chineses em toda a África, com 800 empresas atuando no continente. (RODRIGUES, 2007)

Não tardiamente, a outra potência oriental, o Japão, pretende destinar recursos para assistência humanitária no continente, buscando manter sua influência mundial e construir uma nova rede de relações na região, como noticiou o jornal *Japan Times*. E a Rússia, outro gigante territorial emergente, também possui sua *estratégia africana*, que pretende uma geopolítica mutuamente vantajosa. “*África é uma das direções importantes da política externa russa*”, afirmou o Ministro das Relações Exteriores Rússia, Serguei Lavrov (2008), que apóia no âmbito do G-8 a idéia de redução da dívida externa dos países subsaarianos e a necessidade de preparação dos quadros nacionais. Ainda no ano de 2008, o primeiro ministro Mikhail Fradkov visitou Angola, Namíbia e a África do Sul, celebrando importantes acordos de cooperação. No caso angolano, a Rússia procura acordos no setor energético e de minérios; em outros países possui parcerias nos setores financeiro e bancário, madeireiro, pesqueiro, minerador de diamantes, metalomecânico, de equipamentos agrícolas e de transporte, da indústria alimentar, de defesa, segurança e educação. Com isso, busca também fortalecer os laços com suas organizações regionais e sub-regionais, como afirmou o ministro Lavrov em entrevista a Agência Lusa (2008) Dessa forma, a política regional e internacional apresenta uma geopolítica nova, com seus possíveis confrontos de interesses entre

grandes potências mundiais, além das potências médias que ali também procuram constituir-se em atores desse teatro de operações.

1.2. A nova África subsaariana

Alguns indicadores servem para complementar a nova realidade de interesses na África Subsaariana e contribuem para a retomada da geopolítica dos principais atores internacionais. A tabela 2 mostra o progresso que a região apresentou entre 1963 a 2006.

Tabela 2. Evolução dos principais indicadores de crescimento de 1961 a 2006 da África Subsaariana

	1961-1973	1973-1980	1980-1990	1990-2000	2000-2006
Taxa de crescimento da população	2,6%	2,8%	3,1%	2,6%	2,3%
Taxa de crescimento do PIB	4,6%	2,7%	2,1%	2,5%	4,6%
Taxa de investimento bruto, em % do PIB	15,0%	20,8%	16,0%	16,0%	16,6%

Fonte: Banco Mundial 2001 e Banco Mundial, EIU, FMI. 2007

Como se observa, o crescimento do PIB vem apresentando uma elevada taxa de crescimento nos últimos seis anos, e o crescimento populacional vem apresentando uma redução nos últimos dezesseis anos, o que permite concluir que a região vem sendo inserida na nova lógica do neoliberalismo,

Outros fatores promovem o foco africano da atualidade. As tensões que a região subsaariana possui nas diferentes esferas da sociedade levaram o Conselho de Segurança da ONU a ocupar metade de sua reunião com problemas referentes a países subsaarianos, como o Zimbábue, a República Democrática do Congo, do Quênia, da Somália e do Sudão. (FIORI. 2007)

Além desses atores de peso do cenário mundial, outros de menor expressão, individualmente ou em grupos regionais, procuram materializar suas

geopolítica na África Subsaariana com expectativas menos abrangentes, porém que atendam ao seu estágio de desenvolvimento e ao projeto nacional e/ou regional que vislumbram para sua melhor inserção no sistema mundial. Por isso, levantar as políticas externas do Brasil, que possuem programas assertivos para a região e para fora dela, no Conselho de Segurança da ONU, por exemplo.

Como potência média (HOLBRAAD, 1989) que projeta suas geopolíticas para algumas organizações que hoje podem manter uma interface assertiva entre ambos e, também, a região subsaariana, como: o Mercosul, a NEPAD⁴, a ZOPACAS⁵, SADC, CPLP⁶ e mesmo a UA – União Africana, que é o novo desafio para superar o caráter centralizador fundamentado no Estado de sua antecessora a OUA – Organização da Unidade Africana. Além das possíveis assertivas com a União Européia, os Estados Unidos e, mais recentemente, com a China, a Índia e o Japão, que mantêm e disputam interesses estratégicos na esfera social e econômica. Todos eles procuram promover políticas próprias com viés particularista, em contrapartida aos possíveis interesses universalistas encabeçados pela ONU, estando vinculados às premissas neoliberais. (ROBERT, 2006)

A prática da integração regional, no contexto do mundo globalizado, é uma realidade cada vez mais concreta. Além disso, no mundo pós-Guerra Fria, a base teórica do liberalismo econômico torna a formação de blocos regionais um mecanismo importante de defesa e posicionamento internacional. Nesse contexto, a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) é um ator proeminente e, embora a região da África austral apresente baixos índices de desenvolvimento, sua posição é estratégica em termos geopolíticos. Se, por um lado, sua importância como ligação entre Ocidente e Oriente foi diminuída diante da abertura do Canal de Suez, fato que transformou o Mediterrâneo em um mar de trânsito, por outro lado a região adquiriu novo papel como elo entre a América do Sul, a Índia e a China, fazendo dos oceanos Atlântico e Pacífico um “*maré nostrum*”, se considerada a configuração de um eixo Sul-Sul. Não se pode ignorar também a

⁴ Le Nouveau Partenariat pour le Développement de l'Afrique

⁵ Zona de Cooperação e Paz do Atlântico Sul.

⁶ Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

relevância das riquezas minerais e dos recursos energéticos que este eixo apresenta. (WALLERSTEIN e VIEIRA, 1992)

Os ensejos que resultaram na SADC surgiram na década de 1960, com a convergência para a integração regional que ocorreu devido ao surgimento de intensos laços de solidariedade a partir de propósitos comuns e ações coletivas contra o colonialismo e o racismo. A base teórica dessa cooperação era predominantemente econômica, embora na prática, a motivação política não estivesse ausente devido às influências coloniais presentes na formação das classes políticas locais. E embora as contradições pareçam insuperáveis, inúmeras tentativas de formação das federações de países em África subsaariana foram levadas a efeito. A primeira tentativa ocorreu entre Guiné e Gana, a segunda ficou confinada aos países de língua francesa que formaram a Federação do Mali. Posteriormente, foram tentados vários agrupamentos de países para coordenar processos de organização econômica no âmbito de um “mercado comum” regional, como a SADC, que surgiu num momento de maior maturidade dos estados austrais. A partir de 1960, formou-se o Grupo de Casablanca⁷, o Grupo de Brazzaville⁸, a Organização Africana e Malgaxe de Cooperação Econômica (O.A.M.E.C. – 1961) e o Grupo de Monróvia, que reuniu 20 estados, dentre eles os que participaram de outros grupos. Essas tentativas de associação fracassaram por diversos motivos, mas permitiram a elaboração da Carta da Organização da Unidade Africana (OUA), em 1963, uma organização política. (GEORGE, 1974)

A partir da OUA diversos grupos regionais se formaram sob uma nova perspectiva, entre eles a Organização dos Estados Ribeirinhos do Senegal e os Estados Unidos da África Central, ambos em 1968. E, embora seja impossível mensurar o sucesso por eles alcançado, ficou demonstrado que essa prática associativa não é de todo estranha ao espaço subsaariano, se não desejada ou necessária para o desenvolvimento. (GEORGE, 1974) A mais promissora das associações vai surgir na região austral da África, em torno do país mais avançado, a África do Sul *pós-apartheid*.

⁷ Guiné, Mali, Gana, Marrocos, República Árabe Unida e Argélia.

⁸ Camarões, República Centro-Africana, Congo, Costa do Marfim, Daomé, Gabão, Alto Volta, Madagascar, Mauritânia, Níger, Senegal e Tchad.

A congregação política dos estados vizinhos da África do Sul era vital, uma vez que esse país projetava-se na região não como um país aliado, mas sim como exemplo da desunião da região à época da Guerra Fria e do *apartheid*. Os dirigentes da África austral perceberam, cada vez mais, a necessidade de trabalharem em conjunto, como condição indispensável à sobrevivência política e econômica, para o desenvolvimento e o progresso sociais, através da busca de áreas de interesse comum. Primeiro através da cooperação bilateral, e em seguida mediante o agrupamento dos Estados da Linha de Frente⁹, a região se converteu em um veículo para a coordenação de esforços, recursos e estratégias em apoio aos movimentos de libertação nacional, ao mesmo tempo em que resistiam às agressões do *apartheid* sul-africano. (PAGE, 1997)

Para dar início, esse grupo de países reuniu-se então em Arusha, Tanzânia, em 1979, e em Lusaka, Zâmbia, em 1980, apresentando um compromisso e um conjunto de políticas dirigidas à liberalização econômica e ao desenvolvimento integrado das economias nacionais. Na Conferência de Lusaka foi criada a Conferência para Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC). (PAGE, 1997) Essa organização foi essencial ao assentar as bases que estruturaram a integração regional na África Austral.

Em 1989, a Conferência de Chefes de Estado e Governo que se reuniu em Harare, Zimbábue, decidiu que deveria formalizar a SADCC de modo a conferir um *status* adequado de organização multilateral, substituindo o memorando de Entendimento por um Acordo, Carta ou Tratado. A Declaração e o Tratado que fundam a SADC, em substituição à SADCC, foram firmados na Conferência de Chefes de Estado e Governo, celebrada em 17 de agosto de 1992, em Windhoek, na Namíbia. No início a África do Sul não aderiu à organização, principalmente porque o regime do *apartheid*, embora prestes a ser extinto, ainda vigorava. Sendo a economia sul-africana a mais poderosa da região, os países que acordaram pelo início do tratado esperavam com grande expectativa que seu acesso à SADC servisse de catalisador ao desenvolvimento acelerado da região. (PAGE, 1997)

⁹ Angola, Botswana, Lesotho, Malawi, Moçambique, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue.

Anteriormente à entrada efetiva da África do Sul na organização, em 1994¹⁰, a SADC enfrentava dificuldades. Seu pacto de defesa mútua, em realidade, obrigava os Estados membros a participarem de custosas operações de paz conjuntas, como, na segunda metade dos anos 1990, exigia o conflito do Congo. O apaziguamento dos problemas internos à SADC, a adoção de sistemas multipartidários pela maioria dos membros e o fim do processo de transição para a democracia da África do Sul, assim como o fim do regime do *apartheid*, possibilitaram a adesão da África do Sul à SADC e a evolução da organização, apesar da percepção quase consensual sobre a necessidade da adoção um novo modelo de crescimento orientado para o desenvolvimento. (PAGE, 1997)

A estrutura da SADC apresenta diversos mecanismos interessantes de fomento à cooperação regional. Entre eles, comitês e comissões subordinados aos órgãos supremos¹¹ que funcionam, primordialmente, para a integração de setores das economias e de regiões. Cada setor está sob a coordenação de um Estado-membro. Nos comitês e comissões existem os Pontos de Contatos Nacionais, os quais formam o nível de base dentro da estrutura da SADC e são integrados por todos os ministérios nacionais com responsabilidades vinculadas aos setores da SADC. Além disso, os Pontos de Contatos Nacionais servem de vínculo entre as instituições da Comunidade, as outras agências governamentais, a comunidade empresarial e a imprensa nacional, para tudo o que se refere à SADC. Eles participam em estreita colaboração com outras unidades na formulação de políticas, estratégias e programas da organização. (WALLERSTEIN e VIEIRA, 1992)

A economia da África do Sul, assim como seus investidores, não só ajudou a região a atingir taxas de crescimento mais elevadas, mas também deu um maior peso à SADC aos olhos dos investidores internacionais. A economia internacional em crescimento também colabora para que, por exemplo, as economias da África Austral não sejam duramente atingidas pela crise profunda de um de seus membros, o Zimbábue. A crise, aliás, até mesmo colaborou com

¹⁰ Em 1994, a Namíbia também aderiu à SADC. Atualmente, são membros da Comunidade: Angola, Botswana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagascar, Malawi, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue.

¹¹ São eles, a Conferência de Chefes de Estado e Governo e o Conselho de Ministros.

algumas economias, que se aproveitaram de faixas de mercado deixadas pelo vizinho¹². A diversificação das economias da SADC é essencial, principalmente a diversificação da pauta de exportações, com a inclusão de maior valor agregado a seus produtos, para que o bloco consiga alcançar índices ainda mais altos de crescimento, que permitam o benefício social da população. (DAVIES, 1996)

A SADC, portanto, retém seu caráter pertencente ao mundo em desenvolvimento. A África do Sul, como potência média, tendo o mais significativo parque industrial da região, tornou-se o carro-chefe econômico da Comunidade, liderando novos investimentos e novos parceiros. Isto não significa que o país não possua graves problemas internos – econômicos, políticos, como o atual julgamento do ex-vice-presidente, Jacob Zuma, por corrupção e sociais, como os elevados índices de contaminação da população pelo HIV – estes fatos acabam por condicionar suas ações na esfera regional e internacional.

Os demais países também enfrentam problemas internos críticos, principalmente relacionados à estrutura de suas economias, herdeiras do processo de colonização e inserção da África na economia mundial. (DAVIES, 1996)

É importante considerar, portanto, que o sul da África é, há muito tempo, uma região em um sentido muito mais amplo que o meramente geográfico. Conforme analisaram Wallerstein e Vieira (1992), desde o século XIX o sul da África foi um “constructo social”. No período do governo colonial, forjou-se uma economia política regional específica, com estruturas, modelos de relacionamento e instituições claramente identificáveis. A África do Sul e a maioria dos demais Estados membros da SADC foram induzidos a seguir nessa política, cada um a seu próprio passo, e a participação na economia regional tornou-se fundamental para as economias internas de vários desses países. Embora nos anos 1980 essas relações tivessem sofrido inúmeras pressões devido ao regime racista sulafricano, a regionalidade fundamental do sul permaneceu intacta e surge como uma fórmula para o desenvolvimento, na era pós-apartheid, como um novo ator internacional

¹² Uma melhoria significativa da situação atual do Zimbábue, entretanto, aumentaria ainda mais as perspectivas positivas da SADC.

participante, o que se percebe através da análise, por exemplo, da criação do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS).

Dessas premissas, os interesses brasileiros e sul-africanos se aproximam devido às semelhanças que possuem em função da condição de emergentes que pleiteiam espaços mais amplos no cenário internacional. Destaque-se que Brasil e África do Sul são normalmente tomadas como potências médias, conceito que passou por várias interpretações ao longo dos últimos cinquenta anos, em virtude do panorama da dinâmica do cenário internacional e, portanto, difícil de estabelecer uma classificação específica dos países emergentes. Mas neste trabalho adotamos a concepção de países com interesses e atuações que transcendem seus espaços regionais e procuram atuar em prol dos organismos internacionais, pois apresentam algumas fraquezas que os diferenciam das potências hegemônicas. Dessa forma, buscam a proteção de organismos multiestatais a fim de viabilizar seus projetos no sistema mundial, dentro do panorama de um subsistema internacional. (HOLBRAAD, 1998) Como o da Petrobras na África, por exemplo:

Em 2005, A Petrobras adquiriu mais dois blocos no país, pagando bônus de US\$ 180 milhões para um deles, em parceria com Ask Petroleum. A Petrobras aproveitando um contexto favorável também aposta no continente africano para elevar sua produção de petróleo. Na Nigéria, vai começar a produzir 70 mil barris/dia de óleo ultraleve em 2008, nos campos de Akpo e Agbami.

Contudo, é em Angola, onde já produz 8,3 mil barris/dia, que os preços pagos em recente licitação alcançaram valores estratosféricos, com forte apetite das petroleiras. A estatal comprou 30% de uma licitação no bloco 18 junto com a Sonangol (20%), Sinopec (40%), Sonangol Falcon Oil (5%) e Grupo Gema (5%). Foi pago US\$ 1,1 bilhão pelo direito. Pelo bloco 15, com 5% de participação da Petrobras, foram pagos US\$ 900 milhões. Ao todo, seu portfólio soma seis blocos - em três deles é operadora. Isso, diz João Figueira, exigiu "redimensionamento" da equipe naquele país. A companhia tem presença ainda na Tanzânia, Guiné Equatorial, Moçambique, Líbia e Irã.

1.3. Cresce a presença brasileira na África no pós-Guerra Fria

Tanto Brasil quanto a África subsaariana estão deixando de ter em comum apenas a afinidade étnica decorrente de um legado escravagista, um enraizado amor pela música e o compartilhamento de um estado econômico instável. Neste começo de século 21, brasileiros e africanos residentes ao sul do Saara estão se tornando também importantes parceiros assertivos, em decorrência de políticas externas voltadas para a cooperação econômica.

Há alguns anos, o volume de acordos e negócios entre o Brasil e alguns países africanos – especialmente Angola e África do Sul – vem crescendo tanto que esse mercado é hoje o quarto mais importante para produtos brasileiros, principalmente industrializados. Máquinas, automóveis, artigos de informática, eletrodomésticos e alimentos enlatados compõem 80% de nossa pauta de exportações para aquele continente. (MAWAKDIYE, 2008) Mostrando que o comércio brasileiro da região apresentou um panorama evolutivo significativo, como observamos na tabela 3 a seguir:

Tabela 3

BALANÇA COMERCIAL - BRASIL – ÁFRICA - PERÍODO 1970 a 1974									
1970		1971		1972		1973		1974	
EXP.	IMP.	EXP.	IMP.	EXP.	IMP.	EXP.	IMP.	EXP.	IMP.
60.143	71.484	71.300	111.130	90.390	152.864	190.001	169.903	435.232	679.150
Bilateral	131.627	Bilateral	182.430	Bilateral	243.254	Bilateral	359.904	Bilateral	1.114.473
US\$ 1000 - FOB									

Fonte: Câmara de Comércio Afro-Brasileira -Aspectos do Comércio Exterior Brasil – África. 2008

Durante cinco anos de intercâmbio comercial ocorreu evolução paulatina, atingindo expressivo volume em 1974 devido aos esforços do governo e do empresariado brasileiro e africano, destacando-se a “1ª Missão Comercial Brasileira aos Países Africanos”, organizada pela Câmara de Comércio Afro-Brasileira, no ano de 1973. Ela percorreu 09 países, quando reuniu inúmeros empresários, dispostos a comercializar diretamente com empresas africanas,

diminuindo assim as costumeiras triangulações efetuadas pelas Tradings Europeias, que reexportavam os produtos brasileiros para o Continente Africano.

As exportações brasileiras para o mercado africano expandiram-se em 394,76% no período de 1975 a 1984, passando de US\$ 435.323 milhões para US\$ 1.718.497 milhões, com o ano de 1981 apresentando o nível mais elevado (Câmara de Comércio Afro-Brasileira. 2008). Neste primeiro momento da política externa brasileira para a África, empreendida segundo a política externa pragmática responsável do presidente Geisel. Quanto às importações brasileiras originárias da África, apresentaram comportamento irregular, principalmente em função do volume das aquisições de petróleo africano, tendo alcançado o valor recorde de US\$ 1.981.493 milhões em 1981. As importações tiveram uma expressiva evolução de 190,59%, avançando de US\$ 679.150 milhões para US\$ 1.294.452 milhões.

Tabela 4

BALANÇA COMERCIAL - BRASIL – ÁFRICA - PERÍODO 1975 a 1984									
1975		1976		1977		1978		1979	
EXP.	IMP.	EXP.	IMP.	EXP.	IMP.	EXP.	IMP.	EXP.	IMP.
395.691	510.994	383.023	456.818	282.767	364.621	635.234	484.080	650.853	435.016
Bilateral	906.685	Bilateral	839.841	Bilateral	647.388	Bilateral	1.119.314	Bilateral	1.085.869

Fonte: Câmara de Comércio Afro-Brasileira -Aspectos do Comércio Exterior Brasil – África. 2008

Em 1984, o mercado africano absorveu 6,36% das exportações totais do Brasil, posicionando-se como o quinto consumidor de produtos brasileiros no âmbito mundial. A África forneceu 9,30% das importações totais brasileiras em 1984, tendo ainda o petróleo como fator de desequilíbrio, aparecendo como quinto mercado supridor do Brasil. Mesmo assim, os resultados alcançados foram surpreendentes, atingindo-se a cifra nunca antes registrada de US\$ 3.676.850 milhões, no ano de 1984. No período de 1985 a 2006, a Balança Comercial Brasil-África, apresentou um volume de US\$ 91.994.423 bilhões, com uma média de US\$ 4.380.687 – Anual Bilateral. Observe as tabelas a seguir, da Câmara de Comércio Afro-Brasileira, que comprovam a evolução do intercâmbio comercial. Isso antevê uma ação política do governo no sentido de buscar alternativas para o desenvolvimento brasileiro, que tem na região africana uma fronteira até então não

desbravada. Nesse sentido, mais adiante, discutiremos a participação dos governos de Geisel e Lula nos desdobramentos da política externa, que colaboraram para o quadro geral vislumbrado a partir das tabelas a seguir:

Tabela 5. BALANÇA COMERCIAL - *BRASIL – ÁFRICA* - PERÍODO 1985 a 1989

1985		1986		1987		1988		1989	
EXP.	IMP.	EXP.	IMP.	EXP.	IMP.	EXP.	IMP.	EXP.	IMP.
847.102	780.432	742.894	628.917	541.778	452.910	743.949	557.295	965.867	680.252
Bilateral	1.627.534	Bilateral	1.371.811	Bilateral	994.688	Bilateral	1.301.244	Bilateral	1.646.118

Fonte: Câmara de Comércio Afro-Brasileira -Aspectos do Comércio Exterior Brasil – África. 2008

Tabela 6. BALANÇA COMERCIAL - *BRASIL – ÁFRICA* - PERÍODO 1990 a 1994

1990		1991		1992		1993		1994	
EXP.	IMP.	EXP.	IMP.	EXP.	IMP.	EXP.	IMP.	EXP.	IMP.
1.012.720	694.262	1.034.931	826.811	1.139.788	527.015	983.652	557.295	1.349.611	999.348
Bilateral	1.706.982	Bilateral	1.861.742	Bilateral	1.666.803	Bilateral	1.844.998	Bilateral	2.348.959

Fonte: Câmara de Comércio Afro-Brasileira -Aspectos do Comércio Exterior Brasil – África. 2008

Tabela 7. BALANÇA COMERCIAL - *BRASIL – ÁFRICA* - PERÍODO 1995 a 1999

1995		1996		1997		1998		1999	
EXP.	IMP.	EXP.	IMP.	EXP.	IMP.	EXP.	IMP.	EXP.	IMP.
1.585.822	1.185.310	1.527.022	1.706.873	1.519.460	2.068.684	1.690.902	1.846.413	1.336.446	2.222.163
Bilateral	2.771.132	Bilateral	3.233.895	Bilateral	3.588.144	Bilateral	3.537.315	Bilateral	3.586.609

Fonte: Câmara de Comércio Afro-Brasileira -Aspectos do Comércio Exterior Brasil – África. 2008

Tabela 8. BALANÇA COMERCIAL - *BRASIL – ÁFRICA* - PERÍODO 2000 a 2004

2000		2001		2002		2003		2004	
EXP.	IMP.	EXP.	IMP.	EXP.	IMP.	EXP.	IMP.	EXP.	IMP.
1.346.818	2.908.184	1988.425	3.325.436	2.362.317	2.686.694	2.586.572	3.083.133	4.244.927	6.172.147
Bilateral	4.255.003	Bilateral	5.313.861	Bilateral	5.049.011	Bilateral	5.669.705	Bilateral	10.417.074

Fonte: Câmara de Comércio Afro-Brasileira -Aspectos do Comércio Exterior Brasil – África. 2008

Até aqui, observa-se dois períodos de crescimento das relações econômicas entre o Brasil e o continente africano, intercalados por um período relativamente longo de certa estabilidade do comércio bilateral. Esses dois destaques de crescimento remetem as mudanças da política externa brasileira para o continente, e que serão mostradas mais adiante.

Tabela 9. BALANÇA COMERCIAL - *BRASIL – ÁFRICA* - PERÍODO 2005 a 2006

2005		2006	
EXP.	IMP.	EXP.	IMP.
5.977.269	6.667.114	7.448.582	8.088.830
Bilateral	12.644.383	Bilateral	15.537.412

Fonte: Câmara de Comércio Afro-Brasileira -Aspectos do Comércio Exterior Brasil – África. 2008

As exportações brasileiras para África, neste período recente (tabela 9), são compostas em quase sua totalidade de produtos industrializados, cuja representatividade foi no percentual de 92,27%. As importações brasileiras concentram-se, uma vez mais, nos produtos básicos, cujo percentual foi de 96,47%. O petróleo bruto foi o principal item adquirido pelo Brasil naquele mercado.

As vendas para o Brasil, por sua vez, também vêm aumentando. As enormes quantidades de petróleo nigeriano que desembarcam nos portos brasileiros crescem a cada ano e são as responsáveis pelo pequeno superávit em favor do continente africano.

No total, o volume de negócios envolvido nessa corrente de comércio saltou de US\$ 3,5 bilhões em 1997 para espantosos US\$ 15,6 bilhões em

2006, ano em que US\$ 7,4 bilhões em mercadorias saíram do Brasil para o outro lado do Atlântico. Em 2007 foi de US\$ 8,5 bilhões – valor oito vezes maior do que o do começo dos anos 1990, quando as vendas para a África não passavam de US\$ 1 bilhão, e quatro vezes o de 2001, quando as exportações somaram cerca de US\$ 2 bilhões. (MAWAKDIYE, 2008)

O mercado africano ainda é bastante carente de produtos industrializados; somente a África do Sul possuiu um parque industrial mais avançado. O país é responsável pela metade da produção industrial e por quase 25% do Produto Interno Bruto (PIB) do continente. Diz Adalberto Camargo Jr., secretário-geral da Câmara de Comércio Afro-Brasileira, sediada em São Paulo: *"Se o Brasil souber aproveitar o espaço que já conquistou e detectar novas oportunidades, poderá vir a desempenhar um papel fundamental na economia da região."* (MAWAKDIYE, 2008)

De acordo com Camargo, as novas oportunidades de negócios já vêm acontecendo em alguns países. Em 2006, Angola adquiriu de empresas brasileiras o equivalente a US\$ 836 milhões; uma elevação de 60% na comparação com 2005. Já as vendas para o Congo aumentaram 15 vezes desde 2002. Para a própria África do Sul, o crescimento das exportações foi de 205%, e para a Guiné Equatorial, somente entre 2006 e 2007, de 220%. (MAWAKDIYE, 2008) A situação das relações comerciais se mostra bem diferente do quadro histórico anterior em época recente, a partir dos governos pós-64, como observa-se na tabela 10, a seguir:

Tabela 10. A África subsaariana nas exportações brasileiras.

Participação das Exportações para a África no total Brasil	%
Governo Jânio Quadros/João Goulart	1,0
Governo Castelo Branco/Costa e Silva	1,7
Governo Médici	2,4
Governo Geisel	4,9
Governo Figueiredo	6,7
Governo Sarney	4,4
Governo Collor	2,8

Fonte: Fernando A Albuquerque Mourão. O Brasil e a África. In: Temas de Política Externa Brasileira II. Vol. 2. 1994. p.138.

Os dados mostram que os governos militares empreenderam um avanço em sua política africana, refreado pelos governos civis que os sucederam, voltando a receber, mais recentemente, maior atenção por parte das autoridades brasileiras, como observamos anteriormente.

Não são apenas as indústrias que estão marcando presença econômica no mercado de consumo africano. Mal servida de infra-estrutura, as redes de cidades são ainda muito frágeis. A África subsaariana, em virtude disso, tem se tornado um paraíso para as construtoras brasileiras – como Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa e Odebrecht - que atuam na construção da infra-estrutura. Na verdade estão presentes na região desde o começo dos anos 1970 (MAWAKDIYE, 2008), quando eram uma espécie de ponta-de-lança econômica da diplomacia pragmática do regime militar, abandonada depois pelos governos civis e que retornou no primeiro governo Lula. Nos últimos anos, essas empresas expandiram de maneira significativa suas operações no continente.

Angola, por exemplo, já representa para a Odebrecht um faturamento anual de US\$ 900 milhões, advindos de setores como estradas, portos, diamantes e mercado imobiliário. A empresa ergueu o primeiro *shopping center* do país, localizado na capital, Luanda. Já a Camargo Corrêa vai construir a maior usina hidrelétrica do continente, para abastecer a África do Sul, e está igualmente bem

instalada em Angola e Moçambique. A construtora prepara-se agora para operar na Namíbia, no Zimbábue e em Botswana, e deverá destinar US\$ 60 milhões nos próximos dois anos à consolidação dos vários mercados em que atua. Por sua vez, a Andrade Gutierrez está presente em países como Angola, Guiné Equatorial e Camarões, e pretende estender as atividades à República do Congo. Desde 2004, a empresa já investiu US\$ 52 milhões na região. (MAWAKDIYE, 2008)

A mineração e o petróleo são outras duas áreas hoje com forte presença brasileira. Especializada na exploração petrolífera em águas profundas, a Petrobras está desenvolvendo projetos em quase uma dezena de países africanos, como Angola, Nigéria e Tanzânia. Desde o final da década de 1990, os investimentos da empresa naquele continente ultrapassaram US\$ 2 bilhões, e até 2012 será mais US\$ 1,4 bilhão. (MAWAKDIYE, 2008)

Do lado da mineração, a companhia Vale participa de projetos em Angola, Moçambique, África do Sul, Gabão, Congo e Guiné. Uma das maiores apostas da mineradora brasileira é a gigantesca mina de carvão de Moatize, em Moçambique – em breve, a empresa deverá implantar um terminal para exportação. (MAWAKDIYE, 2008)

O mercado constituído pela infra-estrutura de cunho mais tradicional, construção de estradas, usinas hidrelétricas, está sendo ocupado pelos brasileiros. Uma equipe da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP) está participando da montagem do Banco Central de Angola. E coube a uma empresa de Belo Horizonte, a Mysky Tecnologia, informatizar os sistemas de controle de companhias aéreas de Angola, Cabo Verde, Nigéria e Congo. (MAWAKDIYE, 2008)

A Mysky também presta consultoria e assistência técnica às companhias aéreas que compraram seu produto naquele continente. Aliás, o pessoal da empresa faz parte da crescente legião de brasileiros que hoje vão a trabalho ou mesmo vivem nos países africanos, principalmente nos de língua portuguesa, atraídos pelos salários generosos e oportunidades de negócios. Eles já somariam 20 mil apenas em Angola. (MAWAKDIYE, 2008)

As companhias brasileiras, embora, tenham sempre preferido investir nos mercados bem mais consolidados das Américas e da Europa, e mais recentemente na afluente China, mudaram seu foco para a África subsaariana. E não é difícil entender o porquê desse novo interesse pelo continente africano (MAWAKDIYE, 2008). Está no cerne dessa ofensiva o desejo – cada vez mais explícito de participar da geopolítica subsaariana com as potências mundiais e marcar uma nova política externa ativa dentro do cenário mundial – de reverter uma histórica dificuldade do Brasil para vender no mercado internacional alguma coisa além de grãos, minérios e artigos industriais semi-acabados ou de baixo conteúdo tecnológico, que ainda perfazem três quartos das exportações nacionais.

Parece que a nova política externa brasileira para a região subsaariana é uma tentativa, sem dúvida atrevida a partir da premissa anterior, que está se mostrando eficaz, para adensar seu portfólio e se afirmar no mundo globalizado, como um ator econômico e político mais qualificado e de maior peso específico, posição que ocupa hoje apenas em relação a seus vizinhos do Mercosul, devido a sua condição de potência regional e/ou média (HOLBRAAD, 1998). Apesar de estar entre as dez maiores economias do planeta, o Brasil participa com somente 1% do comércio mundial, e a sua imagem internacional é ainda a de um mero exportador de bens primários.

Assim como o Brasil vem percebendo a importância da região subsaariana para construção de sua geopolítica, muitos empresários brasileiros perceberam que está na África a oportunidade, outras vezes negada, de finalmente desembarcar no mercado externo, sem enfrentar tantas barreiras tarifárias, ou mesmo políticas, com os produtos de maior conteúdo tecnológico. Assim como serviços de engenharia civil e de mineração, estes sim são reconhecidos dentre os melhores do mundo, porém historicamente tolhidos em quase toda parte pelos fortes e capitalizados concorrentes europeus, americanos e asiáticos, e pelas políticas externas vinculadas aos países centrais.

"A África é, sem dúvida, um mercado bastante promissor", atesta Nelson Delduque, diretor de mercado externo da poderosa Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq). "Não é nem de longe um mercado virgem – a Alemanha exporta muita máquina para a África do Sul, por exemplo, e a

China também começa a se fazer mais presente nesse segmento. Mas ali, pelo menos, temos espaço para concorrer em igualdade de condições." (MAWAKDIYE, 2008) Sem deixar de lado as pretensões estratégicas da política externa, esse cenário é uma novidade para o empresariado brasileiro.

A mundialização da economia desenvolvida pelos novos países subsaarianos na seqüência do processo de descolonização, de alguma forma, conduzido pelas potências, e cabendo aos próprios países desenvolvidos e à China a tarefa de abrir a fresta por onde os brasileiros puderam aplicar sua geopolítica. Pelo menos desde a virada dos anos 2000, quando ficou claro que a Guerra Fria já era mesmo coisa do passado, a África subsaariana deixou de ser considerada somente um território devorado pelo subdesenvolvimento crônico, miséria, genocídio, corrupção e sem nenhuma esperança de futuro.

Esses "*anjos do apocalipse*" estão ainda mais presentes na África, como destacou Mawakdiye (2008), e é claro – basta lembrar a feroz conflagração tribal que arrasou, no começo deste ano de 2008, o até então próspero Quênia, e as lutas intermináveis em Serra Leoa, no Sudão e na Somália, com marcada presença dos EUA. Mas hoje quem se destaca na paisagem africana, seja urbana ou rural, são a presença dos executivos, vindos quase sempre das partes mais ricas do planeta ou de países emergentes.

"Muitos países africanos estão forrados de petróleo e de minérios, e o crescimento da procura internacional por esses produtos, que fez seus preços disparar, atraiu para o continente os investimentos externos", explicou Cláudio Oliveira Ribeiro (2007), professor de relações internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e pesquisador do Centro de Estudos das Negociações Internacionais (Caeni) da USP. "A África está experimentando seu melhor período de expansão econômica desde o fim do período colonial, nos anos 1960 e 70." (MAWAKDIYE, 2008)

De fato, há hoje pouquíssimos lugares no mundo onde existe possibilidade da economia crescer com tamanha velocidade como na África subsaariana – a média do continente foi de 6,1% em 2007, com previsão de 7% para 2008. Na América Latina, o índice no ano passado foi de 5,2%. Angola, que

literalmente nada em petróleo, apresentou uma expansão de 23% no PIB no ano passado, e calcula-se que haverá duplicação até 2010, passando dos atuais US\$ 53 bilhões para mais de US\$ 100 bilhões. (MAWAKDIYE, 2008)

Uma cúpula sino-africana realizada na China em 2006 reuniu, por exemplo, nada menos do que 54 chefes de Estado africanos. As linhas de crédito chinesas para o continente já superam os US\$ 50 bilhões (incluindo os US\$ 4 bilhões para Angola, concedidos logo nos primeiros contatos entre os dois países). Construtoras chinesas ergueram na Nigéria a sede do Ministério do Exterior, por um custo 30% menor e em dois terços do prazo previsto. Depois de concluído o prédio avisaram, com um sorriso nos lábios, que a construção não tinha custado nada, era um presente chinês para os nigerianos. (MAWAKDIYE, 2008) Na dimensão da construção civil, entretanto, os chineses estão encontrando no Brasil um rival de respeito. O atual governo brasileiro está sendo também bastante assertivo na política para a região subsaariana que está culminando na ajuda aos empresários nacionais em sua aventura africana.

Dessa forma vem se revertendo o mal-disfarçado desinteresse do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) por aquele continente – FHC sempre demonstrou preferência por inserir melhor o Brasil nos mercados do mundo desenvolvido e do Mercosul, aliás, uma política comum aos presidentes brasileiros desde o fim do ciclo militar – o atual presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, não tem poupado energia para fazer da África um mercado de ponta para o país. (VIZENTINI, 2005)

Sabedor da importância que têm, para os países africanos, visitas de chefes de Estado estrangeiros para a posterior abertura de negócios – e consciente também do que significam essas viagens para consolidar as ambições da política externa brasileira, como a de conquistar um assento no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) –, Lula já visitou nada menos que 19 países da região desde que assumiu a presidência. O número de embaixadas no continente aumentou de 16, em 2003, para mais de 40 em 2006, e as missões diplomáticas em Brasília, igualmente 16 naquela época, já eram 24 no final do ano de 2004. (VIZENTINI, 2005)

A política externa africana do governo de Lula cumpre um papel de fomento, através dos subsídios brasileiros fornecidos aos países da África de língua portuguesa, que pretendem dar condições de fluidez do espaço, como Cabo Verde, Angola e Moçambique. O Brasil abriu uma linha de crédito de US\$ 1 bilhão para o governo de Angola e perdoou quase toda a dívida de Moçambique contraída com o país: US\$ 315 milhões, de um total de US\$ 330 milhões. (MAWAKDIYE, 2008) Diante dessas ações do governo, justifica-se que as empresas brasileiras domiciliadas em Angola já respondam por cerca de 10% do PIB angolano, e o mercado africano como um todo represente hoje 10% da pauta comercial do Brasil – o mesmo patamar dos anos 1970, e mais que o dobro do que vigorou de 1985 a 2003.

"O governo brasileiro está realmente olhando de novo para a África", diz o secretário de comércio exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Welber Barral (2007). "As ações não têm sido apenas diplomáticas. O MDIC conjuntamente com MRE e vários outros órgãos vêm também realizando um intenso trabalho de prospecção e divulgação comercial do Brasil no continente, e o ministério até já lançou linhas de crédito para aqueles que quiserem exportar para lá." Uma delas, segundo Barral, prevê a liberação de R\$ 2 milhões para empresas brasileiras interessadas em fechar parcerias comerciais na África.

Há também um fator a favor dos brasileiros em suas incursões no continente africano: em Angola e Moçambique, além de alguns outros pequenos países como Cabo Verde, fala-se o português, e a identificação étnica e cultural com o Brasil facilita bastante as coisas, principalmente no âmbito da CPLP. As novelas e as músicas brasileiras fazem sucesso absoluto em Angola. Os produtos brasileiros também são envolvidos por essa boa imagem nos territórios de língua portuguesa, e mesmo nos de outros idiomas.

"Praticamente todas as companhias que exportam continuamente para Angola, por exemplo, o fazem através de parcerias com empresas portuguesas ou do próprio país", diz Alexandre Moura, diretor da Light Infocon (2008), empresa paraibana da área de tecnologia da informação e que há anos faz negócios com o país em associação com portugueses.

O principal desafio do Brasil para aumentar a participação no mercado africano está em conseguir manter o fôlego atual, o que dependendo do contexto internacional, passa pela política externa aplicada pelo governo. Nas ex-colônias britânicas e francesas, empresas dessas antigas metrópoles começam a entabular um pequeno negócio atrás do outro e a fechar os espaços. A China, cujo apetite está, por enquanto, mais voltado para o petróleo, o carvão e o ferro, também logo deverão diversificar seu comércio.

E dinheiro e paciência são fundamentais para participar da economia africana. Abrir um canal de negócios no continente equivale a gastar uma pequena fortuna. Angola, por exemplo, possui um dos custos de vida mais altos do mundo, e a população tem enorme dificuldade até para comprar alimentos – aliás, esse é um cenário que se repete por quase toda a África subsaariana, apesar dos bons índices de crescimento. Mas o papel de uma potência média, como o Brasil, exige a disponibilização de recursos para a manutenção e crescimento das relações econômicas, por isso vemos que a orientação da política externa deve atender a objetivos assertivos com os países da região subsaariana e principalmente com a África do Sul, dada sua projeção territorial e geopolítica na região.

1.4. Entre o dilema da “hard power” e da “soft power” na região subsaariana

O ressurgimento deste conceito de potências médias, como se classifica o Brasil, se fundamenta na existência do poder mundial se encontrar difuso entre as várias potências do planeta, caracterizando uma fase de flexibilidade do sistema internacional, o que permite a ação dos países intermediários sem a pressão de políticas “*hard power*” dos países que determinam o funcionamento do sistema internacional. Desta maneira, como Riddell, funcionário do Departamento Canadense de Assuntos Externos, sugeriu e como destacou em seu livro Carstern Holbraad (1998):

“...ciertos atributos bien definidos, tomados per si solos o em diversas combinaciones, podrían producir um resultado identificable. Las potencias medias son aquellas que, por razón de su tamaño, sus recursos materiales, su disposición y

capacidad para aceptar responsabilidades, su influencia y estabilidad, están cerca de convertirse en grandes potencias".
(Riddell, 1948)

E a partir dessa abordagem, os dois países em questão possuem a possibilidade de uma atuação sem as fortes pressões dos períodos de polarização como foi o da Guerra Fria, porém estão dentro de um teatro de operações que os coloca frente às geopolíticas das potências mundiais, cujas diplomacias encontrarão relações assimétricas das assertivas cooperativas e/ou conflitivas na produção de seus projetos de desenvolvimento.

Outra dimensão que dificulta a evolução da região subsaariana está vinculada ao panorama geopolítico extremamente instável, decorrente das tentativas de implantação do livre mercado neoliberal. Este oprime a maior parte da população e impede o surgimento de uma classe média mais pujante e capaz de absorver os novos paradigmas, deixando os governos fragilizados diante da submissão às regras dos organismos financeiros mundiais, como FMI e Banco Mundial. (ROBERT, 2006)

As novas configurações do quadro internacional criam necessidades de avaliação dos caminhos trilhados pela ação da política externa brasileira e dos anéis concêntricos a partir de sua atuação na América do Sul e na região do Atlântico Sul africano, fundamentada na identidade que possui (BECKER & EGLER, 1992), sendo centrais na inserção internacional do Brasil. Adequada à realidade com que temos que nos defrontar no contexto da África Subsaariana e que outras opções são possíveis e desejáveis. E, finalmente, se existe alguma hierarquia das opções brasileiras na sua política externa para a região objeto.

Nem sempre em política externa será possível definir os rumos e os eixos que a organizam como resultado de estratégias definidas de forma racional. Frequentemente as condições concretas dependem da trajetória e das alternativas impostas pela própria realidade nacional e internacional, em constante processo de transição desde o fim da antiga ordem mundial. Na dimensão econômica é possível verificar, somando ao que já foi apresentado anteriormente, que os interesses estratégicos na região subsaariana se mostram consistentes nos últimos anos, como

corolário de uma política externa proativa, pelos números apresentados na tabela 10, que remetem mais especificamente ao objeto de estudo deste trabalho, permitindo observar a dinâmica da atual política e o fruto das inserções anteriores do país na região subsaariana, a seguir:

Tabela 11 - Comércio Subsaariano com o Brasil

	2005	2006
Exportações ao Brasil (US\$ Bilhões)	3,4	5,4
Crescimento das exportações ao Brasil (%)	-11,44	58,34
Participação nas importações totais do Brasil (%)	4,61	5,83
Importações do Brasil (US\$ bilhões)	4,0	4,9
Crescimento das importações do Brasil (%)	47,7	23,0
Participação nas importações totais do Brasil (%)	3,36	3,93

Fonte: Banco Mundial, EIU, FMI. 2007

É nessas condições que deve ser entendido o eixo africano da política externa brasileira, cujos primeiros contatos foram estabelecidos na década de 1960, através dos acordos comerciais empreendidos com várias nações africanas, dando um novo viés na internacionalização do país e para a construção de uma política externa independente. Nesse primeiro momento o Brasil priorizou a abertura de novos mercados como alternativa econômica para o desenvolvimento, realizando um intenso trabalho no sentido da elaboração de uma Diplomacia Comercial, prioritariamente até a década de 1970, caracterizando a política externa brasileira como eminentemente comercial para o continente africano. Posteriormente, com variações decorrentes da política de governo, a diplomacia brasileira procurou outro viés, adotando uma política externa que atendia a dimensão da cooperação em inúmeras áreas técnicas, que podemos definir como uma Diplomacia Cultural. (RIBEIRO, 1989) Como pode comprovar a lista dos mais de duzentos acordos realizados pelo Brasil com a África subsaariana presentes no site do Ministério das Relações Exteriores, que serão mais detalhados no decorrer

deste capítulo e que possibilitará o mapeamento da geografia das políticas praticadas na região em questão desde 1960.

Devido ao conjunto das divergências e convergências apresentadas, parece claro que a região subsaariana retorna à geopolítica mundial com muitos desafios de ordem intra e extra-continental, e os diversos atores estão se apresentado com as mais diversas facetas de interesses que podem ou não inserir a região subsaariana no sistema mundo dentro de um patamar de dignidade, ou apenas promover uma nova forma globalizada de imperialismo, ao qual o continente africano, e principalmente a região subsaariana já havia sido submetida. Dentro desta perspectiva, convém observar a atuação da política externa brasileira frente às questões que remontam ao projeto de desenvolvimento do país, de forma a encontrar o eixo dessa política nos últimos trinta anos, do governo Geisel ao primeiro governo do presidente Lula.

Capítulo II

O espaço da África Subsaariana

Depois de 25 anos dos processos de independência, a África subsaariana parecia uma região destinada a viver na miséria e sem despertar interesses para os fundos internacionais. Foi marginalizada em relação ao comércio e as finanças internacionais, sem formação de capital industrial e investimentos tecnológicos, possuindo as estatísticas mais baixas do planeta. Afora a África do Sul, a região possui 34 dos 49 países menos avançados do mundo, segundo o Banco Mundial. (2001) Nos critérios utilizados para a classificação do IDH, a maior parte deles é desfavorável aos países subsaarianos. Os da porção tropical possuem indicadores que mostram um pequeno rendimento por habitante, com fraca produção de alimentos *per capita*, um fraco consumo de energia e uma pequena esperança de vida. A situação é mais grave ainda porque há uma tendência nos últimos vinte anos que parece manter a região nos moldes colonialistas, com a maior parte da população despreparada por causa das estruturas sócio-econômicas e vivendo de uma agricultura de subsistência afastadas das áreas urbanas e das vias de comunicações, consequência das épocas do tráfico de escravos e dos impostos, dos recrutadores e administradores colonialistas e outra parcela que favelizaram as poucas cidades, expulsas que foram do meio rural pelas empresas coloniais. (GEORGE, 1974) Além disso, as condições geográficas dificultam a organização de uma exploração econômica rápida e progressiva. Como ocorre no Sahel, com estiagens que duram cerca de oito meses do ano, e mais ao sul a floresta tropical de difícil penetração, por exemplo. Novos empreendimentos podem ameaçar o equilíbrio instável do meio ambiente, permitindo novas agressões.

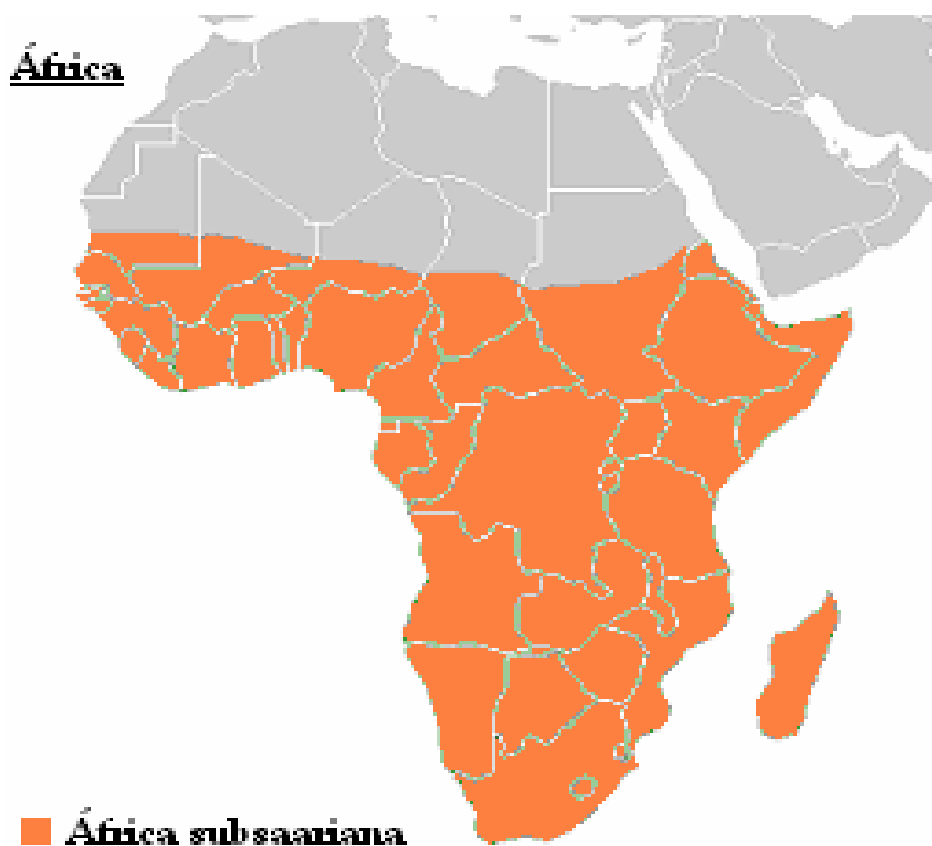
De todas as áreas do mundo, foi apenas ao final do século XX que passou a ser objeto de uma solicitação das Nações Unidas, a qual decretou, em março de 1996, uma mobilização de suas agências para a elaboração de um programa de desenvolvimento para a região visando os próximos dez anos. O crescimento econômico ocorrido a partir de 1995 foi muito frágil e desigual entre os países. Os discursos apocalípticos sobre a região só serviram para agravar a violência política e a violação dos direitos humanos. A liberação do jugo colonial fez

ascender senhores da guerra, a propagação da Aids e a miséria, propagada pelos meios de comunicação. Estando o terreno privilegiado à constituição de infra-cidadãos e à escravidão do homem, em África subsaariana estas condições tornam o campo fértil à caridade internacional e à benevolente atenção das ideologias humanitárias, em vez de uma inversão para o desenvolvimento. (DUBRESSON & RAISON, 2003)

O objeto deste trabalho circunscreve-se à região subsaariana, que apresenta uma delimitação fundamentada nas características naturais do continente, delimitada pelo grande Deserto do Saara ao norte. Contudo ela abriga a população negra do continente, que serve para a classificação do subconjunto África Negra, estando irregularmente distribuída pelo território e tendo como unidade orgânica a tribo. (GEORGE, 1974)

Englobando inúmeros países oriundos do rompimento dos laços coloniais que os ligavam aos impérios europeus (Inglaterra, França, Itália, Bélgica, Alemanha e Portugal, a partir da segunda metade do século XX), seu espaço pode ser mais bem visto no mapa 3, a seguir, tendo algumas unidades clivadas pelo pertencimento ao deserto do Saara e ao Sahel, sendo por isso delimitado a partir do ambiente natural dessa porção subsaariana, o Sahel. Contudo, numa visão política, que é o eixo deste trabalho, essa divisão contém as unidades políticas que servem como uma delimitação geopolítica do território africano. Sendo assim, as unidades clivadas são entendidas como unidades políticas e não como pertencentes as duas porções do território africano (como a apresentada pelo mapa 3) e que mostram uma visão mais comum do espaço africano, como admitem muitas apresentações informativas e base de estudos, mas que para este trabalho não serão admitidas.

Mapa 3 – Divisão Africana



Fonte: portalexame.abril.com.br/ae/economia - 2008

A África, para efeito de um estudo geopolítico, necessita de uma definição de sua divisão, pois apresenta inúmeras clivagens. As mais comuns se fundamentam numa divisão em duas partes: i) apresentando o continente dividido culturalmente em África Branca e África Negra; ii) e a geográfica separa o continente em África do Norte e África Subsaariana. As paisagens naturais fundamentam outras divisões; i) a África Temperada, nos extremos norte e sul do continente; ii) e uma África Tropical, na região entre os trópicos. Ou ainda, uma divisão pluviométrica do continente, com a existência de uma África seca, dos desertos do Saara e kalahari, e uma África úmida. Dessa forma, existe a necessidade de delimitá-la de forma a atender aos requisitos do estudo geopolítico aqui empreendido, uma vez que as divisões existentes dependem das perspectivas e dos interesses analíticos e ideológicos a que cada pesquisador está filiado e se predispõe a elaborar, como mostraremos mais adiante. Dessa forma, para se entender a pertinência e o vínculo

deste trabalho sobre a região, aparentemente homogênea, que mostraremos algumas de suas delimitações existentes, fundadas em diferentes concepções e interesses dos estudiosos da região. Contudo, podemos observar que a divisão em questão possui, no Brasil, uma definição aceita de maneira geral. Como apresentamos a seguir:

*“A **África subsariana** (em Portugal) ou **África subsaariana** (no Brasil), também conhecida por **África Negra** (ainda que muitos considerem esta forma politicamente incorrecta ou ofensiva) corresponde à região do continente africano a sul do Deserto do Saara, ou seja, aos países que não fazem parte do Norte de África.”*

<http://dicionario.babylon.com/%C3%81frica%20subsaariana>

Segundo Olic e Canepa (2004), a região subsaariana se estende do Sahel, na parte norte da África, até o extremo sul do continente. Essa região abrigava, por volta de 2002, algo em torno de 700 milhões de habitantes, possuidores de uma enorme diversidade étnica, linguística e cultural, que os diferenciava dos habitantes dos países da África do Norte. Mesmo assim, possuem aspectos comuns que não se pode desprezar, como: a influência religiosa do cristianismo e do islamismo, a negritude da pele e a trágica pobreza histórica. E, embora possuindo similaridade com a divisão anteriormente apresentada, é cada vez mais aceita para a divisão continental, por ter o mérito de reconhecer a existência da influência civilizacional árabe na porção norte, e cria um espaço caracterizado por condições sócio-econômicas semelhantes na porção subsaariana, com exceção da África do Sul.

O mapa 4, a seguir, mostra os limites regionais do continente africano norte e subsaariano, construindo a separação regional a partir dos limites fronteiriços dos Estados Nacionais, sendo esta a divisão adotada para os estudos aqui efetuados.

Mapa 4 – África do Norte e Subsaariana



Fonte: Folha Online. 2005

2.1. O regionalismo subsaariano

O espaço subsaariano é o que tem a imagem mais homogênea ao olhar estrangeiro: ao mesmo tempo em que figura como a origem de todos os negros do planeta – imagem que se sobrepõe à de origem da própria espécie humana –, é visto como um lugar exótico, ainda habitado por grandes animais selvagens, como elefantes, girafas, gorilas e leões, eternamente marcado por guerras civis e estando muito distante do desenvolvimento atingido pelas nações ricas do mundo ocidental, onde impera a pobreza da maior parte da população.

Adentrar nesta questão requer uma rápida passagem pelos conceitos de território e região, de forma a substanciar as ações dos Estados e as divisões a que está submetido o espaço subsaariano. Pois os pressupostos

européus de organização e poder foram transplantados para a África durante o período colonial. Dessa forma, encontramos os Estados subsaarianos legitimados pela Geografia Política do século XIX, principalmente a alemã, onde o grande número de fronteiras concede espaço para o pensamento de *ratzeliano*, no que diz respeito à concepção de território e Estado: “os Estados são organismos que devem ser concebidos em sua íntima conexão com o espaço.” (COSTA, 1992) E seu desenvolvimento depende da capacidade que tem para aproveitar as condições naturais em prol de seu avanço econômico e social. Este caráter organicista dos Estados está vinculada ao pensamento clássico, tanto da Geografia, quanto da Sociologia, por influência das ciências naturais, que tendiam a legitimar suas leis fundamentais na Natureza. É provável que os Estados surgidos do colonialismo na área subsaariana se vinculem à concepção clássica, pois o desenvolvimento dos Estados metropolitanos caminhou para a visão democrática de sua organização, porém manteve nas colônias seus pressupostos originários, conservando a matriz autoritária da concepção de Ratzel do Estado, para justificar um Estado forte e centralizado que se encontra por cima da sociedade e procura construir o nacionalismo a partir da relação do homem com o território. (COSTA, 1992) É visível esta noção devido ao grande número de conflitos territoriais que ocorreram no espaço subsaariano após o processo de independência, além disso, os Estados mais fortes da região desenvolvem uma *realpolitik* como a concebida pelo pensador alemão e que avançou na figura de Kjellén, com sua analogia organicista, levando para a região o determinismo geográfico e a eugenia ao seio dos novos Estados. (FRONT & RUFÍ, 2006)

Nesse cenário, a Geografia Política encontra um campo fértil de análise, pois os Estados subsaarianos ao desenvolverem os conceitos clássicos possibilitando a verificação da eficácia de suas concepções, propiciando uma melhor compreensão dos eventos ocorridos na região. Por exemplo, a questão do poder do Estado sobre o território, que se fundamenta na riqueza das significações conceituais, mas que na realidade comporta uma realidade, onde o poder não está em toda parte, de forma a favorecer o surgimento de outras forças legítimas ou ilegítimas em seu interior, principalmente numa região com grande diversidade étnico-cultural. (CASTRO, 2005) Como decorrência, houve genocídios promovidos pelos Estados nacionais contra as minorias étnicas de seus territórios, fazendo valer

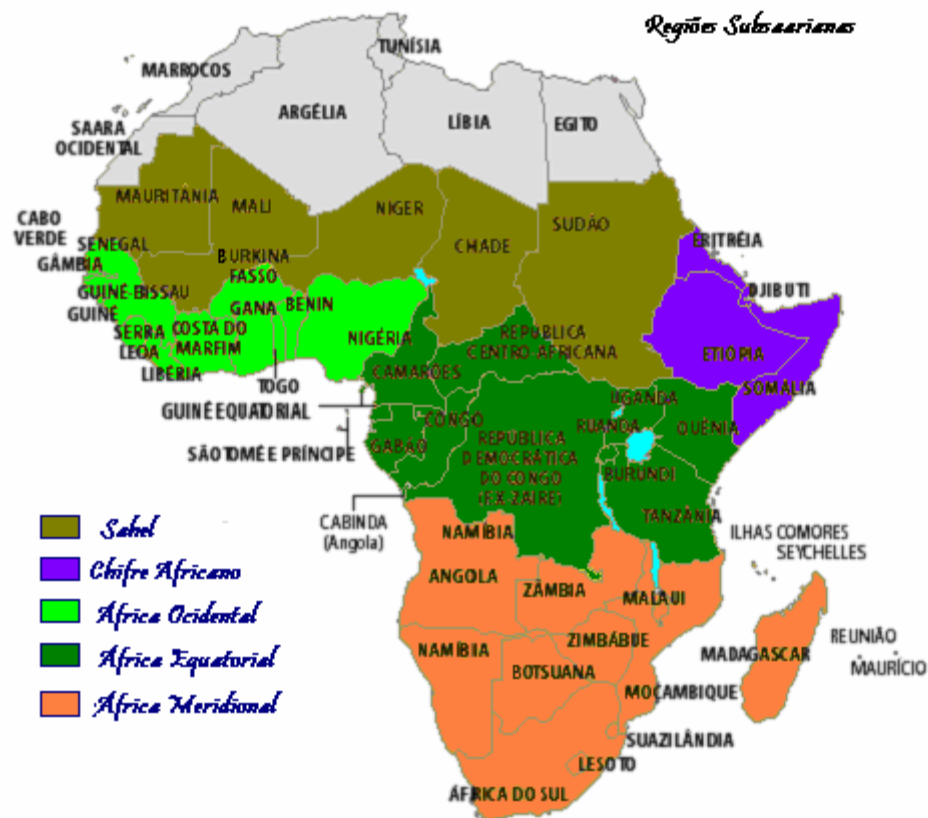
políticas territoriais de domínio do Estado sobre o povo. (COSTA, 1992) Criando assim, sua própria territorialização, pois dessa forma o Estado produz paradigmas de sua relação com o espaço, sustentados pela posse de códigos e símbolos, objetivando o espaço nacional na sociedade através dessas categorias. (RAFFESTIN, 1993)

Nesse sentido, é importante destacar o pensamento de Raffestin, que entende o espaço político do território, pois esse é um espaço onde se projetou um trabalho, mas não qualquer tipo, e sim um trabalho que está marcado por relações de poder. *Segundo ele “[...] o território se apóia no espaço, mas não é o espaço, é uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder”* (RAFFESTIN, 1993).

Como já foi dito, a região subsaariana não apresenta a homogeneidade que comumente costuma permear o imaginário; ela também possui identidades regionais e uma multiterritorialidade. E Haesbaert (2004), ao formular sua idéia da multiterritorialidade, estudou a chamada “desterritorialização” e aponta para o fato de que, a partir da interpretação de Marx, pode-se conceber que o modo de produção capitalista desterritorializa os modos de produção preexistentes para reterritorializá-la segundo sua própria dinâmica. Então percebe-se que está associado ao espaço um novo processo de internacionalização na região subsaariana, que possibilita a criação de novas formas de territorialidades, que vão passar a ser comandadas pelo movimento do capital internacional. Certamente o poder do mercado só começa a ter influência na organização da sociedade com o decréscimo contínuo do poder estatal. Diante disso, os elementos que conferem algumas características territoriais peculiares, mas que apresentam ou estão em processo de transformação, possuem um caráter particularista na sua regionalização. Os critérios adotados segundo os interesses particulares fundamentados em concepções geopolíticas nacionais é tão dinâmico quanto o espaço. Podem levar em conta a importância da dimensão territorial e sua influência geopolítica no contexto em questão. Apresentado conforme a interpretação, uma regionalização como as que se observa no mapa 5, estão inexoravelmente ligados na construção desta categoria para a análise geográfica, apoiada nos fundamentos da economia política e do materialismo dialético de Marx, *“a seqüência de relações*

econômicas inelutáveis representavam o motor preponderante do desenvolvimento sócio histórico e a principal chave para compreendê-lo" (ELIAS, 1994). Nesse sentido, cada forma geográfica é representativa de um modo de produção, mas estas formas tornam-se formas-conteúdo, subordinadas e até determinadas pelo modo de produção, que podem vincular cada uma das regiões a este princípio. Este constitui, portanto, uma unidade que torna inseparáveis as noções de sociedade e o processo histórico de produção e *"abarca a totalidade da unidade da vida social"* (SANTOS, 2002) Dessa perspectiva, podemos ter unilateralidade na construção do regionalismo subsaariano, para a elaboração da política externa voltada para o continente.

Mapa 5 – Regionalismo Subsaariano I



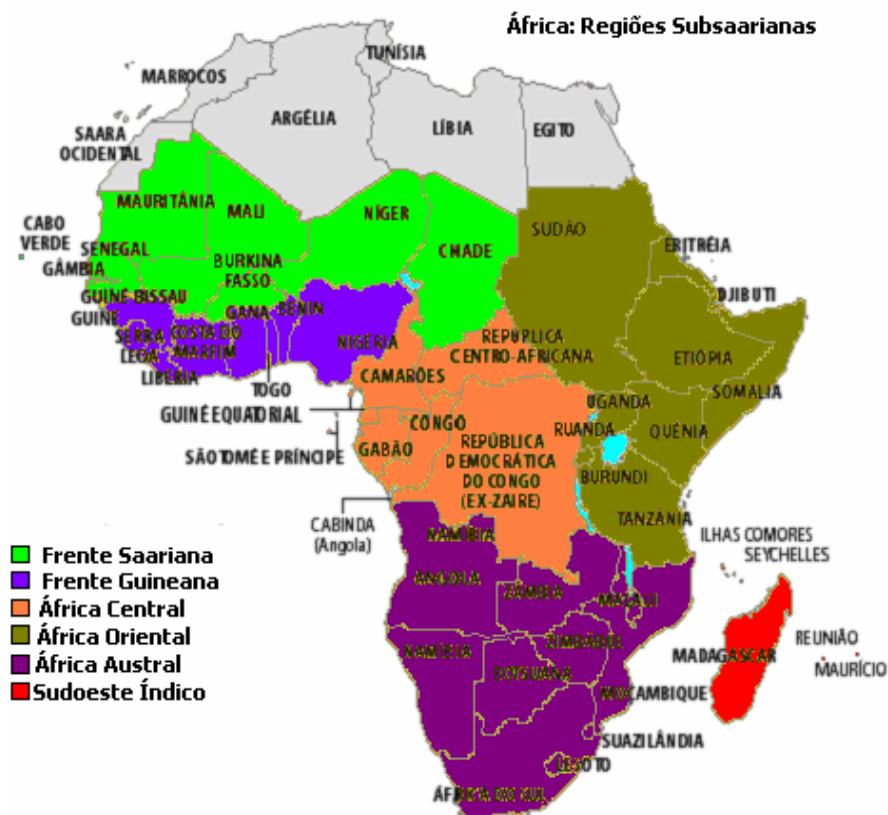
Fonte: Olic e Canepa. 2004.

As cinco regiões possuem países que se destacam, ou por apresentar perspectivas sócio-econômicas relevantes, com *commodities* importantes

para mercado mundial, ou pela extrema violência social caracterizada pela fome, devido ao chocante quadro de miséria em que vive a população desses países. Muito embora esta última característica perpassa pelas cinco regiões, dando-lhe identidade, com grande número de pessoas vivendo com menos de US\$1 por dia, pobreza em que quase dobrou entre 1980 e 2004 (Folha Online.2005), é a mais usada para estudos geográficos no Brasil.

Mas a regionalização da região subsaariana possui uma variedade de concepções, aqui apresentados, que mostram as diferentes perspectivas geopolíticas propostas para atender aos interesses dos Estados e/ou grupos envolvidos num cenário internacional de transição. A seguir, mostraremos outras quatro divisões regionais do espaço subsaariano que foram pesquisadas em diferentes fontes nacionais e internacionais, e que abrem variáveis fundadas em diferentes interesses:

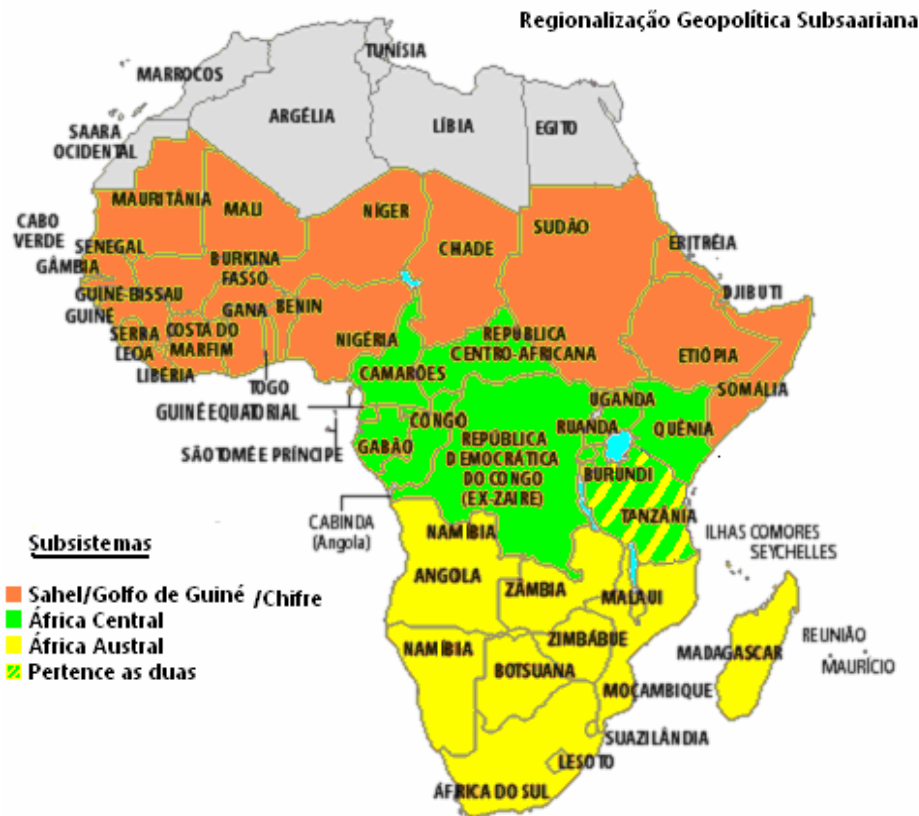
Mapa 6 - Regionalismo Subsaariano II



Fonte: DUBRESSON, Alain; MARCHAL, Jean-Yves; RAISON, Jean Pierre. 1994

Esta divisão mostra a visão da geografia francesa da região subsaariana, que procura separar o Sahel em continental e litorâneo, além de criar uma região insular no sudeste do continente, cuja preocupação é abordar o quadro demográfico, com ênfase nas questões urbanas da região. Dessa forma, procurou regionalizar pela dinâmica populacional e como estas áreas urbanas se desenvolvem e garantem seu abastecimento, sem uma abordagem geopolítica do espaço pela premissa de seus teóricos.

Mapa 7 – Regionalismo Subsaariano III



Fonte VIZENTINI, Paulo Fagundes. 2007.

Esta regionalização está vinculada à visão dos internacionalistas da região, cujos interesses se inserem na articulação do sistema mundial, considerando identidades sócio-políticas, principalmente atentando para as questões estratégicas das potências e dando pouca relevância para os atores individualmente, a menos que estes tenham uma projeção significativa e interfiram no cenário estratégico. Nesse caso, os internacionalistas imbricam diferentes interesses ligados à ordem

mundial que transforma o espaço subsaariano num teatro de operações dessa dinâmica sistêmica.

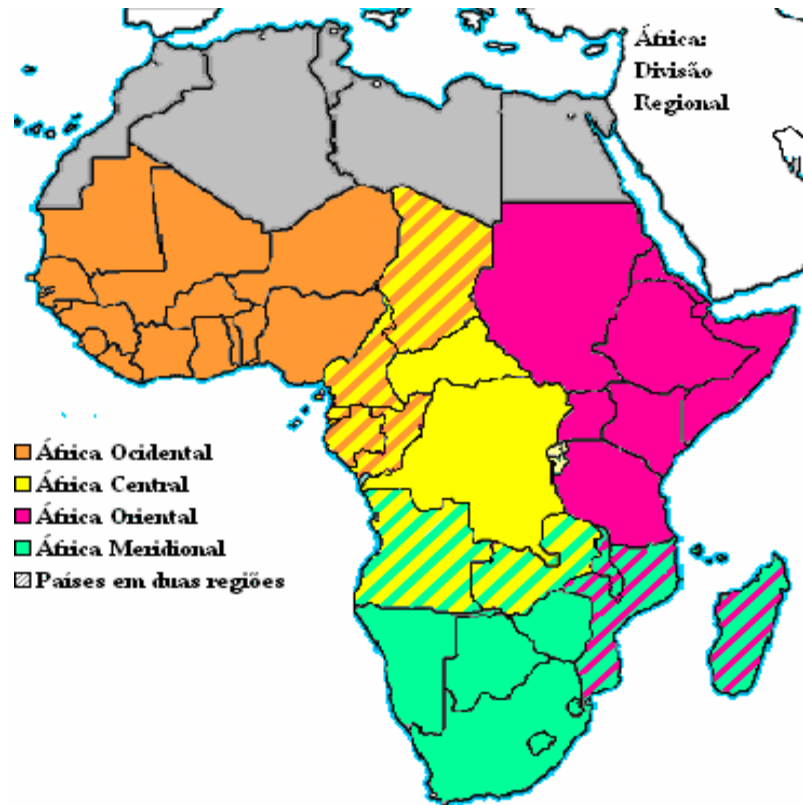
Mapa 8 – Regionalismo Africano



Fonte: Atlas National Geographic. 2008.

Divisão que fragmenta a porção austral e outras em porções menores, como a África do Mar Vermelho, procurando maiores semelhanças localizacionais, ou semelhanças no espaço natural e geográfico. É uma visão mais naturalista do espaço, não levando em consideração as relações homem-natureza (o trabalho humano) e suas consequências sócio-político-econômicas. O espaço passa a ser um objeto estático, sem transformações importantes que se reflitam na ordem interna e externa da região. O objetivo é interiorizar cada unidade de maneira a apresentar suas peculiaridades locais, naturais e humanas desconectadas de outras dimensões.

Mapa 9 - Regionalismo Subsaariano IV



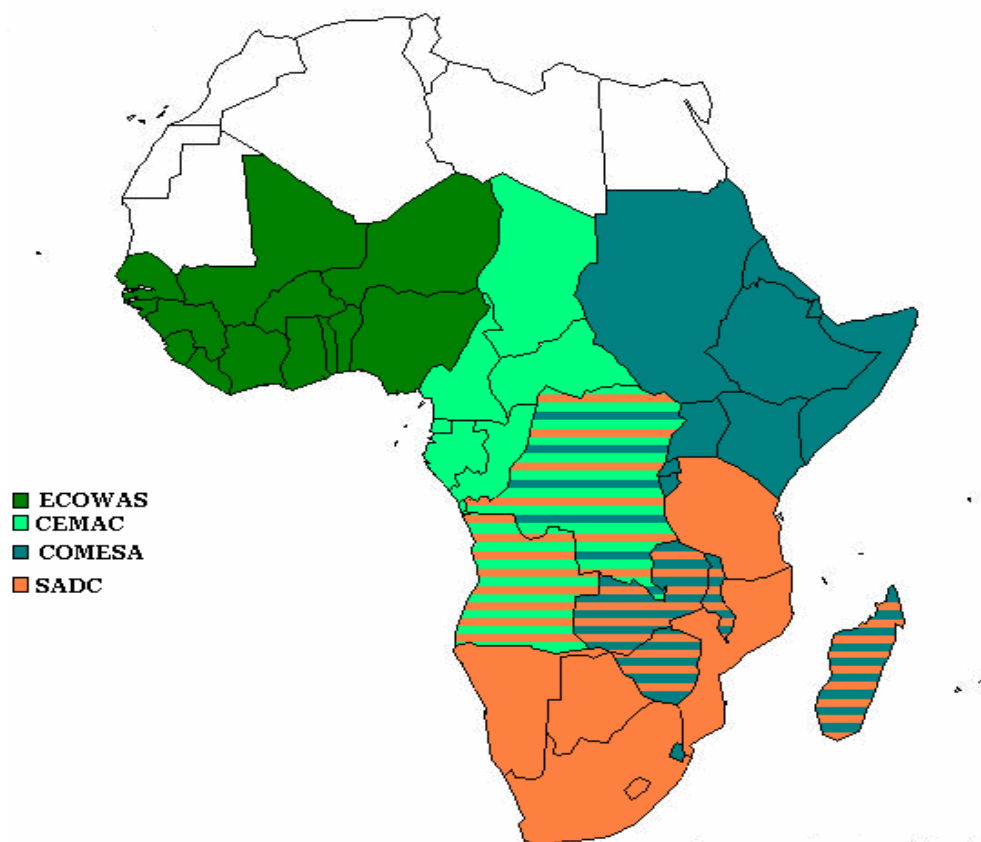
Fonte: Academia das Ciências Luventicus Rosário, Argentina. 2003-2007

Uma visão sulamericana da região, que se complica pela intersecção ou sobreposição de alguns países em regiões que dificultam uma melhor visão geopolítica. A regionalização procura dar conta de diferentes dimensões, como a econômica, principalmente, da localização segundo as interações com outros continentes e dos aspectos de ordem interna, estabilidade/instabilidade política e social.

Ainda é possível observar a regionalização intracontinental subsaariana, levando em conta sua auto-organização de dimensão econômica. Da composição de Estados da África subsaariana destacamos que, destes países, 47 encontram-se reunidos em organizações regionais, que de uma maneira geral visam promover a integração econômica dos países envolvidos. Dentre elas, destacam-se a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (*Economic Community of*

West African States ou ECOWAS - Comunidade Econômica dos Países da África Ocidental (1975), a UEMOA - União Econômica e Monetária para a África Ocidental (1994), a CEMAC – Comunidade Econômica e Monetária da África Ocidental (1994), a COMESA – Mercado Comum da África Oriental e Austral (1994) e a SADC – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (1982), sucessora da SADCC, criada em 1980 para minimizar a dependência econômica em relação à África do Sul no tempo do *apartheid*. Algumas destas organizações interpenetram-se. Por exemplo, os Países dos PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, pertencem a três destas cinco organizações: Cabo Verde e São Tomé e Príncipe (ECOWAS), Guiné-Bissau (ECOWAS e UEMOA), Angola (SADC) e Moçambique (SADC). Podemos ter, então, uma regionalização como espacialmente observamos no mapa 10, a seguir:

Mapa 10 – Regionalismo Subsaariano V



Fonte: Organizações econômicas da África. 2009 – Herbert Schutzer

A regionalização conforme os critérios dos interesses econômicos subsaarianos de certa maneira foi concebida segundo a visão mais aceita do regionalismo africano, entretanto possui suas particularidades e sobreposições que criam possibilidades novas no pensamento geopolítico para a elaboração das estratégias das políticas externas. Essa regionalização é, portanto, mais uma forma para se pensar o espaço subsaariano no contexto atual. Uma outra questão vem à tona, em comparação com o mapa 2.7. Percebemos muitas semelhanças na regionalização do espaço, atributo que mostra a força do pensamento econômico da formação dos blocos regionais na geopolítica acadêmica argentina.

O Itamaraty, também regionalizou¹³ o espaço africano na busca da organização e sistematização de suas ações. O mapa 11 mostra a divisão construída pelos diplomatas brasileiros.

¹³ O principal critério utilizado no estabelecimento das três Divisões da África é o geográfico, com a seguinte distribuição de países:

DAF I - Benin, Burkina Fasso, Camarões, Chade, República do Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Equatorial, Libéria, Mali, Marrocos, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa, e Togo, ou seja, ela abrange uma região que corresponde, grosso modo, ao Noroeste da África.

Além das relações bilaterais com os referidos países, a DAF-I acompanha, também, os temas relacionados à Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO/ECOWAS), à União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), à Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC), à Comissão do Golfo da Guiné (CGG), à Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC) e à União do Magreb Árabe (UMA).

No âmbito multilateral, ocupa-se da temática referente à União Africana (UA), à Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), à Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD) e aos demais organismos multilaterais africanos, quando o assunto envolver país de que se ocupa a Divisão.

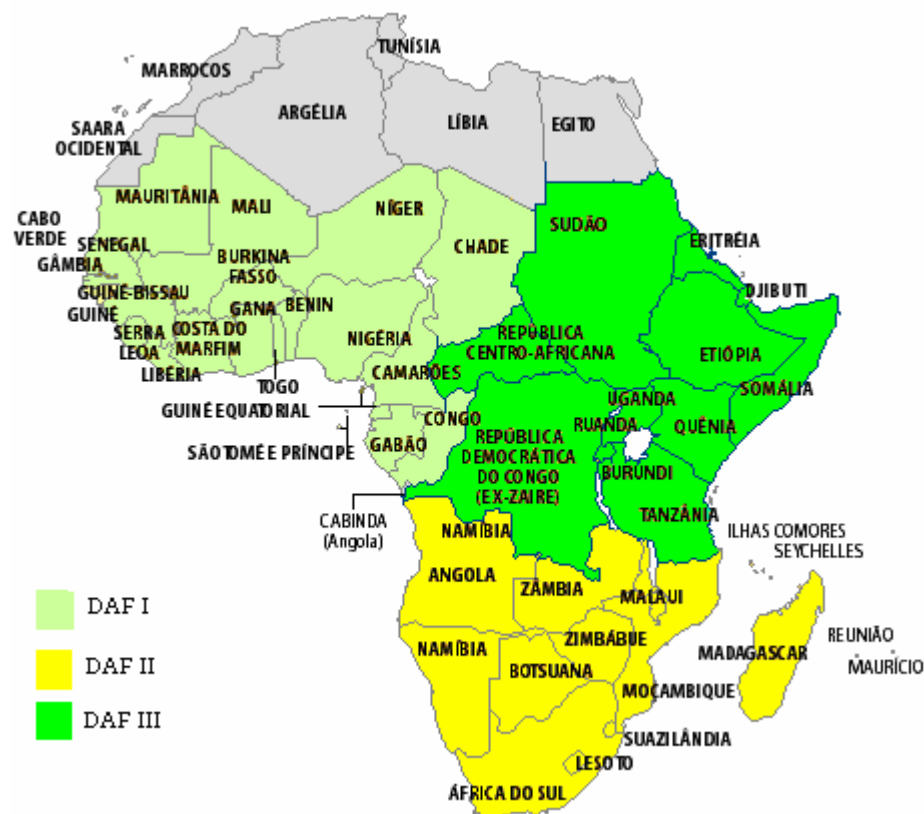
DAF II - África do Sul, Angola, Botsuana, Cabo Verde, Comores, Guiné-Bissau, Lesoto, Madagascar, Malauí, Maurício, Moçambique, Namíbia, São Tomé e Príncipe, Seicheles, Suazilândia, Zâmbia e Zimbábue. Trata-se de países da África Meridional e Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). A DAF-II acompanha, ainda, os assuntos relacionados à Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). No âmbito multilateral, ocupa-se da temática referente à União Africana (UA), à Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), à Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD), à União Aduaneira da África Austral (SACU), ao Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) e aos demais organismos multilaterais africanos, quando o assunto envolver país da competência da Divisão.

DAF III - Argélia, Burundi, República Democrática do Congo, Djibuti, Egito, Eritreia, Etiópia, Líbia, Quênia, República Centro Africana, Ruanda, Somália, Sudão, Tanzânia, Tunísia e Uganda, compreendendo os países que estão localizados no Norte e Nordeste da África. A DAF-III trata, ainda, dos assuntos relacionados à Comunidade dos Estados do Sahel-Saara (CEN-SAD), à Conferência dos Grandes Lagos, à Comunidade do Leste Africano (EAC) e à Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD). Juntamente com as Divisões da África I e II, acompanha, também, a temática referente à Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC), ao Mercado Comum para o Leste e Sul da África (COMESA), à Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD), à União do Magrebe Árabe (UMA) e aos demais organismos multilaterais africanos, quando o assunto envolver país de que se ocupa a Divisão.

O critério de divisão das atribuições é, portanto, eminentemente geográfico, com exceção da DAF II, que, além de abranger os países da África Meridional, possui, também, uma especialidade temática, por se ocupar dos PALOPs. Os temas relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que já foram da competência da DAF II, atualmente, são tratados no Departamento da África, pelo Núcleo de Acompanhamento dos Temas da CPLP.

A organização geral da Secretaria de Estado das Relações Exteriores e as competências atribuídas às subdivisões são estabelecidas pelo Regimento Interno da Secretaria de Estado das Relações Exteriores (RISE).

Mapa 11. Regionalização da região subsaariana pelo Itamaraty



Segundo a Coordenação de Documentação Diplomática - CDO/MRE, as divisões de África I, II e III (DAF-I, DAF-II e DAF-III) possuem conotação apenas administrativa, reunindo países de uma mesma região do continente africano para facilitar logisticamente a ação política do Itamaraty para a área. O critério é basicamente prático: havendo a necessidade de dividir o acompanhamento de países por unidades da Secretaria de Estado, busca-se agrupar os países por regiões. Isso facilita também o acompanhamento de assuntos que são regionais, isto é, dizem respeito a vários países de uma mesma sub-região. Vale lembrar que, com a proliferação de organismos internacionais regionais, essa delimitação muitas vezes coincide - embora nem sempre de forma exata - com os grupamentos criados (SACU, SADEC, CEDEAO, UMA, etc.). Duas exceções no caso africano são: a COMESA, a União Africana e a CPLP, que congregam países de diferentes regiões. As organizações são também acompanhadas pelas embaixadas bilaterais nos países onde estão alojadas as sedes dos organismos.

Essas várias regionalizações podem servir para análises particulares, que não serão consideradas neste trabalho, uma vez que pretendemos

uma abordagem que considera a ação brasileira na construção do território econômico e da política internacional, com vistas ao projeto de desenvolvimento num cenário multilateral.

2.2 – Panorama da África subsaariana

A África desde o século XII esteve presente na geopolítica europeia, mesmo não sendo possível inseri-la na dimensão econômica devido às características dominantes na Europa, em processo de desenvolvimento do capitalismo. Somente com a consolidação do capitalismo a África vai, de fato, ser objeto econômico dos empreendedores capitalistas europeus, que acompanharam as navegações litorâneas no continente a partir do século XV, buscando seus fins mercantilistas. (DEL PRIORE, 2004)

Os grandes obstáculos naturais para a navegação, como as correntes marítimas que circundam a África, o regime de ventos, e as dificuldades de localização e estabelecimento de rotas em alto mar, foram sendo superadas pelos desenvolvimentos náuticos necessários no empreendimento capitalista. Desta forma, foi possível um lento processo de inserção do mundo africano na economia dos europeus, inicialmente conduzido pelos portugueses, que protagonizaram um “*Mare Clausurum*” no Oceano Atlântico monopolizando suas relações comerciais. Através disto, foi possível estabelecer uma dominação que se estendeu aos dois lados do Atlântico, porém com dois modelos de inserção diferentes. Do lado oeste, a colônia brasileira, com efetiva dominação territorial decorrente da ausência de sociedades mais avançadas, mesmo assim com grandes dificuldades de consolidação, uma vez que a resistência das sociedades locais ocorreu na maioria dos casos. Já no lado oriental, os portugueses, de longa data, não conseguiram uma ocupação territorial, embora tenham alcançado esta porção quase um século antes chegarem na América do Sul. Estabeleceram com as sociedades locais africanas acordos de comércio através da construção de feitorias, devido à maior organização social e política existente no continente, as quais permitiam um comércio com o interior do território, principalmente através dos grandes rios africanos. Esses acordos atendiam aos interesses de curto prazo do capitalismo, sua motivação inicial. (Del PRIORE, 2004)

A superioridade marítima acabou por conferir algumas vantagens políticas aos portugueses, mas não foi suficiente para subjugar os povos que habitavam o litoral do continente. Portanto, não se pode subestimar a dimensão social africana no desenvolvimento do colonialismo europeu. Mesmo que a África subsaariana tenha sido proeminente no contexto da escravidão no continente americano e no comércio do Atlântico. (MILLER, 1996) O que não a livrou de uma forte dominação européia.

A África Subsaariana esteve conectada por redes, desde há muito inserida às demais partes do mundo, havendo, ao longo da História, modificações do atores na configuração, intensidade e motivações destes fluxos, que reservaram papéis diferenciados a esta região no cenário internacional.

Na atualidade, após um relativo isolamento da porção subsaariana do continente em relação ao sistema internacional até os anos 90, novas perspectivas se delineiam para esta região. Uma das perspectivas que surgem para a África Subsaariana está ligada à preocupação com a segurança global¹⁴, já que foram detectados, nesta região, indícios de núcleos da rede terrorista Al-Qaeda, como já foi visto no início deste trabalho, com relação à militarização norte-americana na região.

Além disso, a região está propensa aos distúrbios sociais decorrentes de suas fronteiras artificiais (VIZENTINI, 2007). Parece indispensável uma estratégia confiável de prevenção e solução dos conflitos, numa instância superior à dos mecanismos criados pela OUA em 1963, pois ela dispõe de capacidade para capitalizar recursos suficientes, devido às características dos Estados que a compõe, para que se exerça com eficiência o direito reconhecido pela Carta constituinte da União Africana de *“intervir em Estado membro, por decisão da Conferência, em certas situações graves, como crimes de guerra, genocídio e crimes contra a humanidade”, ou de responder ao “direito dos Estados membros de solicitarem a intervenção da União para restaurar a paz e a segurança”*. (Carta da OUA, 1963)

¹⁴ Ver o capítulo primeiro.

Em função das potenciais ameaças de convulsões sociais e do terrorismo, a União Africana (UA), sucessora da OUA, com apoio dos organismos internacionais, necessita elaborar uma estratégia de controle do espaço para que suas forças de paz, juntamente com cada exército nacional, possam estar à disposição de um órgão sub-regional de prevenção e gestão de conflitos, um contingente de soldados formados e equipados para operações de manutenção ou de restabelecimento da paz, assim como estabelecer comandos regionais à semelhança do Africom. Sem, contudo, permitir que as potências façam ressurgir um novo modelo de colonialismo, mas si, de modo a garantir a auto-determinação de cada um dos povos da região. (VIZENTINI, 2007) A questão da coordenação com as instâncias sub-regionais existentes deverá ser normatizada no âmbito da organização, de outra maneira os riscos de instabilidade não diminuirão – submetendo a essa lógica outros organismos presentes, como o do Reforço da Capacidade Africana de Manutenção da Paz (Recamp), da França, o African Center for Security Studies (ACCS), dos Estados Unidos, e o British Military Advisory and Training Team (BMATT), da Grã-Bretanha, que devem ser integrados a esta estratégia ampla. Pois na região, surgem potências regionais, como a África do Sul, a Nigéria e o Sudão. O conflito de Darfur – em parte uma briga entre o Sudão e o Chade pela hegemonia regional – é acompanhado de perto pela União Africana, que participa também dos esforços pela manutenção da paz (Serra Leoa no passado, República Democrática do Congo hoje). Organizações regionais se reforçam e desempenham um papel cada vez mais importante. Em outubro de 2006, o Conselho pela Paz e Segurança da União Africana e a Comunidade Econômica de Estados da África Ocidental (Cedeao) tentou dar início ao processo de paz na Costa do Marfim. A falta de recursos ainda é um forte limitador das metodologias dessas organizações. (Le Monde, 2007)

Outras três alavancas da devastação no subcontinente, são os danos estruturais causados às sociedades africanas promovendo uma desestabilização social e política. Primeiramente, a inserção nos mercados mundiais fragilizou o setor agrícola (dois terços da população subsaariana vive em áreas rurais), devido principalmente a um jogo de concorrência desleal, que favoreceu a pauperização e o êxodo em direção às cidades, que, por sua vez, sofreram forte desorganização espacial. Em seguida, a classe média foi comprimida. Desde os

anos 80, as sociedades africanas polarizaram-se entre muito pobres e muito ricos: os 20% mais ricos da população têm uma renda dez vezes superior à dos 20% na outra ponta da escala. O desenvolvimento de um país depende em grande parte do dinamismo da classe média, cuja ascensão oferece novas perspectivas aos mais desfavorecidos, como afirmou o cientista político ganês Kwame A. Ninsin (2000): *"Durante a atual fase de expansão do capital, com suas novas formas de acumulação, muita gente, inclusive a classe média, foi privada de seus meios de produção, empobrecida, maltratada e quebrada pelas forças do mercado"*,

Por fim, a ideologia liberal serviu para desorganizar os Estados recém criados e submetidos à lógica da Guerra-Fria. Foram fragilizados pela ausência de conteúdo efetivo do modelo liberal e permitiram que regimes autoritários se instalassem no poder. Esses regimes não foram questionados pelas grandes potências mundiais, uma vez que garantiam a estabilidade política necessária aos interesses econômicos, admitindo a cartilha liberal ao pregar disciplina orçamentária, liberalização financeira, abertura dos mercados e privatizações, defendidas pelo FMI. (VIZENTINI, 2007) A situação constitui, desde o início, um entrave para o desenvolvimento: a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento mostrou que um impulso público seria indispensável para a chegada de investimentos do setor privado, e com Estados frágeis o capital que chega não é suficiente para alavancar investimentos estruturais, quase sempre para cobrir o déficit externo (VIZENTINI, 2007).

A África beneficiou-se muito pouco da globalização e dos investimentos diretos externos nos últimos anos. E devido aos problemas suscitados a África Subsaariana, na década de 90, passou por uma crise outra crise – após a década perdida -, gerada por uma combinação complexa de fatores endógenos e exógenos, uma vez que se verificava, nesta região, uma estrutura produtiva pouco diversificada e integrada ao comércio internacional, aliada à queda dos preços das matérias-primas, epidemias como o HIV-AIDS e a malária, conflitos, instabilidade política, má administração e corrupção, desconfiança dos investidores nacionais e estrangeiros, grande concentração de renda. E tudo isso se reflete numa qualidade de vida que beira a miséria e aparece no indicador da ONU, o IDH destes países, que se encontram muito aquém da média mundial. Quadro que vem se modificando

graças à maturidade que alguns Estados vêm alcançando, muito embora os conflitos, principalmente intraestatais não tenham desaparecido, renovando a expectativa de um desenvolvimento mais sólido para a região subsaariana. (VIZENTINI, 2007)

Com tudo isso as mudanças lentas, porém graduais que ocorrem na África subsaariana, de uma forma sempre dramática - movimentos sociais, golpes de Estado, guerras, epidemias, miséria -, dando a impressão de que ela é um caos, as conturbações na região subsaariana não são menos compreensíveis do que em outros lugares. Não se pode esquecer que os Estados Nacionais constituíram-se a pouco tempo e, como ocorreu na Europa, estão em processo de consolidação e ajustamentos, que admitem certos problemas como: o autoritarismo e genocídios regionalistas, etc. (VIZENTINI, 2007) As simplificações que a mídia apresenta e os preconceitos depreciativos são, geralmente, decorrentes da falta de conhecimento da realidade do continente. Durante dez anos cruciais (1989-1999), a maior parte da superestrutura política e econômica que organizava o continente foi repensada ou simplesmente transitou para a democracia. O fim da Guerra-Fria pôs fim aos conflitos elaborados do exterior, como em Angola ou Moçambique, e que desestabilizavam fortemente a porção centro-sul da região subsaariana. Os regimes pseudo-comunistas desapareceram ou se converteram em economias de mercado (Benin, Etiópia, por exemplo). O desmonte do *apartheid*, na África do Sul, selou o fim simbólico do colonialismo europeu. O pluripartidarismo difundiu-se da República Democrática do Congo (RDC) até Cabo Verde, passando pelo Quênia e a África Central. (DUPAQUIER, 2002)

Essas mudanças podem ser encaradas de duas maneiras. Por um lado, as tensões potenciais de todo tipo cujas transformações podem ou não provocar uma anômia social. Por outro lado, há o espaço político e social, a margem de manobra que se abre com o repensar de todo simbolismo da globalização. Ou seja: cada drama ou perigo carrega também uma esperança ou a possibilidade de uma mudança positiva. É assim com golpes de Estado, que servem às vezes para reconduzir à democracia — como em Mali em 1991, quando os militares derrubaram o ditador Mussa Traoré antes de devolver o poder aos civis. Os rebeldes da Mauritânia tiveram a mesma intenção em 2005. (DUPAQUIER, 2002)

Pelo quadro apresentado do espaço político-econômico-social pode-se fazer uma de análise multiescalar, que permite observar tanto a macro-região da África Subsaariana como as mesoregiões do Sahel, do Golfo da Guiné, da região Central, do Nordeste, da porção Oriental, da porção Austral, a África do oceano Índico, e até a escala nacional. Além disso, a partir da análise de tabelas a seguir, pode-se perceber que a África subsaariana é um mosaico complexo que não permite uma permeabilidade simplória de seu espaço por políticas externas menos elaboradas, que podem produzir erros recorrentes ou assertivas conflitivas.

Assim, uma política externa de aproximação que possa se transformar em um agente ativo e participar como colaborador na inserção da África subsaariana no cenário internacional, e para isso necessário ter uma compreensão de algumas estruturas pré-existentes na região, que serviram e servem para perturbar as intenções européias e brasileiras com relação as suas políticas externas.

Alguns atores significativos e/ou que despertam maiores interesses geopolíticos por suas peculiaridades são indicados a seguir, a partir dos indicadores mais expressivos, justificando, ou pelo menos permitindo, que se forme uma idéia do cenário econômico e social que essas unidades têm desenvolvido nos últimos anos, e dessa forma pensar a inserção da região no cenário internacional devido à evolução que eles vêm apresentando.

Tabela 12 . África do Sul: Dados Macroeconômicos

	2003	2004	2005	2006	2007
PIB US\$ bilhões	166,8	216,8	242,0	255,4	256,1
Crescimento real do PIB (%)	3,1	4,8	5,1	5,0	4,8
População (milhões)	46,2	46,7	47,2	47,4	47,6
Exportações (fob US\$ bilhões)	38,70	48,24	55,28	63,77	71,09
Importações (fob US\$ bilhões)	35,27	48,52	56,48	69,94	76,36
Câmbio (média anual) = 1US\$	7,56	6,45	6,36	6,76	7,25

Fonte: EIU

A África do Sul, o principal país subsaariano e o que apresenta os números mais expressivos, possuindo também seus próprios interesses regionais,

como apresentaremos nos capítulos seguintes. A África do Sul é um dos mercados emergentes com uma abundante oferta de recursos naturais, bem desenvolvido financeira, juridicamente, com uma bolsa que é a 17^a. maior do mundo, e apóia uma moderna infraestrutura de distribuição dos produtos aos grandes centros urbanos em toda a região. O crescimento tem sido robusto desde 2004, como a África do Sul tem os benefícios da estabilidade macroeconômica e um “boom” global de *commodities*. No final de 2007, a África do Sul começou a experimentar uma crise de eletricidade devido à fornecedora estatal Eskom ter sofrido problemas com o abastecimento. Os assustadores eventos econômicos da era do *apartheid*, permanecem - especialmente a pobreza, a falta de capacitação econômica entre os grupos desfavorecidos e uma escassez de transportes públicos. (CIA FACTBOOK. 2007)

Tabela 13. Angola: Dados Macroeconômicos

	2003	2004	2005	2006	2007
PIB US\$ bilhões	14,0	19,3	32,8	33,9	47,3
Crescimento real do PIB (%)	3,3	11,2	20,6	18,6	16,3
População (milhões)	15	15,5	15,9	16,4	16,9
Exportações (fob US\$ bilhões)	9,508	13,475	24,109	31,343	43,154
Importações (fob US\$ bilhões)	5,48	5,831	8,353	11,276	15,223
Câmbio (média anual) = 1US\$	74,6	85,5	87,2	80,4	76,6

Fonte: EIU

Angola possui uma elevada taxa de crescimento do PIB e das exportações, impulsionada pelo setor petrolífero. Com os recordes de preços que vem atingindo, o petróleo vem contribuindo com cerca de 85% do PIB e apóia um crescimento econômico superior a 15% a partir de 2004. Em 2005, o governo angolano utilizou uma linha de crédito de US\$ 2 bilhões de dólares, aumentado para US\$ 7 bilhões, com recursos provenientes da China, que foram destinados à reconstrução da infraestrutura. Angola também teve grandes linhas de crédito do Brasil, Portugal, Alemanha, Espanha e da União Européia. Com os recursos do petróleo, conseguiu reduzir a inflação de 325% em 2000 para menos de 13%, em 2007. Angola tornou-se membro da OPEP, em finais de 2006, e em finais de 2007

foi-lhe atribuída uma quota de produção de 1,9 milhões de barris por dia. Um pouco menos do que o BBL Angola, 2 a 2.5 milhões que o governo tinha solicitado. Para aproveitar plenamente de seus abundantes recursos nacionais - ouro, diamantes, extensas florestas, pescas do Atlântico, e de grandes jazidas de petróleo - Angola terá necessidade de implementar reformas no governo, aumentar a transparência, e reduzir a corrupção. O governo tem rejeitado um programa formal do FMI, embora faça consultas e cooperação *ad hoc*. A corrupção, especialmente em sectores de extração, e os efeitos negativos de grandes fluxos de moeda estrangeira são os grandes desafios com Angola. (CIA FACTBOOK. 2007)

Tabela 14. Nigéria: Dados Macroeconômicos

	2002	2003	2004	2005	2006
PIB US\$ bilhões	46,7	58,3	72,1	91,4	116,7
Crescimento real do PIB (%)	3,8	10,4	6,4	6,2	5,6
População (milhões)	129,9	133,2	136,5	139,8	144,0
Exportações (fob US\$ bilhões)	17,67	27,25	37,28	53,13	57,45
Importações (fob US\$ bilhões)	13,63	17,19	19,44	25,45	26,91
Câmbio (média anual) = 1US\$	120,58	129,22	132,89	131,27	128,65

Fonte: EIU

A Nigéria sofre longa instabilidade política, com corrupção, infraestrutura inadequada, e pela má gestão macroeconômica. Agora procura realizar algumas reformas que pretendem mudar a mentalidade administrativa. Na Nigéria os ex-militares governantes não conseguiram diversificar a economia, mesmo com a elevada disponibilidade de capital proveniente do setor petrolífero, que fornece 20% do PIB, 95% das divisas, e cerca de 80% das receitas orçamentais. O setor agrícola em grande parte subsistência, não foi capaz de manter o rápido crescimento populacional – a Nigéria é o país mais populoso da África - uma vez que um grande exportador de alimentos no passado, agora tem de importar alimentos. Na seqüência da assinatura de um acordo *stand-by* com o FMI em agosto de 2000, a Nigéria negociou uma reestruturação da dívida externa e tratou com o Clube de Paris um crédito de US\$ 1 bilhão ao FMI, no contingente das reformas econômicas. A Nigéria foi afastada do programa do FMI em abril de 2002, depois de não cumprir

metas de taxas de câmbio e de gastos, tornando-se inelegível para o perdão da dívida adicional a partir do Clube de Paris, mas voltou rapidamente a se aproximar das medidas propostas pelo FMI para a economia. Em 2003, o governo começou a desregulamentação dos preços dos combustíveis, anunciou a privatização do país em termos de quatro refinarias de petróleo, e instituiu a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico, internamente um programa concebido e executado modelo econômico do FMI para a Redução da Pobreza e Crescimento da Facilidade para a gestão fiscal e monetária. Em novembro de 2005, o Clube de Paris aprovou para um perdão da dívida - que eliminou US\$ 18 bilhões da dívida em troca de US\$ 12 bilhões em pagamentos -, um pacote no valor total de US\$ 30 bilhões do total da Nigéria de US\$ 37 bilhões da dívida externa. O acordo exige que a Nigéria se sujeite as rigorosas opiniões do FMI. O PIB cresceu fortemente em 2007, baseado em grande medida nas exportações de petróleo bruto e de alta mundial dos preços. O recém-eleito Presidente Yar'Adua se comprometeu a prosseguir as reformas econômicas do seu antecessor, e com a proposta de orçamento para 2008 reflete a ênfase na melhoria das infra-estruturas. Infra-estrutura é o principal entrave ao crescimento. O Governo está trabalhando para desenvolver parcerias público-privadas mais fortes para a eletricidade e estradas. (CIA FACTBOOK. 2007)

Tabela 15. Congo: Dados Macroeconômicos

	2003	2004	2005	2006	2007
PIB US\$ bilhões	5,6	6,6	7,1	8,7	9,8
Crescimento real do PIB (%)	5,7	6,6	6,5	6,4	7,0
População (milhões)	55,2	56,9	58,7	60,6	62,6
Exportações (fob US\$ bilhões)	1,3	2,1	2,2	2,8	3,0
Importações (fob US\$ bilhões)	1,5	2,1	2,2	2,8	3,0
Câmbio (média anual) = 1US\$	405,2	395	473,9	468,3	520,0

Fonte: EIU

O Congo é o segundo país em crescimento do PIB na região, contudo sua participação na economia internacional ainda é inexpressiva. Mas pode ser cooptado pelo neoliberalismo, além de ocupar uma posição estratégica no continente.

A economia da República Democrática do Congo - uma nação dotada de grande riqueza potencial – está se recuperando lentamente de duas décadas de declínio. O conflito que começou em agosto de 1998 provocou uma redução drástica da produção e das receitas públicas nacionais, o aumento da dívida externa, e resultou na morte de mais de 3,5 milhões de pessoas fruto da violência, fome e doença decorrente do empobrecimento. Empresas estrangeiras encerraram suas operações devido à incerteza sobre o desfecho do conflito, falta de infraestruturas, bem como o ambiente operacional difícil. A melhoria das condições começou a ocorrer no final de 2002, com a retirada de uma grande porção das tropas estrangeiras que agiam no país. O governo transitório reatou as relações com as instituições financeiras e os doadores internacionais, e o Presidente Kabila começou a aplicar reformas propostas pelo FMI. Mas em março de 2006 o FMI diminuiu suas ações, porque o governo não conseguiu controlar o orçamento. Grande parte da atividade econômica ainda ocorre no setor informal, e não se reflete nos dados do PIB. As atividades no setor mineiro foram renovadas, sendo a fonte da maior parte das exportações impulsionada por um controle fiscal que melhorou o crescimento do PIB. As reformas do governo e a segurança melhorada podem levar a um aumento das receitas fiscais, fora a assistência de outros governos e o investimento direto estrangeiro, muito embora o quadro jurídico incerto, a corrupção, e uma falta de transparência na política governamental continuem os problemas de longo prazo. (CIA FACTBOOK. 2007)

Tabela 16. Quênia: Dados Macroeconômicos

	2002	2003	2004	2005	2006
PIB US\$ bilhões	#	15	16,2	19,1	22,8
Crescimento real do PIB (%)	#	2,9	5,1	5,7	6,1
População (milhões)	#	33,8	34,7	35,6	36,6
Exportações (fob US\$ bilhões)	#	2,4	2,7	3,4	3,5
Importações (fob US\$ bilhões)	#	3,5	4,3	5,6	6,7
Câmbio (média anual) = 1US\$	#	75,9	79,1	75,5	72,1

Fonte: EIU

Na porção oriental da região o Quênia é o país com os melhores indicadores, embora apresente tensões sociais que ativadas podem desestabilizar política e economicamente o país.

Núcleo regional de comércio e finanças na África Oriental, o Quênia tem uma economia fundamentada sobre vários produtos primários cujos preços têm permanecido baixo. Em 1997, o FMI suspendeu o Quênia do programa de ajustamento estrutural, devido à incapacidade do governo em manter reformas e reduzir a corrupção. A grave seca de 1999 a 2000 agravou os problemas do Quênia, causando racionamento da água e de energia, reduzindo a produção agrícola. Como resultado, contraiu em apenas 0,2% o PIB de 2000. O FMI, que tinha retomado os empréstimos em 2000 para ajudar o país por causa da seca, uma vez mais bloqueou os empréstimos em 2001, quando o governo deixou de combater a corrupção e instituir várias medidas econômicas. Apesar da volta das chuvas, em 2001, os preços dos produtos não baixaram, a corrupção, e o parco investimento limitaram o crescimento econômico a 1,2%. O crescimento ficou em 1,1% em 2002 devido às chuvas irregulares, diminuindo a confiança dos investidores. Em dezembro 2002 as eleições colocaram fim ao reinado de 25 anos, e um novo governo tomou posse e enfrentou os problemas econômicos que ameaçam a nação. Depois de alguns progressos no início, o enraizamento da corrupção não estimula o apoio dos doadores; o governo Kibaki foi agitado com escândalos de alto nível em 2005 e 2006. Em 2006 o Banco Mundial e o FMI atrasaram os empréstimos pendentes, por não ver ações concretas para o combate à corrupção. As instituições financeiras internacionais e os doadores reiniciaram os empréstimos, apesar da pouca ação do governo para lidar com a corrupção. Os escândalos não diminuíram, mas o crescimento é estimado em termos reais em mais de 6 por cento em 2007. (CIA FACTBOOK. 2007)

As questões demográficas aparentemente podem levar a uma interpretação errônea sobre a região, quando se toma as premissas da fome e da AIDS. É preciso aprofundar a análise sobre os dados que a região tem apresentado para se romper com o mito do decréscimo populacional que a África Subsaariana vem sofrendo. É importante observar que a população subsaariana se multiplicou por 7 (GUENGANT, 2008) no último século, depois de ter sofrido uma redução

produzida pelo colonialismo, e continua a apresentar uma expansão da ordem de 2,5% a.a., taxa superior à mundial. Portanto, a fome e a AIDS não comprometeram o crescimento populacional, considerando que inúmeros programas de prevenção à doença são empreendidos na região e produzem um viés declinante das taxas. (MAY, 2008). Em 2001 as pesquisas mostravam que 9% da população estava infectada pelo vírus. Mais recentemente, em 2006, as novas taxas revelaram uma queda para 6%, com diminuição de um terço. (GUENGANT, 2008). Mesmo assim, a região subsaariana ainda é subpovoada, com densidade demográfica de 32 habitantes por Km² (GUENGANT, 2008)

2.3. O mundo subsaariano: histórico da inserção internacional

A presença internacional da África subsaariana esteve, durante muitos séculos, circunscrita às relações com os colonizadores. Estes desprezaram as características sócio-políticas existentes e impuseram à região um controle econômico, cultural e depois político, seguindo os padrões ocidentais e atendendo aos interesses capitalistas.

A partir da Conferência de Berlim, em 1884, os europeus definiram as formas de exploração econômica e, subliminarmente, a partilha da África. O que impediu a formação de estados livres e a manutenção dos territórios já ocupados pelas potências européias, com exceção do Congo proposto por Leopoldo II da Bélgica, mas que atendia aos interesses destes (WESSELING, 1998), bem como o desenvolvimento de relações bilaterais e/ou multilaterais com outras nações, Mesmo a intra-regional, como também a constituição e/ou manutenção de seus próprios modelos políticos. Pois as estruturas políticas existentes, segundo os padrões europeus, deveriam evoluir dos originais sistemas africanos classificados como: anarquia, chefatura e hegemonia (GIORDANI, 1985:123), para um sistema de estados com sociedade democrática, por influência da presença européia. Dessa forma, o histórico da região subsaariana foi envolvido por longo período de dominação dos países europeus, que acabou servindo para acelerar o sentido ocidental de organização da sociedade, em substituição à tradicional organização tribal existente na região.

A dominação européia por quase cinco séculos, muito embora não tenha sido efetiva durante aproximadamente quatro deles, mas a fase de ocupação mais intensa que se iniciou no fim do século XIX, não permitiu uma organização sócio-econômica da região no padrão ocidental, como esperava o europeu. Muito embora tenha desenvolvido estruturas que engendraram instituições políticas e sociais no mundo africano, que acabaram servindo para apoiar a descolonização e sua inserção no cenário internacional. Todavia, a espoliação imposta pelos colonizadores esvaiu parte das riquezas naturais dessa porção da África subsaariana e não foi capaz de inculcar os ideais e valores ocidentais de forma generalizada e consistente na população, muito menos de reverter uma parte significativa dos recursos expatriados para as metrópoles em benefício do desenvolvimento das colônias.

As estruturas ocidentais acabaram vinculadas aos modelos tradicionais do continente, de forma que nem sindicatos nem partidos políticos prescindiram das relações clânicas que davam sentido à sociedade africana e impregnaram essas estruturas organizacionais. (KI-ZERBO, 1972: 165-171) A metodologia colonizadora não se importava com modelos culturais existentes na África subsaariana, pois reprimia fortemente o que podia ameaçar a autoridade colonial. Procurava aglutinar dentro das colônias diferentes etnias sob o mesmo estatuto colonial, o que pressupostamente enfraqueceria quaisquer movimentos sociais. Porém algumas formas de organização, transpassadas das sociedades metropolitanas, conseguiram aglutinar os anseios africanos de autonomia. Esse mosaico cultural que caracterizou as colônias e constituiu-se numa variável de difícil superação após a independência, dada a sobrevivência do princípio da inflexibilidade das fronteiras, vai em direção das dificuldades que se apresentam para o desenvolvimento da política externa brasileira e, por isso, precisam ser apreciadas em alguns casos particulares, principalmente aqueles países com maior aproximação do Brasil e que não tenham a identidade cultural linguística, como Nigéria, Gana, entre outros.

Portanto, a inclusão recente, últimos cinquenta anos, de novos países da África subsaariana no cenário internacional ainda vem sentindo os efeitos do longo período colonial e pós-colonial e da articulação econômica de cunho

imperialista herdada (FERRO, 1996). As dificuldades que os países enfrentam para ordenar o espaço interno passam, primeiramente, pelo estabelecimento da ordem político-social que afetava a esfera econômica, que possibilitaria garantir algum nível de desenvolvimento graças às riquezas minerais e agrícolas existentes, muito embora de forma desigual, mesmo que grande parte das atividades ainda esteja sob controle dos antigos colonizadores. Mas a ordem interna desestimulava o estabelecimento de novas relações fora do continente, principalmente pela ausência de um quadro de pessoal administrativo qualificado, uma vez que o sistema educacional das metrópoles jamais foi desenvolvido nas colônias, como também a instabilidade das fronteiras, uma vez que a geografia da região originalmente se fundamentava na organização territorial tribal que lhe dava estabilidade política, apesar de suas características primitivas. Mesmo assim, iniciativas intracontinentais buscam construir um conjunto de normas para ajuda recíproca, principalmente as desenvolvidas pela política externa brasileira, a serem pesquisadas neste trabalho.

Outra dimensão importante para o atraso que vem sofrendo a região subsaariana, e que merece ser detalhada no trabalho, diz respeito às novas formas de submissão a que os países estão impostos. Como as normas dos organismos financeiros internacionais, que procuram atender os interesses das nações mais ricas. Dessa forma, a região encontra limites para o seu desenvolvimento, diante do acirramento da Divisão Internacional do Trabalho – DIT – entre as nações pobres, que devido aos baixos preços dos produtos primários no mercado internacional, base das economias subsaarianas, e as crises do capitalismo que as afetam fortemente, impondo severas restrições em suas economias.

As opiniões dos participantes do Fórum Brasil-África, realizado em 2003, sobre os caminhos do desenvolvimento econômico são consensuais quanto à necessidade de estímulos externos nesse sentido. Identificam-se algumas carências principais que precisam ser valorizadas, procurando soluções domésticas para o encaminhamento do continente, principalmente no âmbito do Nepad. Muito embora, a paz e o desenvolvimento não se realizem separadamente. É, portanto, necessário solucionar os problemas demográficos, um dos maiores desafios para as esferas econômica, ambiental e político-social.

Os interesses brasileiros na região nos últimos quarenta e sete anos não avançaram de forma significativa, por inúmeros problemas de ordem interna e externa. Mas é preciso observar que os países da África subsaariana, devido à posição geográfica da região, com ambientes semelhantes, apontam para uma competição no mercado internacional das *commodities* e em outros produtos de origem mineral. Deve-se assinalar também que a formação das organizações supranacionais no continente africano, deve influenciar nas assertivas das políticas externas voltadas para o continente, ponderando sua importância e nível de ingerência no panorama interno dos países. O caso da NEPAD (2003) – Nova Parceria para o Desenvolvimento de África, cujos objetivos englobam, entre outros, a promoção do desenvolvimento sustentável do continente estendendo-se para o estabelecimento de parcerias fora do continente para superar a estagnação das últimas três décadas que provocaram a diminuição da renda per capita e a deterioração da produção, com uma maior instabilidade política e social. O NEPAD também pretende agir nessa área, construindo mecanismos de prevenção, gestão e resolução de conflitos em todos os níveis, e assegurando que sejam utilizados para a manutenção da paz.

Isto posto, parece que a África do Sul pretende afirmar seu papel de líder na porção meridional da região subsaariana, que será mediada pela sua condição de potência regional, o que leva à exigência de um estudo da política externa brasileira que deve passar pela análise dos acordos governamentais, com ênfase nos instrumentos de cooperação estabelecidos com os países da região, a fim de encontrar as assertivas que beneficiem o projeto brasileiro e não interfiram nos objetivos sul-africanos, principalmente. Pois este país conta com a existência de uma boa infra-estrutura, acumulação de capital financeiro, capital humano, capacitação das instituições de desenvolvimento, diversificação estrutural da produção, melhoramento das condições de concorrência, etc.

2.4. A inserção da África Subsaariana na geopolítica internacional

Os aspectos que afetam a História da África devem ser procurados em seus fundamentos que, quanto mais conhecidos, mostram as diversidades

presentes no panorama do continente e influenciaram as assertivas ancoradas pelas políticas externas de diversos países, inclusive o Brasil.

Desde a antiguidade se tem notícias da existência de cidades no interior do continente africano, bem como de vários povos que habitavam a porção oriental.

“Nomes de povos e regiões sobreviveram à Antiguidade: Mauritânia, Líbia, garamantes, getulos, númidas, Hespérides e até mesmo Níger, empregado por Ptolomeu e retomado por Leão o Africano e depois pelos europeus modernos. (...) mais do que dados reais, a representação que a Antiguidade fazia da África.” (Giordani, 1985: 19)

Por outro lado, há um forte vínculo entre o cenário geográfico africano e os eventos históricos (GIORDANI, 1985), como podemos observar durante o início da presença portuguesa, quando tentaram penetrar no interior do continente, partindo da foz dos grandes rios africanos, esperando encontrar inúmeras possibilidades de comércio nas cidades de que ouviam notícias. (DEL PRIORI, 2004) O próprio mapa do continente mostra seu caráter maciço, com relevo acidentado e rede hídrica complicada, evidenciando as dificuldades para sua conquista por povos extracontinentais. Não esquecendo o grande deserto do Saara, que permitiu a formação de duas Áfricas.

A porção subsaariana viveu dois momentos diferentes ao longo da história do continente. Enquanto a parte oriental mantinha relações com os povos do sul da Ásia desde a Antiguidade, a parte ocidental, banhada pelo oceano Atlântico, só no século XV começou a manter relações com outros povos, a partir das expedições portuguesas, expondo diferentes civilizações: a capitalista europeia e a africana, que graças à imensidão territorial do continente não tinha construído a noção de propriedade do solo. Dessa percepção decorre a pouca valorização da terra e o valor atribuído à mão-de-obra, que acabou contribuindo para a escravidão do africano, dentro do continente e depois fora dele, desenvolvida pelos colonizadores europeus. (GIORDANI, 1985)

O ano de 2007 marca o 50º aniversário das independências africanas. Seu início foi a partir do dia 6 de março de 1957, quando a colônia britânica de Gold Coast se converteu no Estado independente de Gana, sendo a primeira colônia a alcançar esse status, no que então se denominou África Subsaariana. (VIEGAS, 2007)

O líder do movimento que triunfou na luta pela independência foi Kwame Nkrumah ocorrida em 1957. Sendo um grande ponto de inflexão na história da África, o mundo enviou seus líderes para fazerem parte das celebrações do aniversário da independência em Acra. A Grã-Bretanha enviou a Princesa de Kent e o seu Primeiro Ministro, Sir Harold Macmillan. O Vice-Presidente Richard Nixon assistiu a solenidade representando os Estados Unidos. (VIEGAS, 2007)

A independência de Gana foi seguida em 1958 pela recusa da Guiné em permanecer dentro da órbita francesa e por uma enxurrada de independências em 1960 - dezesseis países no total. O ano de 1960 foi batizado como “o ano da África”. Foi também o ano da crise do Congo, a primeira guerra civil da África independente, o primeiro reenvio de tropas européias, franceses e belgas, para a África depois da independência, e o primeiro assassinato de um chefe de governo africano - o Primeiro Ministro Patrice Lumumba. (GIORDANI, 1985)

Entretanto, o que foi denominado “*downward sweep of African liberation*” (WALLERSTEIN, 2007) continuou mais alguns anos, até que se encontrou na região austral a colonialmente dominada África do Sul e as colônias portuguesas de Angola e Moçambique, o Estado Independente da Rodésia (atual Zimbábue), África do Sudoeste (atual Namíbia) controlada pelos sul-africanos, e o *apartheid* na África do Sul. E que custou outros vinte anos para alcançar a independência de todos estes Estados.

Enquanto isso, a euforia de 1957-1960 abriu passagem para novas realidades. Os países subsaarianos procuravam sua consolidação e o desenvolvimento econômico. Contudo, os golpes militares, as guerras civis e as guerras interestaduais, somadas às severas dificuldades econômicas desencadeadas, mas não causadas, pelos aumentos do preço do petróleo,

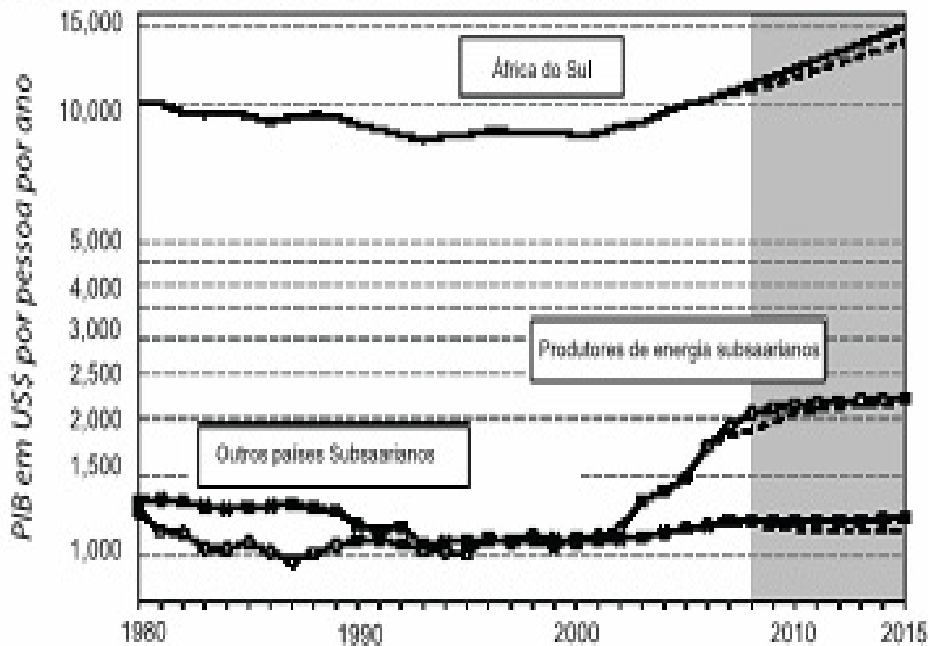
obstaculizaram o processo em seu momento inicial. O otimismo subsaariano apesar disso, procurou superar essas dificuldades mas a fragilidade da região desenvolveu uma crescente atuação internacional das antigas metrópoles européias. (VIZENTINI, 2007)

O fim do colonialismo parecia que seria seguido pelo neocolonialismo, devido à contínua dependência econômica dos Estados Africanos em relação à Europa Ocidental e à América do Norte. O remédio era a unidade africana. Conseguir perceber as dimensões da África como um todo e a região subsaariana como identidade, e redefinindo-as. O movimento para a unidade Africana se transformou simplesmente de uma fraca estrutura chamada Organização para a Unidade Africana (OUA), para a posteriormente denominada União Africana (UA), mas sem ser fortalecida.

Em 2007, o quadro político e econômico da África não coincidia com as esperanças e expectativas de 1975. Aqui e ali, se podem assinalar algumas pequenas melhoras econômicas. Mas em geral, as estatísticas mostram que a África teve um desempenho mais fraco dentre todos os continentes. E, aqui e ali, se pode assinalar alguma renovada vibração no cenário político. Contudo, a maioria dos Estados está ainda sob o domínio de grupos que não toleram oposição e que necessitam avançar em termos políticos. Os resultados assimétricos podem sofrer uma reviravolta, com os países buscando alternativas de inserção internacional baseadas em sua geografia. A figura 3 mostra as assimetrias subsaarianas e as tendências futuras.

Figura 3.

Tendências de Rendimentos na África Subsaariana



A linha superior para 2008-15 apresenta os resultados projetados sob o cenário do nível de referência.

A linha inferior (pontilhada) apresenta resultados havendo uma recessão estadunidense e um pacote de recuperação.

Fonte: www.undp-povertycenter.org. 2008.

2.5. Continente africano busca soluções

Apesar de tantas mazelas, o povo africano, sobretudo da chamada África Subsaariana ou Negra, parece começar a *ver luz no fim do túnel*. Várias associações de países e organismos internacionais têm buscado soluções para problemas que pareciam crônicos. Alguns países isoladamente também conseguem *desatar nós* difíceis. Angola, por exemplo, pôs fim a uma guerra civil de quase três décadas e começa a se reconstruir.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa é um dos organismos internacionais empenhados na tarefa de coordenar investimentos em nações africanas. Recentemente, a entidade criou um fórum empresarial, que se reuniu pela primeira vez em junho deste ano, em Lisboa, para discutir uma forma articulada de ações empresariais nos países-membros da CPLP na África: Angola,

Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde. Os outros componentes do grupo são Brasil, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

Em linha com este raciocínio está o último relatório do Banco Mundial (2008) para o desenvolvimento da África. No documento, o banco mostra que a ajuda aos países africanos muitas vezes nem chega ao seu destino, devido às dificuldades do continente, mas que, nos países em que se adotaram políticas razoáveis, os resultados foram satisfatórios. Há uma menção também aos casos de sucesso em que se buscou priorizar a formação de pessoal capacitado para produção e serviços, e não apenas a exploração dos recursos naturais, que estão escasseando.

Capítulo III

Os paradigmas da política externa brasileira

Uma pequena passagem pela política externa brasileira permite destacar o objeto de estudo em questão, pela sua perspectiva da diferenciação e aproximação. A construção do panorama histórico da diplomacia brasileira em seus momentos mais importantes, permitindo observar seus fundamentos e pressupostos que marcaram sua atuação no cenário internacional e precisar o viés subsaariano dela. E assim, destacar os governos de Geisel e de Lula, como aqueles que marcaram a clara penetração do Brasil no continente africano, sob diferentes contextos internos e externos. Nesses dois momentos diferentes do contexto político brasileiro, poderemos destacar uma continuidade e/ou ruptura dos paradigmas da política externa, em virtude do distanciamento dos centros do poder mundial consubstanciado por frequentes ações no sentido contrário. Isso requer uma breve e dirigida aproximação do histórico da política externa, com a finalidade de contrapor ou não os caminhos trilhados pelo país na sua atuação no cenário internacional.

3.1. O realismo e o idealismo dos primeiros anos da República

A política externa da monarquia brasileira foi marcada pelo distanciamento das questões continentais, decorrente da depreciativa avaliação sobre o comportamento das repúblicas hispano-americanas, rotuladas como corruptas e turbulentas, além do temor de uma expansão da influência político-militar dos Estados Unidos e com a criação de um protetorado influenciado pela Doutrina Monroe. Doutrina essa que teve como consequência o isolamento do país no continente. De outro lado, a aproximação das potências européias, motivada pela percepção realista do mundo que orientava a visão da diplomacia brasileira, no sentido dos regimes políticos semelhantes – monarquia democrática. (BUENO, 1995)

A partir da fundação da república brasileira, a política externa do país foi passando por mudanças que acompanharam as nuances internacionais,

porém com a substituição do realismo pelo idealismo voltado para o americanismo, caracterizado pela aproximação da Argentina, Uruguai e Chile, também dos Estados Unidos, mas ainda nutrindo certa desconfiança do poderoso país. Suscitando um desejo do país de se americanizar e estabelecer fortes relações com a América Latina, que acabaram por marcar os primeiros anos da república e a atuação da diplomacia.

Mesmo assim, as relações econômicas com a Europa, mais especificamente com a Grã Bretanha, não foram atingidas, pois os investimentos se mantiveram ao longo da transição e consolidação da república, mesmo com a demora do reconhecimento do novo regime político por parte do país bretão.

Ainda dentro da perspectiva do novo cenário, o Brasil demonstrava certa preocupação relativa à constituição de uma força hegemônica continental, pretendendo ser o país mais influente da América do Sul em oposição aos Estados Unidos. De fato, o Brasil caminhou, mesmo com a instabilidade de sua diplomacia, caracterizado pelo grande número de ministros das relações exteriores que ocuparam o cargo, empolgado com a aproximação continental. (BUENO, 1995).

O caso brasileiro pode ser visto como peculiar no contexto da formação dos Estados sul-americanos, no século XIX, no sentido de que a configuração do espaço nacional e sua demarcação territorial foram processos que se realizaram, antes por via de negociação e arbitragem internacionais do que pelo recurso à guerra, e garantiram uma posição de destaque no continente devido às dimensões territoriais. Ao contrário da maioria de seus vizinhos hispânicos, o sucesso diplomático desta empreitada fez com que, no início do século XX, o Brasil já se visse como um país geopoliticamente satisfeito, destacando-se o papel da diplomacia, em especial de seu ícone fundador, o Barão do Rio Branco. A delimitação praticamente definitiva, que de fato só foi concluída no primeiro governo de Vargas, principalmente na região amazônica (SCHWARTZMAN, 1982), das fronteiras geográficas, coincidiu assim com o início da diplomacia moderna e são as questões afetas à configuração do espaço nacional que vão constituir a agenda principal da política externa no início do século passado. Esta condição legitimou o modelo do Estado autônomo no discurso diplomático pautado pela resolução

pacífica das questões continentais, fundamentada na arbitragem, que considera a política externa uma questão de Estado, desvinculada e acima da política doméstica, lugar dos conflitos e das facções. (PINHEIRO, 2004)

De outro modo, os pressupostos e a diplomacia brasileira, orientada pelos governos republicanos, conduziu a política externa e seus representantes a partir das mesmas práticas do antigo regime, substanciada no pensamento da elite e de acordo com a visão de mundo desta, confirmando sua orientação liberal, entendendo a Divisão Internacional do Trabalho (DIT) como natural, onde, portanto, o Brasil cumpria sua natureza de fornecedor de matéria-prima. Assim, a diplomacia permanecia insulada, sendo monopólio da elite em seus primeiros tempos, só depois democratizando seu acesso através de concursos, e atuava para garantir a manutenção do quadro econômico do país. Nesse clima, a elite assegurava o modelo agrário monocultor e sua dominação política, sem se preocupar com as transformações que no mundo vinham, desde lá, ocorrendo, como se tudo se encaminhasse dentro da maior tranquilidade na esfera doméstica do país. (PINHEIRO, 2004)

"A República encontrara o Brasil na plenitude do seu prestígio internacional. Nossa política exterior merecera sempre de Pedro II minuciosa e vigilante atenção. O Imperador não somente percorria meticulosamente a correspondência das nossas missões diplomáticas que lhe era submetida ao exame e consideração pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, como, não raro, lhes traçava de próprio punho as normas de procedimento e acompanhava de perto as negociações entabuladas sobre todos os assuntos respeitantes à segurança e à integridade do Brasil. Além disso, punha o máximo escrúpulo na escolha de seus representantes no estrangeiro, dando invariável preferência aos homens versados no conhecimento da história e da geografia do Brasil e no estudo dos delicados e complexos problemas políticos e econômicos decorrentes da nossa contigüidade geográfica com quase todas as repúblicas sul-americanas.

Esta rigorosa seleção de valores, a que era alheia qualquer espécie de favoritismo político, acabou por formar um núcleo respeitável de técnicos e especialistas a quem o Governo Imperial podia descansadamente confiar a defesa de seus múltiplos interesses que eram, ao mesmo tempo, no estrangeiro, plenipotenciários da cultura e civilização brasileiras." Embaixador A. G. de Araujo Jorge¹⁵

¹⁵ "Introdução às Obras do Barão do Rio Branco", (1947, p. 7 a 11)

Na virada do século XIX para o XX, a política externa retorna ao seu tradicional realismo, com a retomada do privilégio político-econômico da Europa, que continuava como centro do poder mundial, procurando as vantagens comparativas econômicas para manter o balanço de pagamentos favorável, sem projeção significativa no cenário europeu, o que fez retornar os velhos antagonismos continentais, principalmente com a Argentina, com quem já disputava o prestígio na Europa e a liderança no continente.

Um primeiro ponto dessa nova perspectiva que deve ser levantado é a idéia de que cabe ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil a tarefa de interpretar as questões mundiais e estabelecer como o país deverá se inserir no sistema internacional. Esta forma de perceber a realidade surge *latu sensu* com a ascensão do Barão do Rio Branco ao MRE, em 1902. Coube também ao Barão do Rio Branco estabelecer uma “moderação construtiva” das relações internacionais, ou seja, uma leitura *grotiana* da realidade, de forma que o direito e a diplomacia surgem como instrumentos para tratar do conflito e da cooperação.

A conjuntura européia provocaria alterações decorrentes da Primeira Guerra Mundial e devido à participação do Brasil neste conflito, mesmo que não efetivamente, garantiu nova oportunidade de inserção no cenário internacional do pós guerra – sempre pretendida. O que foi visto pelo governo, como o momento favorável para alcançar a projeção que se entendia ter o país graças a sua pujança territorial. Neste período, vai se destacar pela primeira vez a diplomacia presidencial na condução da política externa, produzindo lideranças sem expressão no corpo diplomático, que acabaram por favorecer o personalismo nas representações brasileiras no exterior, principalmente durante a organização da Liga das Nações, onde o Brasil tentou intensamente, ao longo dos anos 20, projetar-se internacionalmente, principalmente após a saída dos Estados Unidos da organização. Mesmos assim, o país não conseguiu alcançar seus intentos, mesmo com uma boa atuação de seus prepostos, sendo frustrados os pleitos brasileiros de um lugar de destaque como membro permanente junto à organização à Liga das Nações recém criada.

No campo econômico, o enfraquecimento da Europa fez pesar a balança para os Estados Unidos, com um alinhamento que buscava a parceria econômica e política, já antiga, para uma consolidação continental, mesmo sem ter forças armadas representativas e com uma economia monoexportadora, em que o café representava quase 70% do comércio exterior. (GARCIA, 2000)

Dessa forma, o Brasil buscava duas frentes para sua política externa. Internamente passava a enfrentar uma oposição mais intensa que culminou com a Revolução de 30.

3.2. O americanismo do Estado-Novo

O novo quadro político do Brasil a partir de 1930 provocou mudanças na esfera da política externa. Primeiramente, a diplomacia passou por uma remodelação estrutural; o Itamaraty se profissionaliza e fortalece suas representações no estrangeiro, sob orientação expressa do presidente Vargas. Seu quadro de pessoal recebe instrução até o terceiro escalão, priorizando a qualidade na atuação do Ministério das Relações Exteriores. De outro lado, o insulamento e a prática da política externa presidencial continuam a prevalecer procurando dar conta da nova orientação pan-americanista que o governo vai adotar.

Duas questões pautaram mais fortemente a política externa brasileira no período. A primeira delas diz respeito aos limites territoriais, fundamental para a geopolítica continental. Por isso foi intensa a ação da diplomacia no sentido de colocar um fim nesta questão que se arrastava desde a independência, mostrando uma influência *ratzeliana* do pensamento político brasileiro da época. Vários acordos foram finalizados na primeira década de Vargas, que também procurou uma aproximação com a Argentina para estabelecer uma forte parceria, que foi alcançada com a reciprocidade das visitas presidenciais. (SCHWARTZMAN, 1986) Visitas essas substanciadas pelos acordos comerciais entre os dois países, que o Brasil depois procurou realizar com outras nações sulamericanas, reforçando a idéia governamental de unidade dos países da região.

A outra frente da política externa direcionou o país para um alinhamento incondicional com os Estados Unidos, na certeza de que a aproximação com este país traria ganhos econômicos e políticos importantes em termos continentais, como afirmou Schwartzman (1986). Assim, o governo procurou apoiar as propostas norte-americanas disparadas por Roosevelt para a integração continental. Aliás, mesma política que Vargas tentava aplicar na porção sulamericana (PINHEIRO, 2004), e que confirmava o fortalecimento da união com os Estados Unidos, que aqui pretendo destacar, em função da relevância para a condução das relações internacionais e de uma geopolítica mais abrangente para a inserção brasileira no cenário internacional.

O posicionamento brasileiro procurou reafirmar a tradição das resoluções pacíficas, conforme procurou se mostrar durante os conflitos regionais, como o caso de Letícia e do Chaco, onde o governo sempre se disponibilizou para o arbitramento, no sentido da resolução pacífica e harmonia continental, além da participação nas diversas conferências. Tal fato também marcou as atuações do Brasil junto à sociedade das nações, onde defendia a consolidação da Corte de Justiça, inclusive com o reconhecimento das nações européias. Mas era claramente pan-americanista a política externa. Isso acabou por ser confirmado no período da Segunda Guerra Mundial, quando do cumprimento do acordo de defesa coletiva do continente, que já vinha sendo desenvolvido através da troca de missões militares entre Brasil, EUA, Argentina e Uruguai, colocando fim à tradicional política de paz e neutralidade. (SCHWARTZMAN, 1986)

Dessa forma, o idealismo às relações internacionais passou a dominar o cenário do Estado-Novo. Neste trabalho vou verificar a correspondência universalista que não desapareceu da política externa, apenas ficando retraída pelos novos objetivos reformistas da nação no contexto das necessidades econômicas, rumo ao desenvolvimento e cujos debates tiveram fortes influências na orientação da manutenção do universalismo.

3.3. O novo cenário com alternâncias de paradigmas.

Com a emergência da Guerra Fria a política externa brasileira oscilou entre as teses do nacional-desenvolvimentista e entreguista. Que polarizavam as discussões políticas nesses novos tempos de liberdade e democracia que o país vivenciava. Permeada por reformas institucionais que procuravam manter o *status quo* da elite composta, também, a partir da industrialização da burguesia industrial urbana e com outros atores sociais, como a classe operária nascente. Contudo, uma característica permaneceu: a elite continuava predominantemente conservadora. E a bipolaridade mundial, muito embora tenha definido mais concretamente o sistema internacional, trouxe mudanças no quadro político, com a descolonização africana e asiática, inserindo novos países como atores do sistema, trazendo a temática das relações entre desenvolvidos-subdesenvolvidos. (VIZENTINI, 2005)

O período de 1946-1964 foi marcado pela decepção com o alinhamento compulsório aos Estados Unidos, na expectativa do reconhecimento do Brasil como grande aliado na América do Sul, que de fato não aconteceu. O governo republicano direcionou sua atenção para o confronto leste-oeste, acabando por mundializá-lo, com conseqüente abandono dos países latino-americanos, mesmo com as tentativas de promover relações mais intensas através da OPA – Operação Pan-Americana - e da ALPRO - Aliança para o Progresso – que acabaram por fracassar. Isso levou o Brasil a buscar alternativas para continuar promovendo o desenvolvimento, inclusive estabelecendo relações comerciais e diplomáticas com países da Cortina de Ferro. De tal maneira que pudesse encontrar mercados a fim de manter crescente sua produção, uma vez que o mercado interno se mostrava insuficiente devido à má distribuição da renda.

Durante o período democrático surgiu o pensamento estratégico que iria orientar a política externa brasileira na Escola Superior de Guerra. Ela defendia a tese da defesa do capitalismo, combate ao socialismo e fim da liberal-democracia, com apoio explícito e implícito dos setores oficiosos e oficiais dos Estados Unidos. Essa nova escola, embora nacionalista, defendia a idéia do alinhamento compulsório e subserviente ao poder hegemônico ocidental, sendo ao mesmo tempo defensora

do nacionalismo e fundamentada na Doutrina de Segurança Nacional. Com isso, objetivava angariar dividendos para promover o desenvolvimento, uma vez que reconhecia a dependência dos países subdesenvolvidos tanto política quanto economicamente em relação aos países desenvolvidos (CARVALHO, 2002). No entanto as lutas internas dentro da classe militar permitiram que outras correntes nacionalistas e mais radicais assumissem o governo e buscassem outras políticas externas para alcançar o tão almejado desenvolvimento do país. Na prática, a relação dos Estados Unidos com todos os países da América Latina se constituía numa nova versão da *realpolitik* (CARDOSO, 1972); olhava as questões geograficamente para elaborar suas estratégias. Por isso, os grupos que se alternaram no poder tiveram percepções diferentes da política externa que não evoluía na direção do alinhamento compulsório, passando a oscilar no indo e vindo do universalismo à mercê da política interna. Parece claro que a visão geopolítica militar oriunda da Escola Superior de Guerra transcendeu cada um dos diferentes governos militares mais ou menos intensamente. Fato que pautou daí em diante a dimensão externa da política, perpassando os governos militares sob essa influencia, talvez decorrente da falta de uma gama de estudos sobre geopolítica nas áreas fora do círculo militar (CARVALHO, 2002). Com ideologias transitando do totalitarismo para a democracia restrita, influenciando os elementos das diversas alianças que podem substanciar a hipótese da presença do Brasil na África subsaariana, como diretriz para a composição de uma política de desenvolvimento. Que não foi amplamente adotada em função de um eixo geopolítico cuja matriz provinha da ESG, e seus possíveis ganhos ou perdas na busca da afirmação no cenário mundial, a partir dos efeitos do declínio da liberal-democracia.

O fim da Ditadura Militar planejada pelo Gal. Golbery do Couto e Silva, que percebera o esgotamento do modelo e preocupara-se com as consequências do período repressivo para a classe militar, abriu caminho para uma nova fase democrática do país. Esta, por sua vez, vai ser engajada no ideal do neoliberalismo com conseqüente esvaziamento do Estado e enfraquecimento do Itamaraty, até então condutor da política externa. Inaugurou-se o ideal de aproximação dos países do norte (ricos), e o Brasil assumiu sua condição de potência média dentro de um quadro de recessão mundial, porém de novo ordenamento mundial. Tal ordenamento abria uma nova janela de oportunidades

para as economias emergentes. Todavia os problemas herdados do período militar pesaram fortemente nas decisões das geopolíticas da diplomacia, sem contar as lutas internas das facções políticas que emergiram com a abertura do sistema político. (VIZENTINI, 2005)

Nesta perspectiva, vai se observar uma fase de política externa presidencialista em favor de grupos econômicos que eram adeptos do engajamento ao neoliberalismo, o chamado “período dos Fernandos”, que acabaram por limitar a política externa, tornando-a fisiológica, em detrimentos de um *aprouch* na direção do universalismo.(PINHEIRO,2004) Com isso, o multilateralismo da política externa brasileira ficou em segundo plano, o que afetou o desenvolvimento que vai ser retomado a partir de 2003, com o governo Lula, que promoveu uma guinada na orientação da política externa, inaugurando um período mais agressivo para a inserção externa do país, e confrontando os países do norte na dimensão econômica – no protecionismo – de forma a ser reconhecido como liderança pelos países emergentes, acabando por formar o G-5 e o G-20.

No presente trabalho, destacamos os principais eventos mundiais que afetaram de alguma forma os paradigmas entre americanismo e globalismo, para que os governos de Geisel e Lula possam ser apreciados, mais detalhadamente, com as variáveis presentes no contexto da elaboração da política externa brasileira e os alinhamentos que foram realizados pelo país, em decorrência de seus pressupostos. Isso com o objetivo de perceber as possibilidades da geopolítica brasileira como forma de elencar a nação rumo ao desenvolvimento econômico e social e ampliação do espaço geoeconômico e político, ou o espaço abstrato sobre influência do país, bem como suas objetivações sobre o sistema internacional, localizando o Brasil dentro do concerto mundial e no contexto de potência média, com o conjunto de suas possibilidades geopolíticas marcadas por ideologias dominantes na política externa e olhando o país como ator relevante dentro do sistema de nações, mesmo que limitado pela manutenção dos impérios coloniais que ainda dominavam a África e a Ásia.

3.4. As Ideologias da política externa

Os diplomatas constituem, no plano da política externa, os ideólogos dos estados modernos. Eles estão sempre buscando combinar interesses, internos e externos, e idéias para solucionar os problemas do sistema internacional, procurando balizar a direção da política externa aos interesses concretos do país, relativos aos recursos de poder.

Quando a diplomacia não sofre nenhuma contaminação de ambiguidade e incoerência, sua atuação, tendo orientações firmes de ações externas, é pautada pelo maior bom senso possível. Mas, se é verdade também que a política externa nada mais é do que a continuidade da política interna por outros meios, os constrangimentos internos dificultam o planejamento no cenário mundial. (PECEQUILO, 2004) Daí porque, mesmo ideólogos da política externa, como os diplomatas, devem desviar muito de sua atenção para os fatores domésticos da política internacional. Por isso o Itamaraty não deve voltar as costas à dinâmica da política interna.

Ao discutir as raízes internas das posições internacionais assumidas e perseguidas pelo Brasil, o Itamaraty que conta com um corpo profissional capacitado deve recolocar no plano nacional, alguns dos fundamentos da atuação externa do Brasil a partir da visão dos diplomatas que a aplicam e são capazes de situá-la no contexto dos interesses domésticos e da “ideologia nacional” que a sustenta. (PECEQUILO, 2004) As transformações internas, patrocinadas pelo Estado, ocorridas na metade do século XX, conduziram o país à condição de nação. Os governos nacionalistas e ocidentalistas, que se sucederam, implantaram as estruturas básicas do desenvolvimento. O monopólio energético, representado pela Petrobrás, Companhia Siderúrgica Nacional, Fábrica Nacional de Motores e pela Companhia Vale do Rio Doce, somaram-se para agregar valor à produção brasileira e permitir uma participação na economia mundial, com produtos diversos do setor secundário em contra partida à antiga tradição agrária brasileira. O resultado disso é um Estado ativo e operador principal do desenvolvimento, que transpassa para a diplomacia a causalidade econômica como mais uma meta a se somar às orientações de busca da autonomia no sistema internacional. (SARAIVA, 2005)

A diplomacia brasileira sempre carregou em suas bandeiras ideológicas os princípios da independência e da soberania nacionais. A inserção internacional do Brasil e os requerimentos para uma eventual mudança de *status* passam pela concepção ideológica, pelas concepções do governo de plantão e pelo pensamento brasileiro de relações internacionais, que apresenta notável evolução. (CERVO, 2005). Dessa maneira, existe mutabilidade de algumas variáveis da política externa. Embora o Itamaraty tenha uma imagem tradicional de conservação dos paradigmas, eles na verdade escondem as nuances dos governos em exercício. O que faz a política externa adquirir um caráter não-linear, ao contrário do que aparentemente transparece. Como veremos no capítulo 4.

3.4.1. Os objetivos permanentes da política externa

Os Estados possuem objetivos que precisam ser permanentemente reafirmados, sobretudo para a diplomacia do país, pois vivemos num mundo em transformação permanente. Inclusive esta reafirmação aparece no simbolismo dos discursos dos ministros das relações exteriores em seminários e palestras, que invariavelmente se iniciam pela retomada dos fundamentos da política externa.

Os objetivos parecem ter algo a ver com a preservação da segurança da pátria frente às ameaças externas, com a afirmação e a defesa do interesse do país, a preservação da integridade do território nacional, a projeção internacional do estado brasileiro, a busca pela autonomia, a consolidação de seu potencial econômico e militar e o desenvolvimento integral da nação, fazendo do Brasil uma sociedade mais justa e mais humana, através da diversificação das parcerias e participação nos organismos internacionais. (PINHEIRO, 2004)

Em função desses objetivos, como situar o papel e a função da política externa brasileira? Ela poderia ser definida, conforme afirmou Clausewitz, como a continuação da política interna por outros meios. Adotando, em consequência, uma visão mais idealista (mas não menos “utilitarista”) da diplomacia brasileira, o objetivo precípua da política externa não deveria ser o de representar o

país no exterior e, menos ainda, o de contribuir para uma pretendida grandeza nacional? (ARON, 1986),

Bem mais difícil, contudo, seria apontar precisamente o que poderia constituir o chamado “interesse nacional”, pois cada grupo social ou movimento político parecem ter sua própria definição do que seja um “projeto nacional” estabelecido em função dos “interesses do país”. Agregando-se ao fato os interesses do governo em centralizar a política externa, por diversos motivos que aqui não convém discutir.

Se procurarmos, entretanto, reduzir a um denominador comum as aspirações dos mais diversos setores, sociais e governamentais, ou partidos no que se refere ao interesse público nacional, a expressão mais frequente a ser ouvida será, muito provavelmente, a noção de “desenvolvimento”. Assim, o critério essencial pelo qual deveria pautar-se a atuação de cada diplomata brasileiro é a promoção do progresso material e cultural da sociedade brasileira. Nesse sentido, o que deve ser apreciado é a idéia de que cabe ao Ministério das Relações Exteriores brasileiro a tarefa de interpretar as questões mundiais e estabelecer como o Brasil deverá se inserir no sistema internacional. Idéia que surge com a ascensão do Barão do Rio Branco ao MRE, em 1902. Foi neste momento que, segundo Ricupero (2005), o Barão defendeu os interesses nacionais por meio da *“concentração metódica sistemática, de todos os recursos diplomáticos e de uso legítimo, não violento, do poder, sem chegar ao conflito militar, para a solução com êxito do conjunto dos problemas fronteiriços”*. O que remete o diplomata à esfera do bom senso, ou então, à situação de ele ter capacidade de perceber e identificar, na trama por vezes complexa da agenda internacional, o que exatamente corresponde ao interesse nacional, à estratégia do Itamaraty com relação a seus principais focos de atenção na região subsaariana. E também as tentativas de estabelecer uma nova inserção do Brasil no sistema internacional como um dos líderes dos países em desenvolvimento. Um tipo de inserção externa seria mais suscetível, preferencialmente a outras alternativas de conduzir o Brasil no caminho do desenvolvimento sustentável. (GUIMARÃES, 1999)

3.4.2. A política externa para a independência nacional

Rompidos os paradigmas da Guerra-Fria, os termos da política externa se voltam para as questões estritamente econômicas. A diplomacia pode ser traduzida pelo coeficiente de abertura dos mercados externos, que representa a parte do comércio exterior na formação do produto. (MUNHOZ, 2005)

No atual contexto internacional, contudo, esse objetivo permanente deveria ser procurado não necessariamente na direção da independência econômica *stricto sensu*, mas sim mediante uma ativa interdependência com os grandes centros da economia mundial ou quando não, através de uma internacionalização cada vez mais intensa da economia brasileira, com menos subordinação política e econômica as regras menos discriminatórias com relação à periferia. A globalização torna irrelevante qualquer diferenciação entre o mercado interno e o externo dos países emergentes, para acesso aos mercados mundiais. E se alguma distinção pode haver, ela sempre resulta em destacar a superioridade do mercado externo, tanto em termos de renda agregada como em função da demanda ampliada e do *upgrade* tecnológico. (MUNHOZ, 2005)

A antiga concepção da independência nacional, a defesa dos direitos fundamentais dos povos e de um mercado internacional mais justo e equilibrado que viabilize a inclusão social das populações carentes, também a defesa de um mundo onde o diálogo assegure a paz entre as nações têm sido um dos pontos mais marcantes da presença do Brasil no cenário mundial.

A ênfase da política externa busca desenvolver uma nova geografia comercial, com o estabelecimento de alianças e parcerias comerciais, especialmente dos países em desenvolvimento. Ao se criar essa parceria, viabiliza-se não somente os benefícios diretos do aumento do relacionamento comercial, refletido nas exportações, mas também o reforço da posição negociadora do País nos fóruns internacionais.

3.4.3. A inovação desenvolvimentista

O sistema de comércio internacional do pós-Segunda Guerra foi construído sobre uma nova base, em regras de reciprocidade, ou seja, no pressuposto de um tratamento igualitário para todos os países, ricos ou pobres, agrários ou industrializados, avançados ou atrasados. Uma das lutas mais consistentes empreendidas pela diplomacia econômica brasileira, já imbuída do paradigma do nacional-desenvolvimentismo, nos anos 50 e 60 foi levada justamente no sentido de buscar um tratamento diferencial, ou seja, preferencial e mais favorável, para os países em desenvolvimento, o que foi obtido a partir das reformas do sistema multilateral a partir de 1964, com as reformas do GATT e a atuação inovadora da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, a UNCTAD. O Brasil era único o país no mundo a orientar sua política externa, transformando a determinação desenvolvimentista em estratégia de ação multilateral. (SARAIVA, 2005)

O tratamento preferencial que reivindicava, pode trazer algumas vantagens setoriais, mas não constitui, por si só, elemento impulsor do desenvolvimento econômico. Nessas condições, a afirmação, sempre reiterada pela diplomacia brasileira, de nosso *status* de “país em desenvolvimento” e a consequente busca, ou preservação, das vantagens inerentes a tal condição, constitui, paradoxalmente, no meio mais seguro de perpetuar o Brasil nesse estado desconfortável de “país em desenvolvimento”. O Brasil criticou a distribuição do poder no mundo e a impossibilidade da emergência de novos centros econômicos formuladores da agenda internacional. (SARAIVA, 2005) Em determinadas conjunturas históricas, como a que atravessou o Brasil na passagem para o século XXI, de transformação estrutural ou de transição para uma nova etapa de desenvolvimento econômico, uma mudança auto-assumida de paradigma, principalmente no primeiro governo Lula, oferece uma chance única para uma melhor inserção internacional.

3.4.4. A integração regional e o ingresso em foros restritos

A formação de blocos regionais e supra-continentais faz parte da racionalidade econômica, que são perseguidos tenazmente pelos processos que alimentam o desenvolvimento nacional. A política de governo tende a orientar na direção de uns ou outros grupos, e as políticas de estado mantêm alguns objetivos permanentes, principalmente no Âmbito da ONU. A busca da adesão aos clubes de países como: Mercosul, o MTCR¹⁶, a CPLP, IBAS, BRIC's¹⁷, o CSNU¹⁸, a OCDE¹⁹, entre outros, constituem o resultado de processos vinculados aos objetivos nacionais desenvolvidos pelo corpo diplomático do país. Contudo, a participação e o prestígio adquiridos pela participação nesses clubes devem ser confrontados aos custos e à capacidade de sua projeção internacional. O desenvolvimento interno possibilita o reconhecimento da comunidade internacional, assim o discurso democrático e universalista do Itamaraty é orientado para uma ação multilateral, que deve guardar coerência na sua atuação, nos mais diversos fóruns de que participamos. O objetivo imperativo da política externa na era da globalização e integração é buscar o aumento do bem-estar da sociedade brasileira. (ALMEIDA, 2001)

Os diplomatas atuam para a construção desses objetivos que estão vinculados aos contextos da política interna, demonstrando a alternância de algumas políticas segundo o panorama nacional e internacional, que acabam favorecendo sua aplicabilidade em prol do desenvolvimento do país.

3.4.5. A imagem internacional do Brasil

O país possuiu uma imagem negativa junto à comunidade internacional, principalmente devido aos problemas sociais e ambientais que apresenta, e que são divulgados pela imprensa através de correspondentes internacionais. Os aspectos positivos, geralmente deixados de lado, das nossas

¹⁶ Missile Technology Control Regime é uma associação voluntária de países que partilham dos objetivos de restrição a proliferação de sistemas bélicos de destruição maciça, e que pretende coordenar os esforços nacionais com vistas a prevenir sua proliferação. O MTCR foi criado em 1987 pelo Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Reino Unido e os Estados Unidos. O Brasil aderiu a associação em 1995.

¹⁷ Grupo formado por Brasil, Rússia, Índia e China.

¹⁸ Conselho de Segurança das Nações Unidas.

¹⁹ Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

realizações materiais e culturais – científicas e artísticas – não aparecem expressivamente na mídia internacional. Ela prefere apresentar as condições promíscuas da vida de alguns segmentos sociais afetados por nossos problemas econômicos. Aborda a incapacidade de resolução dos problemas sociais, denotando a falta de ação das autoridades brasileiras para modificar a realidade nacional. E deveria agir no sentido da superação, não apenas através de meros investimentos na promoção da imagem real, mas nas fontes causadoras dos problemas que são abordados pela mídia estrangeira. A diplomacia age sutilmente para apresentar fatores que possibilitem um bom retorno da imagem do país, mas essa propaganda procura ressaltar os aspectos relativos à educação, meio ambiente e direitos humanos, que carecem de investimentos significativos internamente para sua suplantação. (ALMEIDA, 2001)

De fato, os investimentos aplicados na propaganda no exterior deveriam ser destinados aos desatinos internos para que as essências geradoras possam ser efetivamente transformadas, de maneira a criar, no exterior, uma legitimidade coerente com a realidade social e econômica brasileira.

3.4.6. Avaliação do instrumento diplomático brasileiro

A excelência do Itamaraty é uma crença enraizada no espaço político, graças à formação dos profissionais desenvolvida pelo Instituto Rio Branco, com conseqüente alto desempenho diplomático. Esta visão compromete a compreensão da realidade, creditando sempre um virtuosismo, principalmente pelos países vizinhos, que afirmam que o Itamaraty não improvisa. O eixo mais tradicional da política externa²⁰ garantiu sempre uma imagem de ação muito cautelosa e reflexiva, com muita discrição dos diplomatas em termos de mídia. Na verdade, a burocracia diplomática trabalha na direção desta visão endógena, e isso gera um sentido de autosatisfação e glorificação de seus atributos em todos os estamentos, colocando-os em condições de dar qualquer resposta à dinâmica política.

²⁰ A busca de autonomia, a não intervenção na política interna dos países, etc.

Poderíamos indagar, assim, se alguns procedimentos de trabalho conseguiriam passar num controle de qualidade um pouco mais severo de um auditor externo especializado em organizações e métodos. Ou, então, se a continuidade da suposta excelência dos quadros do Itamaraty está vinculada à estabilidade estatutária da classe diplomática, aparentemente considerada um dos corpos permanentes do Estado. (ALMEIDA, 2001)

Procurar respostas para essas indagações podem ser constrangedoras e politicamente incorretas, além de produzir certo desconforto ao corpo diplomático unguido de uma perfeição que o coloca em separado da burocracia geral do Estado. Assim, não prosseguiremos nesta linha de raciocínio, guardando a imagem que foi historicamente construída como a que o senso comum preserva, mantendo intacto o corporativismo diplomático. (ALMEIDA, 2001) Muito embora sua importância no contexto das articulações das políticas externas dos governos em questão siga na esteira das políticas de governo e das ordens do chefe de governo.

3.5. Perfil institucional do multilateralismo econômico brasileiro

As participações importantes em atos econômicos multilaterais marcaram a diplomacia do Brasil, desde a conferência de Bretton Woods aos dias atuais, servindo para representar como o ambiente de trabalho da diplomacia econômica brasileira contemporânea vai em direção à construção do desenvolvimento com uma ação marcada pela linearidade. Desde a fundação da ordem internacional pós-guerra até a criação da OMC, em 1995, e nas negociações em curso nos planos regional com o Mercosul e países sul-americanos, o hemisférico no âmbito do Alca, os multilaterais, como a rodada de Doha da OMC e inter-regionais, o Mercosul e a União Européia. Juntamente com outros arranjos pluri ou multilaterais, o Brasil ou o Mercosul, com outros blocos e países emergentes, como SADC, Índia, China, G-20, a diplomacia econômica brasileira esteve presente nas mais importantes conferências e reuniões das quais resultaram organizações e instituições multilaterais de caráter econômico. Contendo dispositivos suscetíveis de causar impacto nas relações econômicas internacionais ou podendo afetar em maior

ou menor grau a vida econômica nacional, denotam a forte ação normativa e a extensão temática coberta pela diplomacia econômica do Brasil, bem como a crescente complexidade de suas relações econômicas internacionais.

O mundo do futuro pertence tanto aos Estados nacionais quanto às organizações internacionais: como evoluirão as relações entre esses dois tipos de entidades são uma questão ainda em aberto, inclusive para o Brasil, que participa de um processo de integração que poderá, em última instância, influenciar de maneira decisiva sua maneira de se relacionar com a comunidade internacional. (SOUTO MAIOR, 1996) Este caminho parece trilhar a diplomacia brasileira e estará no embate das políticas subsaarianas desenvolvidas durante os governos de Geisel e Lula.

A diplomacia do Itamaraty enfrentará um dilema diante do novo cenário internacional. A própria dinâmica interna do país definirá a capacidade de atuar no prosseguimento de sua política externa tradicional, como buscar novos caminhos para atender as demandas nesse novo cenário. A combinação entre os cenários, interno e externo, deverá balizar a diplomacia de apoio ao desenvolvimento e buscar os limites de atuação internacional.

A inserção internacional do Brasil, fundada em sua própria identidade, vocação, interesses e valores, deve também considerar as ameaças e restrições, do país tomando por base o jogo geopolítico e geoeconômico mundial. Os vários contornos refletirão em novos impactos que exigirão mudanças radicais nas possibilidades de inserção e projeção do país. (VELASCO e SENNES, 2006) As possibilidades na região subsaariana se encontram sob esta ótica, dada a dinâmica que a região tem apresentado nas últimas décadas.

A política externa independente de San Tiago Dantas e Araújo Castro marcou o início da política externa brasileira africanista. Os desdobramentos dessa política conheceram o pragmatismo responsável e ecumênico do governo Geisel, e pelo universalismo de Figueiredo, a “autonomia pela distância”, que marcou boa parte do período que vai da PEI ao governo Sarney, a qual estreitou os laços brasileiros com o continente africano. (CAMPOS, 2008)

A projeção do Brasil vem seguindo rumo a uma maior presença e participação política e econômica mundiais, desde o governo Geisel, de alguma forma procurando diminuir a proporção de seus atributos territoriais, populacionais e econômicos, em contrapartida com sua pequena influência internacional. (VELASCO e SENNES, 2006) A percepção de que o país projeta-se no hemisfério sul, restrito à região sulamericana, foi sendo transformada com a diplomacia pragmática na direção da confirmação dessa percepção sulista, com o direcionamento africano da década de 1970. O primeiro governo Lula dispensou grande atenção ao continente africano, em especial à região subsaariana. As sete viagens do presidente brasileiro à África mostram o compromisso do governo com o aprofundamento da cooperação, seja na área comercial, seja na área de cooperação técnico-científica. (CAMPOS, 2008) Diversificar sua presença econômica na região, que é o interesse maior, seja em projetos de infra-estrutura seja por meio de maior integração logística e de comunicação de integração produtiva, investimentos externos regionais e convergência regulatória.

O espaço internacional do Brasil na região subsaariana está procurando associar a participação em fóruns e associações bilaterais e minilaterais em contrapartida aos multilaterais, cujas regras de arbitragem são menos abrangentes facilitando os acordos necessários ao projeto de desenvolvimento desde que a vertente africana foi adotada.

Nesse sentido, o Brasil precisa observar outras variáveis que influenciam os intercâmbios com a África subsaariana, e que se transformam em barreiras ao projeto africano do país. Como Veslaco e Sennes(2008) apontam a seguir, as variáveis podem ter impedido e/ou impedem o maior desenvolvimento das relações internacionais do Brasil:

“Outra variável-chave para avaliar as diferentes possibilidades de o país se projetar no jogo internacional é a maior ou menor vulnerabilidade financeira do país. As variáveis-chave aqui são: a maior ou menor abertura do comércio agrícola mundial, a maior ou menor demanda internacional por energetic crops, maior ou menor estabilidade das regras econômicas, assim como o maior ou menor espaço para a prática de políticas ativas pró-desenvolvimento”.

Pode ser que aqui repouse o aspecto mais sensível do futuro da inserção internacional do país na África subsaariana. Cenários fortemente desfavoráveis nessa dimensão, com fortes restrições ou instabilidade das regras nas exportações agrícolas, somadas à baixa demanda por energia renovável e ao pouco espaço para aplicação de políticas nas áreas industriais, tecnológicas e financeiras, são fortemente impactantes sobre a capacidade do país em sustentar seus projetos políticos e econômicos internacionais. (VELASCO e SENNES, 2006) As várias geopolíticas podem causar vulnerabilidade econômica e financeira no país que, nos cenários mais negativos, comprometerão de forma sensível a sua capacidade de ação na região em pauta.

3.6. As assertivas brasileiras num cenário multifacetado

O desenvolvimento das políticas externas do Brasil para a região subsaariana contém alguns pilares que alicerçam sua presença está marcado pelos laços culturais e históricos que remetem à fase colonial. Além destes, outros atores são relevantes para a política externa na região devido aos interesses geopolíticos, que apresentam naturalmente um histórico para a presença territorial, que podem obstaculizar ou formular assertivas para ampliação da diplomacia brasileira no continente, e até para a Ásia meridional, aumentando a escala das possibilidades nas dimensões política e econômica de uma potência média como o Brasil. Esse fato permitirá um relativo pioneirismo em termos de países subdesenvolvidos. Pode servir de fator destoante quanto a atuação destes, em virtude da nova condição de ator emergente no sistema internacional em transição.

Dessa forma, as políticas externas para a região subsaariana devem apresentar pontos de afinidade. E mesmo aqueles que são destoantes das assertivas cooperativas pretendidas, devem ser apresentados com suas características semelhantes na atuação. Contudo com escalas diferentes, constituindo juntamente com alguns outros países o grupo de potências médias, ou países semiperiféricos (BECKER & EGLER. 2006) que atuam no cenário

internacional. Além das potências mundiais que também estabelecem políticas para a região com seu poderio político-econômico, exercendo sua tradicional política de contenção aos emergentes.

Ao confrontar o panorama mundial, na dimensão da ordem internacional, com os interesses na região em questão, principalmente da UE (União Européia), através do Acordo de Cotonu²¹, que envolve os Países e Territórios Ultramarinos e os Estados ACP (países da África, das Caraíbas e do Pacífico), dos Estados Unidos, que possui interesses militares e econômicos, como já foi visto anteriormente, e da China e seu leque de oportunidades/interesses paralelamente às outras potências médias.

Para isso é necessário, levantar-se as políticas externas do Brasil e da África do Sul, analisando os acordos entre as duas potências médias e as estabelecidas com outras potências regionais no âmbito de algumas organizações²² que hoje podem manter uma interface assertiva, como: o Mercosul, a NEPAD²³, a ZOPACAS²⁴, SADC²⁵, CPLP²⁶ e mesmo a UA – União Africana, que é o novo desafio para superar o caráter centralizador fundamentado no Estado de sua antecessora, a OUA – Organização da Unidade Africana. Além dos possíveis conflitos de interesses com a União Européia, Estados Unidos e mais recentemente com a China, que mantém interesses estratégicos na esfera social e econômica, pois todos os atores procuram promover políticas próprias com viés particularista,

²¹ Decisão do Conselho, de 21 de Junho de 2005, relativa à assinatura, em nome da Comunidade Europeia, do Acordo que altera o Acordo de Parceria entre os Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico e a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros, assinado em Cotonu, em 23 de Junho de 2000 [Jornal Oficial L 209 de 11.08.2005].

O Acordo de Cotonu, assinado em 23 de Junho de 2000 em Cotonu, no Benim, por um período de 20 anos e revisto pela primeira vez em 2005, tem por base 30 anos de experiência. Pretende promover e acelerar o desenvolvimento económico, social e cultural dos Estados ACP, contribuir para a paz e a segurança, e ainda promover um ambiente político democrático e estável.

O processo de revisão efectuou-se em conformidade com o artigo 95º do Acordo de Cotonu, que permite adaptar o Acordo, de cinco em cinco anos (excepto no que se refere às disposições relativas à cooperação económica e comercial). O Acordo de Cotonu revisto abrange uma vasta gama de temas, nomeadamente uma disposição para reforçar o diálogo político e referências à luta contra o terrorismo, a cooperação na luta contra as armas de destruição maciça e o Tribunal Penal Internacional (TPI).

²² Formadas por zonas de livre comércio, união aduaneiras e de cooperação política.

²³ Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano

²⁴ Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul.

²⁵ Southern African Development Community.

²⁶ Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

em contrapartida aos possíveis interesses universalistas encabeçados pela ONU, embora vinculados às premissas neoliberais. (ROBERT, 2006)

Outra dimensão que dificulta a evolução da região subsaariana está vinculado ao panorama geopolítico extremamente instável, decorrente das tentativas de implantação do livre mercado neoliberal. Este oprime a maior parte da população e impede o surgimento de uma classe média mais pujante e capaz de absorver os novos paradigmas, deixando os governos fragilizados diante da submissão às regras dos organismos financeiros mundiais, como FMI e Banco Mundial. (ROBERT. 2006)

3.7. O reconhecimento dos atores na região subsaariana

As novas configurações do quadro internacional criam necessidades de avaliação dos caminhos trilhados pela ação da política externa brasileira. A dos anéis concêntricos abrangendo a sua atuação na América do Sul e na região do Atlântico Sul até a costa africana, fundamentada na identidade que possui (BECKER & EGLER. 1992). Sendo centrais na inserção internacional do Brasil, adequada à realidade com que temos que nos defrontar no contexto da África Subsaariana e que outras opções são possíveis e desejáveis. E, finalmente, se existe hierarquia das opções brasileiras na política externa na região objeto.

Nem sempre em política externa será possível definir os rumos e os eixos que a organizam como resultado de estratégias definidas de forma racional. Frequentemente, as condições concretas dependem da trajetória e das alternativas impostas pela própria realidade nacional e internacional, em constante processo de transição desde o fim da antiga ordem mundial.

É nessas condições que deve ser entendido o eixo africano da política externa brasileira, cujos primeiros contatos foram estabelecidos na década de 1960, através dos acordos comerciais empreendidos com várias nações africanas, dando um novo viés na internacionalização do país e para a construção de uma política externa independente. Nesse primeiro momento o Brasil priorizou a abertura de novos mercados como alternativa econômica para o desenvolvimento,

realizando um intenso trabalho no sentido da elaboração de uma Diplomacia Comercial, prioritariamente, até a década de 1980, caracterizando a política externa brasileira como eminentemente comercial para o continente africano. Posteriormente, com variações decorrentes da política de governo, a diplomacia brasileira procurou outro viés, adotando uma política externa que atendia a dimensão da cooperação em inúmeras áreas técnicas, que podemos definir como uma Diplomacia Cultural. (RIBEIRO, 1989) Como pode comprovar a lista dos mais de duzentos acordos realizados pelo Brasil com a África subsaariana presentes no site do Ministério das Relações Exteriores, o que possibilitará o mapeamento da geografia das políticas praticadas na região em questão desde 1960.

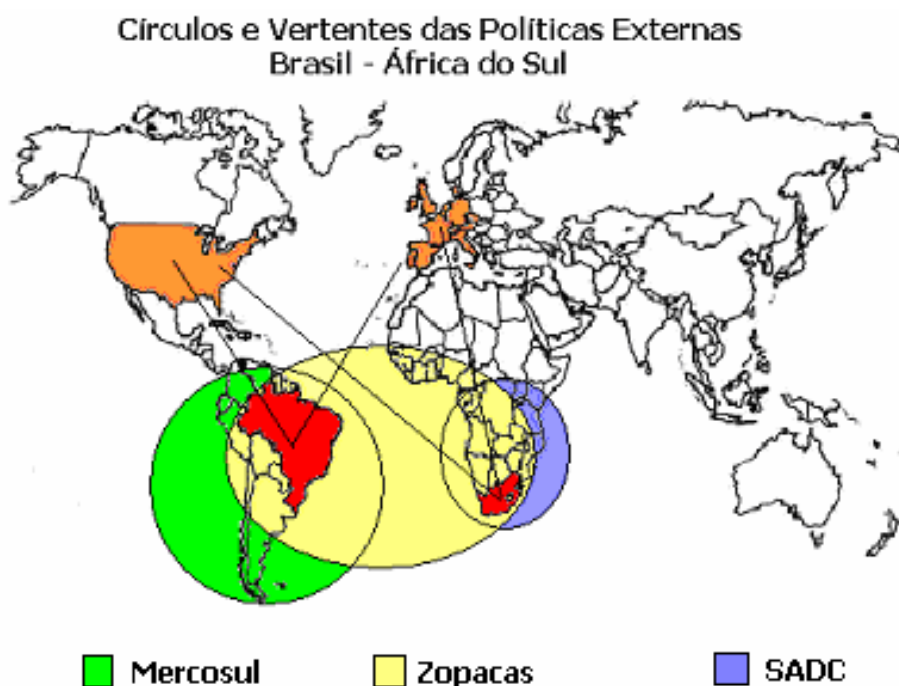
Nesse sentido, a aproximação do Brasil com a África do Sul aparenta ter boas perspectivas, pois os países possuem características geoeconômicas semelhantes, sem apresentar na esfera social o mesmo quadro, pois possuem um caráter multirracial e multiétnico, que ainda produz certa tensão social e econômica no país. Entretanto e é possível vislumbrar-se uma política de cooperação no sentido de fortalecimento das relações sul-sul e ações semelhantes nas relações verticais, cuja pretensão intenta uma relação menos desigual, ou seja, simétrica com os países do norte, principalmente com os pertencentes ao G-7. Destaque-se também as relações comerciais entre os dois países, que podem atingir valores expressivos, podendo ampliar para outras nações da África Austral, como: Namíbia, Botswana, Suazilândia e Lesoto, que fazem parte, juntamente com a África do Sul, da União Aduaneira da África Austral (UAAA).

O que deixa transparecer esse quadro é que a política externa necessita de uma decodificação de suas variáveis, a fim de elucidar as intenções mais específicas da política externa brasileira para a África Subsaariana. As relações com as nações africanas que são componentes da CPLP, que se constitui em outro eixo da política externa para a África, tanto nas relações bilaterais, como também uma estratégia de triangulação multilateral. Os dois principais países da CPLP na África são Angola e Moçambique, que também fazem parte da SADC e mantêm relações econômicas com seus parceiros, no âmbito das duas organizações. Entretanto ainda apresentam certos impedimentos derivados da estrutura desigual de seus membros. Mesmo assim, os interesses estão imbricados e se assemelham

devido ao contexto da participação conjunta nos fóruns que envolvem a duas nações, caracterizando uma política assertiva entre ambos, mesmo com a política externa da África do Sul ainda apresentando forte influência idealista. (DIAS, 2007) Como se observa no mapa 12, onde as zonas de interesses apresentam intersecção horizontal e orientação vertical de suas relações.

Também nos campos político e de segurança, o Brasil tende a ampliar sua participação na vida da região, em particular no que tange às crises políticas e institucionais. Tende ainda a ampliar os fóruns de consulta e negociações com recortes específicos. Essas tendências, contudo, seriam mais ou menos acentuadas conforme os impulsos do ordenamento internacional, embora não de forma radical. (CAMPOS, 2008)

Mapa 12. A vertente sul-sul do Brasil



fonte: Elaborado por H. Schützer. 2007.

Como se vê no esquema de relações da região, existem inúmeros interesses políticos e econômicos, fazendo com que ela seja uma região estratégica para atender os interesses econômicos da África do Sul, devido à proximidade territorial, além de integrar a SADC e dar maior importância a essa organização. A economia da África do Sul, assim como seus investidores, não só ajudou a região a

atingir taxas de crescimento mais elevadas, mas também um maior peso à SADC aos olhos dos investidores internacionais. A economia internacional em crescimento também colabora para que, por exemplo, as economias da África Austral não sejam duramente atingidas pela crise profunda de um de seus membros, Zimbábue. A crise, aliás, até mesmo colaborou com algumas economias, que se aproveitaram de faixas de mercado deixadas pelo vizinho²⁷. A diversificação das economias da SADC é essencial. Principalmente a diversificação da pauta de exportações, com a inclusão de maior valor agregado em seus produtos, para que o bloco consiga alcançar índices ainda mais altos de crescimento que permitam o benefício social da população. Portanto, esse contexto pode colocar em cheque a materialização dos interesses brasileiros, que já vem atuando na área, devido às posições geográficas e aos laços históricos que ligam o Brasil à África. Embora existam elos de afinidades, o quadro regional de cada país apresenta uma dinâmica diferenciada, além de, no caso da África do Sul, possuir uma vertente índica não alcançada pela política externa brasileira; portanto com um campo de ação maior graças a uma posição geográfica estratégica que possui.

3.8. A Diplomacia institucional para a África Subsaariana

É bom ressaltar que a política externa brasileira de fato não corresponde ao discurso diplomático de uma continuidade básica nas ações e orientações dos diversos governos, com poucas nuances periódicas. Como é possível observar no discurso de José Flavio Sombra Saraiva²⁸, proferido na II Reunião Internacional de História de África, em 1996 – Rio de Janeiro;

“Sobreleva-se a espetacular continuidade que a diplomacia brasileira conferiu à política africana mesmo no momento em que a Presidência da República parecia inclinar-se para perspectivas mais ocidentalistas e menos terceiro-mundistas. até mesmo a redescoberta da importância comercial da África nos anos dourados foi uma saída fundamental – desenhada também pela Chancelaria – para o enfrentamento da vulnerabilidade energética do Brasil.”(II RIHA, 1996: 303)

²⁷ Uma melhoria significativa da situação atual do Zimbábue, entretanto, aumentaria ainda mais as perspectivas positivas da SADC.

²⁸ Professor e coordenador do curso de doutorado em História das Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

O que se observou nos últimos quarenta anos, ao contrário da afirmação anterior, foram três momentos de ruptura da política externa brasileira:

“...o pós-64 e a instalação do governo militar; o ‘pragmatismo responsável’ do governo Geisel(1974-1978); e o governo Collor (1990-1992), com a implantação de medidas liberalizantes na economia e abertura comercial.”(Lima,2005:05)

Esta afirmação serve para contradizer o mito da estabilidade da política externa brasileira como uma política de estado e não de governo. A desconfiança que o Brasil causava nos países africanos, devido a seu alinhamento com Portugal e aos contatos com a África do Sul, constituía uma barreira para o desenvolvimento de uma política externa eficiente na região. Situação que só começou a ser alterada com o apoio do Brasil aos processos de independência das colônias portuguesas. Os acordos brasileiros com a região espelham esse panorama da política externa, como se verificou através dos acordos celebrados.

É importante considerar, portanto, que o sul da África é, há muito tempo, uma região em um sentido muito mais amplo que o meramente geográfico. Conforme analisaram Wallerstein e Vieira (1992), desde o século XIX, o sul da África foi um “constructo social”. No período do governo colonial, forjou-se uma economia política regional específica, com estruturas, modelos de relacionamento e instituições claramente identificáveis. A África do Sul e a maioria dos demais Estados membros da SADC foram induzidos a seguir essa política, cada um a seu próprio passo. A participação na economia regional tornou-se fundamental para as economias internas de vários desses países. E embora, nos anos 1980 essas relações tivessem sofrido inúmeras pressões devido ao regime racista, a regionalidade fundamental do sulafricano permaneceu intacta. Ele surge, na era pós-apartheid, como um novo ator internacional atuante; o que se percebe através da análise, por exemplo, da criação do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBSA).

O que se observa na questão africana para o período adiante, é a construção da política de aproximação, substanciada pelos acordos de cooperação técnica, a fim de ter efeitos positivos a longo prazo para o país, que pode ser

alcançada como projeção da identidade nacional e utilizada como capital político, decorrendo daí sua continuidade ao longo do tempo.

3.9. A CPLP²⁹ e o IBAS

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi criada em Lisboa, em julho de 1996, com a finalidade de reunir os sete países lusófonos então existentes - Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe - em torno de três objetivos gerais, definidos nos Estatutos da Comunidade: a concertação político-diplomática entre seus membros; a cooperação econômica, social, cultural, jurídica e técnico-científica; e a promoção e difusão da Língua Portuguesa. Após sua independência, em 20 de maio de 2002, o Timor Leste passou a ser o oitavo Estado-membro da Comunidade.

Na origem da CPLP está uma iniciativa do Governo brasileiro: a criação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa, o IILP, por ocasião da Reunião de Cúpula de Chefes de Estado dos Países de Língua Oficial Portuguesa, em São Luís do Maranhão, em 1989. O IILP é identificado como o primeiro instrumento institucional da CPLP e tem sede na cidade de Praia, em Cabo Verde. A partir da iniciativa do governo brasileiro de 1989, quando propôs a criação do IILP, os países africanos membros da comunidade passaram a constituir um dos eixos da política externa brasileira, que posteriormente se ampliou para a região subsaariana. Os acordos firmados com esses países, desde então, demonstram que o Brasil tem um interesse substancial no desenvolvimento de sua diplomacia. Como explicitaremos nesse trabalho, esses acordos atendem os objetivos brasileiros de construção de um espaço político-econômico para as pretensões brasileiras na região, a partir da importante vertente cooperativa de capacitação dos recursos humanos e de saúde, buscando garantir a execução da proposição de uma política externa diferenciada, sem esquecer a dimensão econômica.

²⁹ Para mais informações, consultar o site da CPLP: www.cplp.org

Os órgãos decisórios da CPLP são: a Conferência de Chefes de Estado e de Governo (Cúpula CPLP), que ocorre a cada dois anos, e a Conferência de Ministros das Relações Exteriores, realizada anualmente. A Presidência da CPLP é rotativa, sendo ocupada pelo país que tiver hospedado a última Cúpula CPLP. Por ocasião da V Cúpula, em julho de 2004, o Brasil transmitiu a São Tomé e Príncipe a Presidência da CPLP para um mandato de dois anos (não renovável). Em julho de 2006, chegará a vez de Guiné-Bissau presidir a organização. (CPLP, 2008)

O órgão executivo da Comunidade reúne-se mensalmente no Conselho de Concertação Permanente (CCP), composto pelos Embaixadores dos Estados-membros residentes em Portugal. A CPLP conta, ainda, com um Secretariado Executivo, com sede em Lisboa. Atualmente o Secretário Executivo é o Embaixador Luís Fonseca, de Cabo Verde, e o Secretário Executivo Adjunto, o português Embaixador José Tadeu da Costa Sousa Soares.

Outros órgãos da CPLP são: a Reunião dos Pontos Focais de Cooperação, os Grupos CPLP e os Embaixadores da Boa Vontade.

A Reunião dos Pontos Focais de Cooperação é constituída pelas autoridades de cooperação de cada um dos Estados-membros, e é responsável pela apresentação, análise e aprovação dos projetos de cooperação no âmbito da CPLP.

Os Grupos CPLP são formados pelos embaixadores e representantes permanentes dos países-membros em todas aquelas capitais e sedes de organismos internacionais nas quais pelo menos três forem residentes. Visam à coordenação dos postos diplomáticos dos países-membros para a atuação conjunta em prol dos objetivos da organização. (CPLP, 2008)

A nomeação de Embaixadores da Boa Vontade da CPLP foi uma iniciativa aprovada na Conferência de Ministros de 2004, que ainda hoje se encontra em fase de implementação. Sendo escolhidos pelos órgãos dirigentes da comunidade entre personalidades que se notabilizaram nos domínios da cultura, desporto, artes, ciência e política e se disponibilizem a contribuir para a defesa e promoção dos objetivos e princípios da CPLP. (CPLP, 2008)

A CPLP conta ainda com um Conselho Empresarial que, embora seja oficialmente reconhecido e estimulado pela organização, é uma entidade privada. Seu objetivo principal é promover e incrementar o comércio e o investimento entre os oito Estados-membros e os países das regiões econômicas em que cada um dos membros se insere.

Dentre os objetivos da CPLP, o Brasil confere especial importância à vertente cooperativa. O Governo brasileiro mantém vários projetos de cooperação com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e com o Timor Leste, especialmente na área de capacitação de recursos humanos e saúde. A fim de maximizar os esforços empreendidos nessa área, os Estados-membros decidiram, por ocasião da II Conferência de Chefes de Estado e de Governo, em 1998, eleger a educação como área prioritária para a cooperação no âmbito da Comunidade. (CPLP, 2008)

Esta comunidade, além dos órgãos políticos oficiais, possui um Conselho Empresarial, que, muito embora seja oficialmente reconhecido e estimulado pela organização, é uma entidade privada que colabora com empresas particulares e estatais na efetivação de negócios importantes. Para o Brasil, este conselho serve para a inserção de grandes empresas, como a Petrobrás, a Vale do Rio Doce, explorar fontes energéticas em países da comunidade e na África, como afirmou Roger Agnelli³⁰ (2006): *“A África é um dos territórios naturalmente adequados a investimentos em setores em que empresas brasileiras já são extraordinariamente competitivas...”*

Um breve estudo desse organismo servirá para substanciar sua importância no eixo subsaariano da política africana brasileira, buscando suas assertivas de médio e longo prazo e possíveis obstáculos na sua incrementação diante de outros atores regionais.

³⁰ Diretor –presidente da CVRD.

Tabela 17. Aspectos econômicos da CPLP.

OS MEMBROS DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

País	PIB (US\$)	População	Importações (US\$)	Exportações (US\$)
Angola	8,5 bilhões	13,5 milhões	2,3 bilhões	3,9 bilhões
Brasil	750 bilhões	170 milhões	55,8 bilhões	55,1 bilhões
Cabo Verde	580 milhões	1,1 milhão	10 milhões	240 milhões
Guiné-Bissau	218 milhões	1,2 milhão	95 milhões	49 milhões
Moçambique	3,9 bilhões	18,6 milhões	1 bilhão	250 milhões
Portugal	113 bilhões	10 milhões	38,6 bilhões	23,9 bilhões
São Tomé e Príncipe	47 milhões	100 mil	25 milhões	6 milhões
Timor Leste	228 milhões	750 mil	82 milhões	46 milhões

<http://www.ethosnet.com.br/>

Outra frente da política externa no eixo Sul-Sul é o organismo trilateral que constituiu o IBAS (sigla formada pelas iniciais de Índia, Brasil e África do Sul), criado em junho de 2003. É um concerto político de várias frentes que prevê colaboração em setores como: serviços aéreos, transportes marítimos, comércio e investimentos, turismo, geração de empregos, ciência e tecnologia, energia, educação, defesa e infra-estrutura. Este concerto faz parte do projeto apoiado pela Unidade de Cooperação Sul-Sul do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e amplia o diálogo entre as potências médias do sul, que poderia estar mais avançado se tivesse sido incrementado desde a década de 1990, quando foi proposto pelo então presidente da África do Sul - Nelson Mandela. Mas a diplomacia brasileira seguia na direção de outros objetivos e, portanto, não encontrou eco no governo brasileiro da época (FHC³¹) para a formação desse fórum trilateral de discussões, devido à orientação Sul-Norte, preferencialmente de sua política externa. (LIMA, 2005)

No início do século XXI ocorreu um estreitamento das relações entre o Brasil, a África do Sul e a Índia, que apesar de apresentarem diferenças internas históricas, são vistos como potências regionais, com relevante papel no cenário internacional, principalmente na função de interlocutor entre as grandes e pequenas potências. Os temas envolvem inúmeras frentes, entre elas: a questão do comércio internacional – a Rodada de Doha da OMC -; problemas sociais, como saúde e

³¹ Presidente Fernando Henrique Cardoso – 1995 a 2002.

emprego; e a questão ambiental. Em muitas outras frentes o IBAS procura assertivas entre os três países. Os vários grupos de estudos promovem fóruns para colocar em discussão seus importantes temas.

Por constituir uma frente de inserção com pretensões mais voltadas para o cenário internacional, neste trabalho iremos apresentar as perspectivas de concerto que atendam aos interesses da diplomacia brasileira, que podem levá-lo a ser um ator exponencial no sistema internacional e possibilitar a construção de uma nova geopolítica.

3.10. As políticas empreendidas na África Subsaariana

Apenas a política externa independente dos presidentes Quadros e Goulart (1961-64) e a Diplomacia da Prosperidade do General Médici (1969-74) fizeram esforços concretos de aproximação com a implementação de acordos comerciais. Mas o verdadeiro início de uma nova e sistemática política africana ocorreu com o Pragmatismo Responsável do Governo Geisel e do Figueiredo, quando a África teve uma participação de 4,5 e 6,7%, respectivamente, no total das exportações brasileiras (FONSECA & CASTRO, 1994), revertendo a continuidade dos interesses em buscar aproximação com Portugal, para chegar às suas colônias na África, e com a África do Sul. Numa atitude corajosa, a diplomacia do presidente Geisel condenou o *apartheid* na África do Sul e foi o primeiro a reconhecer o governo marxista do MPLA, além das demais ex-colônias portuguesas, sendo a África do Sul incondicional aliada dos países centrais do ocidente, porque encontrava na bipolaridade da ordem mundial um sustentáculo para o apoio que esses países empreendiam contra a ameaça do comunismo no continente. O país também apresentava vantagens para a reprodução do capital, que servia para blindar a questão do *apartheid* dos problemas mundiais. Isto remetia para a questão da segurança dos interesses do Brasil em relação ao posicionamento geográfico do continente (GONÇALVES e MIYAMOTO, 1993).

Parece transparente que o governo do general Geisel teve redirecionada sua política externa para o grupo terceiro mundista, afastando-se da

influência das políticas norte-americana e da Europa ocidental. Com uma aproximação diplomática da China e o reconhecimento das independências das ex-colônias portuguesas na África, de governos de orientação marxista-leninista, o governo brasileiro procurava construir uma nova política com os países africanos.

Até esse momento, a imagem brasileira no continente africano esteve associada a Portugal, mas passou a afinar-se com os países que lutavam contra o *apartheid* (LOPES, 1990). Consequentemente, a África do Sul, devido a seu alinhamento com os países do primeiro mundo, à política do governo sul-africano vinculado à bipolaridade da ordem mundial, em defesa do capitalismo, de orientação ideológica. Tendo ocupado a Namíbia e ameaçava invadir Angola, sob a orientação de esquerda que o grupo possuía ao assumir o poder, o MPLA³², com isso ameaçava estender o conflito leste-oeste para o Atlântico Sul. Região estratégica para os interesses político do Brasil. Com isso, definitivamente se afastava de sua matriz ideológica a política externa brasileira e, ainda surgia a oportunidade, devido ao seu tamanho e suas históricas relações com o continente, de tornar-se um porta-voz das aspirações dos países africanos de língua portuguesa. Portanto, a política externa brasileira nesse tempo transcendia para a perspectiva universalista, mesmo após a intensificação da bipolarização que o presidente Reagan (1981-1989) implementou durante seu governo, como prioridade da política externa dos EUA. (SAMPSON, 1988) Ela havia de fato alcançado independência pois, mesmo em 1981, quando ocorreu uma incursão sul-africana ao território angolano, sob pretexto ideológico, para apoiar a UNITA³³ e que podia desestabilizar o governo do MPLA, o governo brasileiro aventou a hipótese de deslocar tropas brasileiras para apoiar o governo angolano.

Como se vê, o universalismo da política externa brasileira, sem deixar de lado seu caráter mundial sul-sul atingindo outros países africanos, principalmente na região austral houve várias frentes de ação, num contexto pós-*apartheid* de reaproximação do principal país da região, que necessariamente fazem parte da política ampla de inserção do país nas relações de poder mundiais. Mesmo a opção universalista se encontre sujeita às mudanças de governo e da política

³² Movimento Popular de Libertação de Angola.

³³ União Nacional para a Independência Total de Angola.

internacional ela vem, desde os últimos governos militares procurando desenhar uma geopolítica que possibilite o desenvolvimento brasileiro e sua ascensão nas esferas de decisão dos organismos internacionais fundamentada em uma política de confiança recíproca.

A partir das premissas anteriores, deve-se ressaltar que existe um interesse histórico da África do Sul na porção meridional do continente, buscando a liderança na região, que faz parte do contexto analítico de sua política externa. Portanto, os interesses geopolíticos e geoestratégicos são mútuos para consolidar as pretensões dos dois países, podendo ocorrer um choque de interesses entre o Brasil e a África do Sul. Principalmente se olharmos para os acordos com os países da CPLP, que são numericamente muito superiores em relação aos demais países da região subsaariana. (MRE, 2007)

3.11. A política externa assertiva após 1990 para a região subsaariana.

As assertivas cooperativas que o Brasil vem buscando no cenário das relações Sul-Sul não se encontram ameaçadas pela superposição das políticas externas para o continente africano. Num primeiro momento, elas de fato podem colaborar ou dificultar a geoestratégia brasileira no Atlântico Sul. A política externa dos países não apresenta interesses conflitivos, mas sim complementares em todas as dimensões envolvidas na relação.

A defesa dos direitos fundamentais dos povos, de um mercado internacional mais justo e equilibrado, que viabilize a inclusão social das populações carentes, e de um mundo onde o diálogo assegure a paz entre as nações, tem sido um dos pontos mais marcantes da presença do Brasil no cenário mundial.

A ênfase da política externa se fundamenta no desenvolvimento uma nova geografia comercial, com o estabelecimento de alianças e parcerias comerciais, especialmente com países os em desenvolvimento. Ao se criarem essas parcerias, viabilizam-se não somente os benefícios diretos do aumento do relacionamento comercial, refletido nas exportações, mas também o reforço da

posição negociadora do País nos fóruns internacionais. (MRE, 2007)

Para alcançar estes objetivos, a geopolítica brasileira volta-se ao exame das relações externas, considerando sua condição de periférico e dispondo de pouco excedente político e econômico para aplicar no cenário internacional, portanto de reduzida capacidade de projeção externa. Dessa forma, o resumo anterior da evolução contém alguns dos dilemas em que mergulha a diplomacia brasileira nos processos de liberalização comercial e fragilidade financeira, com impactos negativos no sentido da continuidade da diplomacia assertiva para a África Subsaariana.

A busca da cooperação com a África subsaariana, tanto a recebida quanto aquela generosamente prestada aos países de menor desenvolvimento relativo, constitui-se num acessório do projeto nacional de desenvolvimento econômico e político-social muito mais amplo, que passa pela autocapacitação tecnológica e a formação interna de capital humano que possa atender as necessidades e que hoje se encontram insulados no Itamaraty. De qualquer maneira, quanto mais ajuda o Brasil prestar a países de menor desenvolvimento relativo, maiores condições ele terá de lograr avanços para si mesmo em vários campos, principalmente o político-econômico. (MRE, 2007)

Assim, as pesquisas dos governos de Geisel e Lula devem se direcionar para as instituições responsáveis por elaborar o conjunto das ações externas na África Subsaariana nas dimensões política e econômica, utilizando as informações de instituições empresarias que mantêm os dados sobre as relações comerciais,, observando a inclusão no eixo assimétrico do sistema internacional entre potências médias.(LAFER, 2004)

A geopolítica do país, que almeja entrar no núcleo mais dinâmico das relações internacionais (CARDOSO, 1994), é o tema central e o eixo balizador do trabalho. A construção do espaço político e econômico permitirá colocar a análise na perspectiva da Geografia Comparada e das Relações Internacionais, o qual completa-se com os conhecimentos de outras áreas do conhecimento.

Capítulo IV

O Brasil de Geisel (1974-1979) e Lula (2003-2006) na política externa

Diante de uma realidade diversificada, a elaboração de um trabalho de Geografia Comparada das geopolíticas dos governos de Geisel e o primeiro governo de Lula no cenário subsaariano, permitirá encontrar os marcos de uma continuidade ou de descontinuidade da política externa para a região. Mesmo que em contextos internos e externos diferentes, as políticas de governo podem ter adquirido as configurações de políticas de Estado ao invés de políticas de governo. Para isso utilizaremos os métodos: quantitativo e o qualitativo aplicados aos acordos e protocolos firmados através das políticas externas empreendidas pelos dois governantes, partindo da concepção política da teoria das potências médias – perspectivas limitadas (HOLBRAAD, 1989) -, e da perspectiva geográfica dos espaços localizacionais e suas vantagens e desvantagens comparativas³⁴. De outro lado, para observar o conteúdo das políticas externas que são empreendidas e que podem provocar mudanças nas estruturas do espaço, portanto, alterações na dinâmica espacial e aquelas puramente voltadas para as políticas abstratas, destinadas à formação de capital humano³⁵ no plano formal-institucional.

Com estes dois presidentes as políticas externas vão ganhar um direcionamento diversificado, em contrapartida ao modelo tradicional do alinhamento ocidental privilegiando os Estados Unidos. A diversificação introduziu a África subsaariana, além de outros países do terceiro mundo, no rol das relações internacionais do Brasil. Com isso a elaboração de uma geopolítica específica para o mundo subsaariano, passou a ser conduzida pelo Itamaraty, sob o comando dos presidentes da república, tornando-se o centro estratégico das ações da política externa voltada para a celebração de atos econômicos e cooperativos na África.

³⁴ A Vantagem Comparativa é um conceito da autoria do economista David Ricardo que defende a especialização das nações na produção dos bens em que detém vantagens específicas. É este conceito que explica as vantagens econômicas da eliminação das barreiras ao comércio internacional.

³⁵ Conjunto de bens heterogêneos complementares e reprodutíveis necessários à produção.” (Henri Tézénas du Montcel, “Dicionário de Gestão”, 1972).

Esse novo viés da política externa está submetido à lógica das políticas interna e externa, partindo da premissa de um cenário nacional que viabiliza as ações da política externa na busca do desenvolvimento. Nesse sentido, a crise econômica brasileira e mundial, o declínio do poder hegemônico dos Estados Unidos no ocidente, contribuíram para o cenário internacional de distensão onde atuou o governo Geisel, enquanto o governo de Lula transitou sob a égide da globalização e da multipolaridade. (BECKER & EGLER, 2006) Dessa forma, é necessário uma abordagem do panorama interno de cada um dos governos, para subsidiar o constructo das políticas externas que desenvolveram-se durante os dois governos. O “*pragmatismo responsável*” de Geisel e os “*marcos de cooperação*” (VIZENTINI, 2003) de Lula, serão destacados em cada contexto, uma vez que suas políticas externas foram erigidas em cenários diferentes, com bases de legitimidade diferenciadas, tanto interna quanto externamente.

Os acordos e protocolos bilaterais³⁶ firmados com países da África subsaariana demonstraram um esforço diplomático na construção do novo caminho da política externa e da nova geopolítica para a região. Nesse caso, superar a imagem de país associado às potências coloniais, como a tradição das posições anteriores demonstrou e determinadas pela identidade da classe dominante do país. (ANDRADE, 2007) Após um período de aprendizagem nos anos 60, nos anos 70 apresentaram um crescimento quantitativo da política africana do Brasil, após um hiato, de menor intensidade e mais seletividade dos quatro governos que antecederam o de Lula, ocorreu o renascimento dessa política num contexto de Estado que quer ganhar espaço como protagonista. (LECHINI, 2008)

Na tabela 18, podemos observar a natureza dos acordos e protocolos firmados até 1985, que inclui o primeiro viés subsaariano dirigido pelos militares até fim da primeira fase dessa vertente. Durante esse período, podemos identificar a predominância da política de cooperação para a organização das sociedades subsaarianas, relativas à dimensão educacional para a formação de capital humano, contudo os outros acordos e protocolos direcionados à organização

³⁶ A relação dos acordos celebrados com os países no âmbito diplomático estão no Anexo I.

do espaço geográfico e da gestão do estado tiveram uma importante expressão no quadro das relações bilaterais. Também é expressivo o apoio a crônica área da saúde, envolvendo problemas de ordem sanitária e de doenças endêmicas, como a malária, por exemplo. Nesta primeira fase os acordos comerciais, importantes para o contexto do nacional-desenvolvimentismo projetado pelos militares, tornaram-se um importante item da agenda diplomática do país nas relações com a região subsaariana, para a ampliação do mercado externo.

Tabela 18. Percentual dos acordos diplomáticos com a África Subsaariana – até 1985

Tipo de ação diplomática	qtde	%
social	5	5,81
educacional	25	29,06
saúde	15	17,44
burocrática	12	13,95
técnica	15	17,44
comercial	14	16,27
total	86	100,00

Fonte: Ministério das Relações Exteriores do Brasil, 2008.

A necessidade de ampliação das exportações motivou a diplomacia brasileira na busca da realização de acordos comerciais, que teve uma participação de 16,27% no conjunto dos atos cooperativos. Com uma gradual interação “terceiro mundista”³⁷ e afastamento da geopolítica da Escola Superior de Guerra (ESG), justificado pelo novo leque de produtos exportáveis (BECKER & EGLER, 2006), a economia brasileira tinha adquirido outra estrutura, muito mais diversificada, como vemos na tabela 19.

³⁷ A expressão é de *Alfred Sauvy*. O demógrafo francês empregou-a, pela primeira vez, no início dos anos 50, “desse Terceiro Mundo, ignorado, desprezado, como o Terceiro Estado, que também quer ser alguma coisa”. *Le Monde Diplomatique*, agosto de 2000.

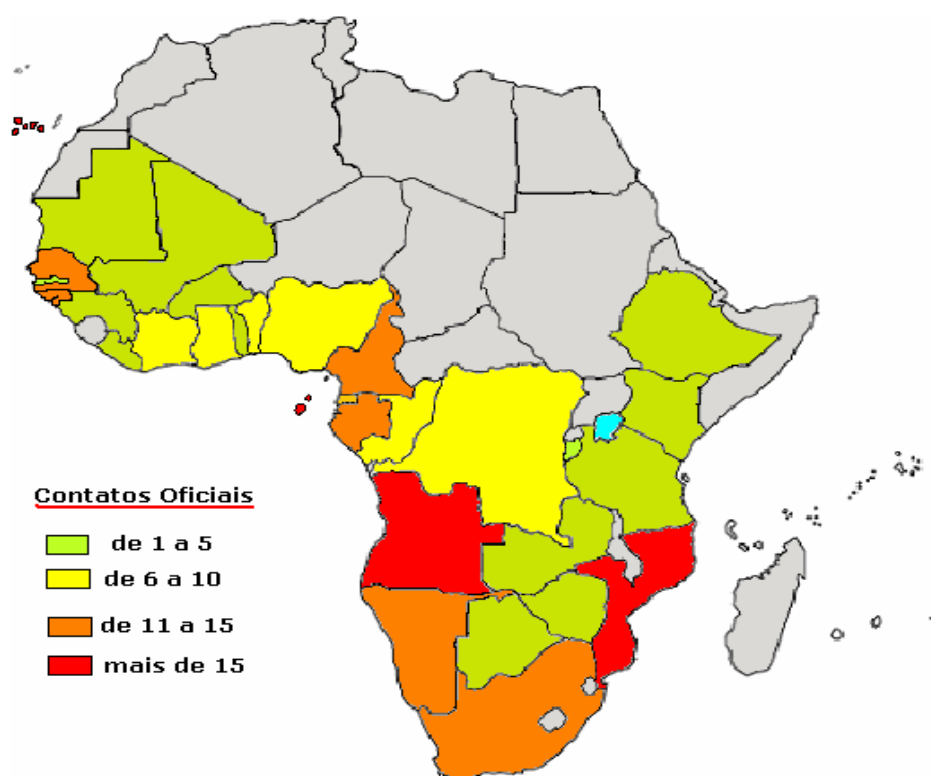
Tabela 19. Mudança Estrutural das exportações brasileiras – 1965/1975

Ano	Primários %	Semimanufaturados %	Manufaturados %
1965	82,1	9,7	8,2
1970	75,5	9,2	15,3
1975	59,4	10,0	30,5

Fonte: Branco do Brasil. (BECKER & EGLER,2006)

A distribuição espacial desses acordos segue a lógica dos interesses preponderantes na época. No mapa 13, podemos observar como a política externa brasileira agia no sentido da construção de uma geopolítica intrínseca às questões de seu interesse, na época chamada de terceiro mundista, pois não só a zona do atlântico sul foi prioritária na política externa, a vertente do pacífico que permite o acesso aos países do sudeste asiático, oriente médio e extremo oriente também foi desenvolvida. Fazendo parte do conjunto da nova política externa do país, de conteúdo pragmático. A geopolítica brasileira perpassava para estratégias de dimensões globais na direção dos países subdesenvolvidos. As pretensões militares buscavam assertivas cooperativas no sentido sul-sul, e de outro lado geravam assertivas conflitivas com o antigo parceiro hemisférico, os Estado Unidos.

Mapa 13: A freqüência dos acordos do Brasil com a África subsaariana. Até 1985.



Fonte: Acordos Internacionais com a África subsaariana, MRE. 2008. Elaborado pelo autor, 2009.

É plausível que a política externa brasileira tenha buscado estabelecer laços concretos com projeções de permanência no cenário internacional, fato que dependia exclusivamente da ação governamental na projeção do país. (PIMENTEL, 2000) Mas ela partiu de uma perspectiva de aproximação cultural no período, a maior frequência se dá com os países de língua portuguesa primeiramente, no entanto a dispersão espacial mostra que o país buscou uma aproximação com a maior parte da região, principalmente aqueles que favoreciam o suprimento energético devido à crise do petróleo, produto que o país carecia. Deixando de lado os países que apresentavam instabilidades sociais de toda ordem e inviabilizavam as tentativas de acordos prósperos. O caminho sul-sul passou pelo estabelecimento de relações de confiança na região, marcado inicialmente por certo desconforto devido o despreparo do corpo diplomático nesse avanço da política externa rumo à África subsaariana.

Contudo, a distribuição espacial por natureza do acordo permite um entendimento mais pontual das tipologias deles. E, dessa forma compreender melhor as interações da política externa brasileira e o panorama geral da África subsaariana, além da percepção da orientação cultural e histórica com alguns países e o Brasil. Muito embora, as primeiras investidas diplomáticas se deram nos países francófonos e anglófonos.(LECHINI, 2008) Nos mapas a seguir podemos visualizar essa espacialidade, que atendia às duas bacias oceânicas e abria o caminho para o oriente.

Mapa 14. Os acordos comerciais dos governos militares. 1964-1985.



Fonte: Acordos Internacionais com a África subsaariana, MRE. 2008. Elaborado pelo autor, 2009.

A economia industrial brasileira e as necessidades energéticas somavam-se para reforçar algumas parcerias tradicionais do norte da África e da África do Sul (LECHINI, 2008), buscando a abertura de novos mercados para superar a crise econômica que se alastrava no país, devido à crise que fechava os mercados dos países centrais. Os produtos manufaturados de preços baixos, graças à política cambial, favoreciam a entrada de um novo competidor no mercado africano, mesmo possuindo uma dependência econômica relativa. Mas a diversidade dos suprimentos garantia a operacionalização da estratégia nacional-desenvolvimentista. (LESSA, 1994)

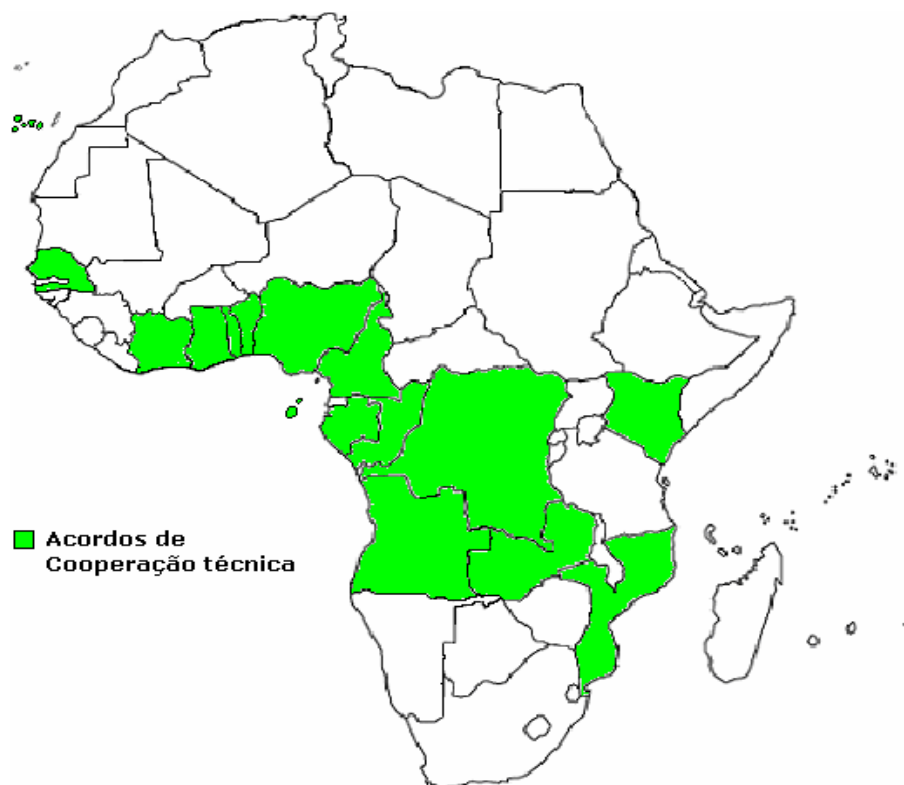
Como podemos ver nos mapas 15 e 16, os países do golfo da Guiné, os de língua portuguesa e alguns da África austral, são os privilegiados com

acordos voltados para a infraestrutura econômica e organização burocrática do estado. Aproveitando as ligações históricas e culturais, que visavam modificar a imagem do país na região, que sempre foi de apoio a Portugal, antiga metrópole, o país seguiu na construção da sua geopolítica sul-sul. Tais ações deixam transparecer uma ação diplomática de longo prazo, que substanciava o nacional-desenvolvimentismo dos governos militares. As políticas projetam vantagens comparativas nas exportações-importações, no âmbito dos empreendimentos comerciais do presente e no futuro. Essa dinâmica após um período de desenvolvimento levou ao amadurecimento da política africana e já se encontrava mais amparada pelos técnicos, agora melhor preparados pelo Itamaraty, que consolida essa nova vertente na suas estruturas.

Mapa 15. Distribuição geográfica dos acordos culturais com a África subsaariana entre 1964-1985.



Mapa 16. Distribuição geográfica dos acordos de cooperação técnica com a África subsaariana. 1964-1985.



Fonte: Acordos Internacionais com a África subsaariana, MRE. 2008. Elaborado pelo autor, 2009.

Os mapas mostram ainda, que o Brasil procurou realizar múltiplos acordos com cada país que entrou na agenda da diplomacia. Isso favoreceu o aumento dos conhecimentos sobre o mundo africano, que contribuiu para a formação dos técnicos que subsidiaram as geopolíticas futuras. Contribuindo para assertivas positivas nas políticas subsaarianas.

4.1. O período Geisel, os primeiros passos firmes na África.

O governo que assumiu num momento difícil da economia do Brasil e do mundo. Precisava alimentar o crescimento, assim pediu emprestado aos banqueiros estrangeiros e tratou de emitir papel-moeda, para evitar um colapso

econômico. A inflação começava a aumentar e a engolir salários. Era o fim do “milagre econômico”. Agora, a insatisfação crescia a exigia novas políticas para superação da crise que se instalava no país. (SOUSA, 2007)

O presidente Ernesto Geisel³⁸ teve um governo marcado desde o seu início, por um processo denominado pelo próprio presidente como de “*distensão lenta, gradual e segura*”, com vistas ao retorno do sistema democrático no país. O binômio desenvolvimento e segurança, formulado pela Escola Superior de Guerra (ESG) e aplicado pelos governos militares anteriores, foi mantido durante o seu governo, mantendo a política iniciada no governo de Castelo Branco.(LECHINI, 2008) Além da presença no governo do ideólogo Gal. Golbery do Couto e Silva.

Desde o início, o governo Geisel imprimiu uma orientação decisiva à política externa brasileira, substituindo o alinhamento automático com os Estados Unidos privilegiado nos governos anteriores, com alguns custos diplomáticos, devido a ampliação das relações diplomáticas e comerciais com países da África, Ásia e Europa. Aproveitando as bases lançadas pelo governo anterior, do Gal. Emílio G. Médici que empreendeu uma política desenvolvimentista. Segundo Berta Becker e Cláudio Egler (2006), três elementos se destacaram na política externa de Geisel: “*primeiro o afastamento militar e comercial em relação aos Estados Unidos [...]; segundo uma gradativa interação sul-sul. Terceiro, a desvinculação da diplomacia em relação à geopolítica da Escola Superior de Guerra[...]*” A abertura do Brasil para

³⁸ Foi um militar de carreira, nascido em Bento Gonçalves, no estado do Rio Grande do Sul, em agosto de 1908. Seguiu o tradicional caminho para uma formação militar, estudando no Colégio Militar de Porto Alegre, na Escola Militar de Realengo, na escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Armada e na Escola de Estado-Maior. Durante as Revoluções de 1930 e 1932 esteve com as forças getulistas. De 1946 a 1947 foi secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional, de 1947 a 1950 foi adido militar junto à embaixada do Brasil no Uruguai, de 1950 a 1952 foi adjunto do Estado-Maior das Forças Armadas, em 1955 foi sub-chefe do gabinete militar do presidente Café Filho, de 1957 a 1961 esteve na chefia da seção de informações do Estado-Maior do Exército, na mesma época passou a ser membro do Conselho Nacional do Petróleo como representante do Ministério da Guerra, seu primeiro contato oficial com a política de energia, além de ser chefe do Gabinete Militar do presidente Ranieri Mazzilli. Participou do movimento político-militar que originou o golpe de 1964, tendo sido nomeado chefe do Gabinete Militar do Presidente Castelo Branco (1964-1967). Promovido a General-de-Exército em 1966, foi Ministro do Supremo Tribunal Militar entre 1967 e 1969, chegando à presidência da Petrobras 1969, aonde ficou até 1973. Através de eleição indireta passou a exercer o cargo de presidente da República em 15 de Março de 1974. Em Junho de 1980 tornou-se presidente da Norquisa-Nordeste e, nessa qualidade do Conselho de Administração da Companhia Petroquímica do Nordeste (Copene). Faleceu no Rio de Janeiro em 12 de Setembro de 1996. www.portalbrasil.net/politica_presidentes_geisel.htm

a África acabou sendo consolidada durante o período Geisel, que coincidiu com a emancipação das cinco colônias portuguesas na África e foi determinante na política subsaariana do Brasil. Que reconheceu a independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde em Julho de 1974, antes mesmo de ter sido concedida por Portugal. Em Novembro de 1975, o Brasil tornou-se o primeiro país ocidental a reconhecer a independência de Angola, sob o governo revolucionário do Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA). A posição do Brasil causou grande consternação para os Estados Unidos, porque o governo MPLA, em Angola, possuía uma ideologia socialista, e dependente do bloco comunista e alinhado com Cuba naquele momento. Na mesma época, o Brasil estabeleceu relações com o governo de Moçambique, devido à sua ligação cultural e importância estratégica na África Austral Oriental e no Oceano Índico, entre outras iniciativas.(VIZENTINI, 2003) Ao mesmo tempo, procurou manter relações com as potências centrais em bases mais igualitárias e fazendo uma defesa consistente da posição do Brasil no mundo. Essas transformações fundamentavam-se no projeto político do militares, do estabelecimento de uma transição política assegurando a idéia do nacional-desenvolvimentismo e da percepção de potencia emergente. (LESSA, 1994)

A penetração brasileira na África subsaariana, no entanto esbarrava numa estrutura neocolonialista, de assistência técnica fornecida pelas ex-metrópoles e metrópoles, ainda atuantes na região. O assistencialismo remetia aos interesses econômicos, velados por uma aparente ajuda humanitária para sanear os problemas sanitários e de saúde. O que, segundo Therezinha de Castro (1981), transformava o país ajudado em cliente, acabando por serem abastecidos economicamente pelos países desenvolvidos. Nesse quadro, a geopolítica subsaariana do Brasil apresentava um panorama de interesses variados na região, que se materializavam através auxílio humanitário e cooperação. No mapa 17, podemos observar a disposição geográfica dos interesses nos países subsaarianos, no período de 1974-1979, pelas grandes potências mundiais no contexto da Guerra-Fria e suas disputas por áreas de influência. Assim, o Presidente Geisel dirigiu sua política externa para uma arena que estava sendo alvo das disputas ideológicas, pelas grandes potências mundiais. (CASTRO, 1981)

Mapa. 17. As influências políticas e ideológicas na região subsaariana. 1978.



Fonte: Therezinha de Castro. 1981.

O ministro das relações exteriores responsável pela execução da nova orientação diplomática da geopolítica brasileira, foi Antonio Francisco Azeredo da Silveira, que esteve durante os cinco anos à frente do Itamaraty (1974-1979), e cunhou a expressão que caracterizava a política externa do regime militar brasileiro sob o comando do Gal. Ernesto Geisel: de “Pragmatismo Responsável”. O chanceler do Presidente Geisel desengajou o Brasil de sua tradicional relação com três eixos centrais: Argentina, Estados Unidos e Portugal. A nova postura mais independente da chancelaria frente a esses países possibilitou uma mundialização das relações exteriores do país, mediante a intensa e vasta agenda na América do Sul, na Europa Ocidental, no Oriente Médio, na Ásia e na África. (CASTRO, 1981)

O período acabou sendo marcado pelas pressões diplomáticas dos países mais afetados pela nova orientação diplomática do Brasil desde 1974, Azeredo da Silveira conseguiu provocar uma significativa mobilização no *establishment* diplomático norte-americano. Ele mantinha um relacionamento pessoal com Kissinger, que resultou na criação de um inusitado sistema de consultas entre os dois governos e encontros informais entre os dois ministros. Em nenhum momento se negligenciou uma agenda bilateral, crescentemente marcada por desencontros pontuais que punham fim ao padrão de interação que marcara as relações entre ambos os países desde princípios do século XX. As divergências açambarcavam a política africana do Brasil, entre outras, o que era um obstáculo às novas pretensões do governo. (SPEKTOR, 2001)

4.1.1. As bases da política externa encontravam-se na política interna.

Na esfera interna a política tinha como principais metas: o desenvolvimento econômico e a sustentação do projeto de inserção internacional brasileiro, que foram estabelecidas no II Plano Nacional de Desenvolvimento³⁹ (II PND) A edição do projeto buscava dar respostas na área econômica às dificuldades brasileiras e priorizava os investimentos no setor energético e nas indústrias básicas, com o intuito de adequar a economia à crise internacional do petróleo e ao estágio de desenvolvimento industrial do país. E dessa forma reduzir a participação do capital estrangeiro em setores considerados infra-estruturais. O II PND era composto de um conjunto extremamente amplo de objetivos para consolidar o desenvolvimento, em um prazo bastante curto. Dessa maneira não deu para realizar

³⁹ Segundo o PND, no capítulo “Sentido da Tarefa Nacional”, a prosperidade mundial dos últimos anos era intensa, mas, “no fundo do horizonte, entretanto, já se vinham acumulando as tensões econômicas”. Sob que forma? “Da crise monetária internacional”, diante da superação do sistema implantado em Bretton Woods; “dos problemas de balanço de pagamentos dos EUA”, com seus déficits “exportadores” de inflação multilaterais de comércio internacional, que impediram acordos específicos dos países subdesenvolvidos. Nesse quadro, diz o PND, “os países subdesenvolvidos acumularam desapontamentos, sucessivamente”, para explicitar: “Assim ocorreu em relação ao problema da ajuda financeira”, com os países desenvolvidos dedicando uma parcela cada vez menor de seu PNB e investimentos nas regiões em desenvolvimento; “da transferência de tecnologia”, com as multinacionais concentrando suas pesquisas nos países sede, deixando de contribuir para avanços, nessa área, nos países que hospedam suas subsidiárias; “da liberalização do comércio”, com pesados “impostos” dificultando até a venda de produtos primários; “dos acordos de produtos de base”, como o café ou cobre, que continuam a subir e descer na “montanha-russa” das cotações, de acordo com os desígnios dos países importadores e suas “tradings” e multinacionais. Jornal Gazeta Mercantil, quarta-feira 25 de setembro de 1974.

tudo que fora planejado. Mas o projeto para a construção de uma nação potência, não foi apoiado pelas bases sociais de sustentação do setor de bens de capital, e pelas lideranças empresariais do setor industrial, que criticavam a política econômica e defendiam a redemocratização do país. Houve fortes ataques da imprensa também. Nesse sentido, foi lançado, em 1975, o Programa Nacional do Álcool - Proálcool - e assinado o acordo nuclear Brasil-Alemanha para mostrar a eficácia na busca das metas. No entanto o plano econômico do governo ressentiu-se do impacto da crise do petróleo, do aumento da dívida externa e do desequilíbrio da balança de pagamentos. (SOUSA, 2007)

Nesse contexto, os autores do II PND começaram a desenvolver a frente externa do plano, buscando novas parcerias na África subsaariana e Oriente Médio e Ásia, contudo as prioridades esbarravam na dependência de produtos externos, principalmente do petróleo, e uma das medidas defendidas pelo governo para combater esse problema, em outubro de 1975, foi a adoção de contratos de risco entre a Petrobras e empresas estrangeiras para a prospecção de petróleo no país. Em 1978, no final do governo Geisel, os principais problemas da economia continuavam sendo: o crescimento da taxa de inflação e da dívida externa. Apesar dos investimentos feitos pelo II PND, este não obteve o êxito que pretendia e a dívida externa do Brasil aumentou consideravelmente no período. O plano criou muitas tensões internas junto aos conservadores e externas devido à busca de novas parcerias. (SOUSA, 2007)

4.1.2. O comando da política externa

O processo decisório da política externa do governo Geisel foi marcado por uma centralidade durante toda sua gestão. Os temas da política externa eram elaborados pelo Itamaraty e encaminhados, através do chanceler Azeredo da Silveira, ao presidente na forma de relatórios. Os relatórios disponham sobre os temas agendados da política externa. Revelando a existência de alguma autonomia do ministério das relações exteriores em sua elaboração e, conseqüentemente, uma interferência na escolha do temas. Eles eram lidos

atentamente pelo presidente e depois encaminhados a alguns membros do governo, revelando a existência de outros participantes das decisões sobre a política externa, entre eles: Heitor de Aquino, secretário, Hugo de Abreu, chefe do Gabinete Civil, e Golbery do Couto e Silva, chefe do Gabinete militar. (PINHEIRO, 2002) Mesmo caracterizado pela centralização, como ficou conhecido o processo decisório do governo Geisel, a política externa não se restringia às esferas da presidência e do Itamaraty.

Um fato revelador das decisões na política externa, foram os encaminhamentos feitos a Golbery do Couto e Silva, como revelou Letícia Pinheiro (2002), caracterizando a existência de muita afinidade de pensamento entre ambos. O presidente fazia anotações nos relatórios do Itamaraty endereçados a Golbery, para que este desse o prosseguimento conclusivo que achasse melhor. Esse fato serve para mostrar a importância do chefe do Gabinete Militar no processo decisório, senão sua relevância nas decisões sobre a política externa. Ele que já era conhecido como um emérito defensor de um “*destino manifesto*” do Brasil face ao Atlântico Sul.

A visão de Golbery apoiava-se em um tripé: i) na articulação de uma visão geopolítica com a teoria realista das relações internacionais; ii) na confrontação ideológica da Guerra Fria, onde o nosso campo era, por todas as circunstâncias, o do anticomunismo, e iii) na projeção internacional do Brasil. Originalmente o pensamento de Golbery objetivava inserir o Brasil na estratégia de defesa do ocidente e colocava o país como peça importante do oeste, em sua confrontação com o Leste. Era necessário fazer ver ao líder do ocidente (os Estados Unidos) como era importante cooperar com o desenvolvimento do Brasil, em razão de sua posição estratégica nos destinos do ocidente, do Atlântico Sul e da África Ocidental. Essa visão de Golbery encontrou seu cerne na nova conjuntura internacional do período Geisel, em que a desideologização do sistema, somada a debilidade brasileira, convergiu para a formulação de uma política externa que pudesse explorar o universo de possibilidade do mercado mundial, dentro da perspectiva geopolítica que o Brasil passara a professar – a convergência sul-sul. A revisão do conteúdo da política externa implicava numa reavaliação dos conceitos que dirigiram seu pensamento até então, substituindo-os pela visão dos

interesses nacionais adequados à conjuntura internacional. (GONÇALVES & MIYAMOTO, 1993)

A importância de Golbery para o governo do presidente Geisel, foi relevante, evidenciado de forma transparente, na referida consciência de que Golbery "*tinha uma cultura superior à da maioria dos oficiais do Exército. Via o Brasil de uma forma diferente*". (FONSECA & MONTEIRO, 2008) Contudo, não é possível saber como atuou o general no viés subsaariano da política externa. No que se refere às decisões sobre Angola, Geisel foi decisivo ao reafirmar a equidistância do país em relação aos grupos que lutavam pelo poder, como a documentação do arquivo pessoal do presidente explicita, mas não permitiu perceber a participação de Golbery nela. (PINHEIRO, 2002)

Mas é possível concluir que havia uma aproximação no pensamento de Geisel e Golbery, que matizaram o conjunto das decisões sobre a política externa brasileira durante todo o governo pelos procedimentos observados. A centralidade do processo decisório esteve durante o período em um círculo muito fechado, formando um núcleo duro, superando a capacidade decisória do Conselho de Segurança Nacional, até então centralizador das decisões políticas do país.

4.1.3. Os atos internacionais de Geisel

As relações bilaterais com a África subsaariana durante o governo Geisel seguiram a lógica do contexto nacional e internacional, já apresentados anteriormente. Os atos internacionais espelhavam uma geopolítica voltada para a dimensão econômica, com o aparente respaldo do II PND, apresentando também uma espacialidade ainda marcadamente ocidental, que pode ser vista no mapa 18. Refletindo as restrições intrínsecas das características que a região apresentava, como as perturbações políticas, movimentos emancipacionistas, etc. A partir dessa premissa, os países envolvidos apresentavam algumas vantagens para o mercado exportador brasileiro e reciprocidade na questão energética, fundamental em um

momento crítico da economia brasileira. Onde o petróleo era uma fonte estratégica, pois a produção nacional não ultrapassava os 28 % do consumo interno. (GONÇALVES & MIYAMOTO, 1993)

Mapa18. Distribuição espacial dos atos internacionais do governo Geisel



Fonte: Ministério das Relações Exteriores. 2009.

Os atos internacionais do Brasil no período de Geisel contemplaram apenas 10 países e sua quantidade não superou os 19, entre acordos, protocolos e memorandos com os países subsaarianos. O contexto dos países subsaarianos de 1974-1979, apresentava inúmeras diversidades políticas, talvez por isso o número limitado de atos celebrados pelo país. Ou então, a busca de objetivos específicos ditados pelas condições econômicas internas, sendo por isso limitado quantitativamente nas relações bilaterais do governo Geisel. Ou ainda, como já foi

visto, o Itamaraty tenha estabelecido critérios de exclusão de diferentes ordens, como por exemplo: os países com conflitos étnicos, ou com problemas internos relativos à soberania, além daqueles que apresentavam guerras civis. Mesmo assim o governo Geisel, a sua política externa pragmática e de orientação sul-sul, estabeleceu relações bilaterais que somavam algo em torno de um terço de todos os realizados pelos governos militares.

A causalidade da limitação dos atos internacionais do pragmatismo responsável pode ser encontrada, muito provavelmente no conteúdo que apresentam. A orientação sul-sul, pressupunha uma escala de relações bilaterais muito maiores do que as apresentadas, devido a abrangência do chamado *terceiro mundo*. As questões de ordem interna dos países subsaarianos, por serem pontuais, não serão aqui elencadas, pois é uma variável que sai do foco dos objetivos conteudistas que a política externa para a região esperava alcançar. Contudo, esperamos encontrar no texto dos atos a essência dos objetivos e compararmos com aqueles dispostos no panorama geral da política externa pragmática, bem como a geopolítica do espaço geográfico que se pressupõe existir.

4.1.4. A análise dos atos internacionais com os países subsaarianos.

Especificaremos alguns atos oficiais do governo brasileiro realizados com os países da região subsaarianos, de forma a conhecer sua tipologia e seu conteúdo, com a finalidade teórica de dimensionar a importância de cada um deles relativos aos objetivos anteriormente apresentados, de atender as demandas internas e os objetivos externos do país no sentido de sua inserção nas estruturas formais do sistema mundial. Dessa forma podemos conhecer se a natureza dos atos celebrados, se estavam de acordo com os objetivos econômicos ou se atendiam a demandas de ordem política relativos à ordem internacional.

Para conduzir de maneira mais coordenada à análise dos atos internacionais com os países subsaarianos, evitando sua descrição um a um, vamos classificar esses atos realizando uma análise conjunta deles. O que nos interessa é encontrar as geopolíticas espaciais e humanas, além dos interesses comerciais.

Dessa forma, estabeleceremos uma classificação de acordo com a proposta a seguir:

- i) atos de conteúdo técnicos: aqueles que apresentam ações relativas à construção de infra-estrutura e superestrutura visando à organização e fluidez do espaço;
- ii) atos de cunho burocrático: são os que contemplam a organização do Estado ou instituições de sua responsabilidade;
- iii) atos culturais: envolvem os atos que discorrem sobre a produção no campo das artes, dos desportos e de manifestações ligadas à criação humana;
- iv) Atos educacionais: qualquer acordo que envolva ensino-aprendizagem de âmbito formativo, básico e superior;
- v) atos relativos à saúde: os acordos voltados para o combate às doenças endêmicas e/ou epidêmicas no interior dos países subsaarianos, relativos à infra-estrutura, medicamentos e serviços médicos;
- vi) atos sociais; os atos que visam a inclusão social dos indivíduos ou grupos e eliminação das formas de discriminação em qualquer dimensão;
- vii) atos relativos a consultas políticas: aqueles que procuram estabelecer parcerias e fóruns de discussões relativos à política externa.

Ao pesquisar os atos internacionais celebrados pelo governo Geisel, encontramos como obstáculo a indisponibilidade para consulta de alguns deles. Mas através dos dez disponíveis encontramos as regularidades que formaram um eixo da política externa e os objetivos da diplomacia brasileira para a África subsaariana.

Com a África do Sul, o Brasil estabeleceu em 12/03/1974, o Acordo sobre Isenção de Tributos nos Serviços de Telecomunicações.

“a) Governo da República Federativa da África do Sul compromete-se a não Tributar os Serviços de Telecomunicações prestados às Missões Diplomáticas e às Repartições Consulares de Carreira Brasileiras na África do Sul, isentando-os de todos os impostos ou sobretaxas, qualquer que seja sua finalidade.”

“b) O Governo da República Federativa do Brasil compromete-se a não tributar os serviços de telecomunicações prestados às Missões Diplomáticas e as Repartições Consulares de Carreira sul-africanas no Brasil, isentando-os de todos os impostos ou sobre taxa, qualquer que seja sua finalidade.” Brasília, 12 de Março de 1974.

O nível das relações bilaterais entre os dois países avançou no sentido da consolidação do ordenamento normativo da burocracia diplomática, que caracterizava um relacionamento mais antigo devido aos interesses comuns no Atlântico Sul, como de fato já vinham mantendo a algum tempo, com alinhamento ideológico voltado para as questões de segurança hemisférica.

Com Cabo Verde, o Brasil celebrou cinco atos. A proximidade cultural portuguesa explica esta intensidade, embora sua importância no espaço subsaariano possa ser relativizada por suas pequenas dimensões espaciais e por ser insular. Mas mesmo assim, sujeito às mesmas mazelas colonialistas dos países continentais. Os cinco atos bilaterais se distribuem pelos: Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica de 28/04/1977; Memorandum de Entendimento Relativo à Educação, Agricultura e Pecuária, Saúde, Transporte e Comunicações Previdência Social e Urbanização, de 28/04/1977; Acordo sobre Cooperação Cultural., de 07/02/1979; Tratado de Amizade e Cooperação., de 07/02/1979; Acordo, por troca de Notas, estendendo aos Nacionais Cabo-Verdianos, Residentes no Brasil, as Disposições Previstas na Convenção de Previdência Social e Ajustes Complementares Assinados entre o Brasil e a República Portuguesa, de 07/02/1979. A seguir reproduzimos um trecho do Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde, celebrado em Brasília, a 28 de abril de 1977:

“ARTIGO I

As Partes Contratantes desenvolverão a cooperação científica e técnica entre ambos os países com o objetivo de contribuir para a melhor avaliação de seus recursos naturais e humanos, esforçando-se para que os programas que surjam do presente Acordo Básico se ajustem às políticas e planos globais, regionais ou setoriais de desenvolvimento nos dois países, com apoio complementar a seus próprios esforços internos para atingir objetivos de desenvolvimento econômico e social.

[...]

b) aperfeiçoamento profissional, mediante programas de visitas ou estágios de especialização e através de concessão de bolsas de estudo para especialização técnica;

[...]

f) remessa e intercâmbio de equipamentos e de material necessário à realização de projetos específicos;

[...]"

Pelos itens destacados do acordo, percebemos o direcionamento para a formação de capital humano, bem como a possibilidade de fornecimento de produtos industrializados, que seriam fornecidos pelo Brasil, possuidor desse desenvolvimento tecnológico. A preocupação com as questões de organização do sistema produtivo no espaço e conseqüentemente de dar maior consistência ao espaço geográfico de Cabo Verde, é um dos objetivos específicos deste acordo.

Com a Costa do Marfim estabelecemos um Protocolo de Entendimentos por Ocasão da Visita ao Brasil do Ministro da Agricultura da Costa do Marfim, em 15/08/1979.

O Brasil estabeleceu dois acordos com o Gabão, que são voltados para a formação do capital humano e social, além de buscar a cooperação na organização do espaço visando dar fluidez e construir redes urbanas. São eles: Acordo de Cooperação Cultural, em 14/10/1975, e o Acordo de Cooperação Científica e Técnica, também em 14/10/1975.

Com, Gana as relações bilaterais se limitaram a apenas um acordo no período, o Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, em 07/11/1974. Este abrangia o eixo que se delineavam os atos internacionais do Brasil, voltados para organização do espaço econômico e formação de capital humano, como observamos no trecho a seguir:

“ Artigo I

1. As Partes Contratantes, por entendimento mútuo, organizarão o intercâmbio de visitas de funcionários de alto nível, responsáveis pela formulação e implementação de planos de desenvolvimento nacional em seus países.

2. O objetivo de tais visitas será o de permitir aos referidos funcionários que se familiarizem com o país da outra Parte Contratante, com as disponibilidades nele existentes nos campos da agricultura, indústria, ciência e administração pública e com os métodos e práticas utilizadas no treinamento de quadros técnicos para especialização nos diversos campos.”

A Guiné Bissau recebeu uma atenção especial pelo volume dos atos firmados através Itamaraty, voltados para a cooperação e os que atendiam às demandas econômicas, são eles: o Memorando de Entendimento, em 21/06/1976; o Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio, em 18/05/1978; o Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, em 18/05/1978; e o Acordo de Comércio, em 18/05/1978.

A Guiné Equatorial participa do repertório da política subsaariana do Brasil apenas com um Comunicado de Imprensa sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas em 26/05/1975.

A Libéria fez parte da agenda com o Acordo Comercial, em 21/11/1977, onde os países adotarão todas as medidas necessárias para facilitar, estimular e desenvolver o intercâmbio comercial direto entre o Brasil e a Libéria. Neste sentido, as necessidades econômicas prevaleceram no estabelecimento das relações bilaterais.

Com a Mauritânia se buscou um aumento das relações bilaterais através do Protocolo sobre Expansão Comercial e Cooperação Econômica, em 10/03/1976, que não podem ser especificados devido à indisponibilidade para consultas do acordo.

Foi com a Nigéria, principal produtor de petróleo da região subsaariana, que o país buscou intensificar as relações bilaterais. No contexto das necessidades energéticas brasileiras, o país estabeleceu os seguintes atos bilaterais: o Memorando de Entendimentos sobre Transportes Aéreos Brasil-Nigéria, em 20/05/1977; o Acordo sobre a Criação de uma Comissão Mista de Coordenação,

em 10/01/1979; o Acordo, por Troca de Notas, sobre Rádio e Televisão, em 10/01/1979; o Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica, em 10/01/1979; o Acordo de Amizade, Cooperação e Comércio, em 10/01/1979; e o Acordo Brasil-Nigéria sobre Serviços Aéreos entre seus Respective Territórios e Além, em 10/01/1979. A abrangência temática dos atos mostrou a importância que o governo de Geisel dedicou a esse relevante país subsaariano. A cooperação no sentido da transferência de conhecimentos em diversas áreas, para organizar o espaço e que fortalecia como eixo norteador da política externa essa proposição cooperativa. Os atos apresentam similaridades entre os diferentes países, apenas em relação à Nigéria vamos encontrar uma variedade ampla de itens que contemplam a diferentes esferas, entre elas: empreendimentos industriais e comerciais, treinamento de pessoal, estudos geológicos concessão de bolsas de estudo, aquisição de *Know how* técnico e científico, organização de exposições, serviços de consultoria, agroindústria, agricultura e petróleo. Toda essa gama de interesses se justifica, pois a Nigéria é um dos países mais populosos da região, além de ser importante produtor de petróleo, nosso principal problema que precisava ser atacado por nossa diplomacia. Este tipo de acordo contém a essência da política externa da época, a busca de novos mercados para os produtos brasileiros que tinham atingido um estágio superior de produção.

A parceria com Senegal foi centrada na área da cultura, porém se constituía numa reaproximação através do Protocolo sobre Cooperação nas Áreas de Cinema, Rádio e Televisão, Adicional ao Acordo Cultural de 23 de setembro de 1964, em 02/02/1979.

Nos demais acordos celebrados a diplomacia procurou sempre abrir espaços econômicos para o Brasil na esfera privada, mesmo nos atos de cooperação técnica, ela procurou garantir espaço para a exposição dos produtos brasileiros através da elaboração de feiras e exposições, além de procurar a venda de *know how* através da transferência de conhecimento e formação de capital humano. Também procurou garantir a realização de projetos, com fornecimento de mão-de-obra e equipamentos na maioria dos atos celebrados.

A política externa desenvolvida pelos diplomatas brasileiros seguiu as orientações da política interna, procurando servir como divulgadora do país e

abrir mercado para as empresas aqui instaladas. Dessa forma, empreendeu uma geopolítica brasileira que buscava primeiramente a inserção brasileira através da dimensão econômica, mas que fomentava a cooperação, e política para atuação conjunta nos foros internacionais. (LESSA, 1994) Contudo esta geopolítica, nos poucos países em ela foi empreendida, alcançou uma escala superior, na medida em que perpassou da economia, com simples trocas, para a organização do espaço através dos projetos de infra-estrutura necessários ao desenvolvimento local e a colaboração para a formação do capital humano fundamental para a ordem econômica e social. Dessa forma, podemos afirmar que a diplomacia empreendida na África subsaariana não pode ser caracterizada apenas como comercial, como pudemos observar, por procurar cooperar no processo de formação territorial, com consequências positivas para sua gestão. As práticas cooperativas de integração do território, experiência já desenvolvida pelo Brasil através da “marcha para o oeste”, contribuíram para construção de redes urbanas e fluidez do espaço, possibilitando uma nova experiência de territorialidade nesses países. (ANDRADE, 2004) Caracterizando uma geopolítica que transcendia o governo e adquiria a forma de política de Estado, por ser construída para o longo prazo, com retornos econômicos, políticos e pretensões explícitas para uma inserção internacional como ator importante no cenário mundial. Em suma, a geopolítica brasileira tinha um caráter duplo, ela era ao mesmo tempo voltada para o comércio e para a construção do espaço geográfico capitalista, e que colaborava no sentido da transformação da imagem do país no cenário subsaariano.

Por outro lado, percebemos que a geopolítica na região subsaariana encontrava-se limitada à bacia do Atlântico, atingindo um número muito limitado de países, embora muito superior aos outros governos militares. Neste sentido, Therezinha de Castro (1981), afirmou ser uma política externa de base geohistórica, ou seja, limitada aos países do Atlântico sul devido aos laços históricos de maior contato com o Brasil. O universalismo pretendido para a política externa brasileira, não construiu relações que permitisse um acesso à bacia do Pacífico. Nenhum país dessa bacia foi incluído na agenda da política externa. Por isso, a idéia de uma expansão sul-sul, acabou limitada em suas possibilidades, retardando a realização dos objetivos concebidos pela geopolítica brasileira. Dessa forma, os elaboradores da agenda de relações internacionais tiveram motivos que estavam vinculados ao

contexto internacional, os problemas internos empurravam o país para uma abrangência mais ampla, na busca das aspirações internas.

O contexto interno do nacional-desenvolvimentismo, submetido às expectativas do II PND, não encontrou na política externa subsaariana uma amplitude espacial esperada. Ela encontrou seus limites na estabilização das relações com os Estados Unidos e na acomodação das relações com a Europa Ocidental, definindo a construção da vertente européia da política externa de curto prazo. (LESSA, 1994) Mas a geopolítica de Estado aplicada na região subsaariana, com uma estratégia que sofreu oscilações relativas aos contextos internos e externos, iria permitir, no futuro, um avanço mais significativo e amplo para o país, como veremos a seguir.

4.2. O primeiro governo Lula⁴⁰, a escalada subsaariana.

⁴⁰ Luiz Inácio Lula da Silva nasceu em 27 de outubro de 1945, na cidade de Garanhuns, interior de Pernambuco. Foi alfabetizado no Grupo Escolar Marcílio Dias. Em 1956, a família mudou-se para São Paulo, passando a morar num único cômodo, nos fundos de um bar, no bairro de Ipiranga. Aos 12 anos de idade, Lula conseguiu seu primeiro emprego numa tinturaria. Também foi engraxate e office-boy.

Com 14 anos, começou a trabalhar nos Armazéns Gerais Columbia, onde teve a Carteira de Trabalho assinada pela primeira vez. Lula transferiu-se depois para a Fábrica de Parafusos Marte e obteve uma vaga no curso de torneiro mecânico do Senai - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. O curso durou 3 anos e Lula tornou-se metalúrgico.

Em 1969, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema fez eleição para escolher uma nova diretoria e Lula foi eleito suplente. Na eleição seguinte, em 1972, tornou-se primeiro-secretário. Em 1975, foi eleito presidente do sindicato com 92 por cento dos votos, passando a representar 100 mil trabalhadores.

Lula deu então uma nova direção ao movimento sindical brasileiro. Em 78, Lula foi reeleito presidente do sindicato e, após 10 anos sem greves operárias, ocorreram no país as primeiras paralisações.

O Brasil atravessava, então, um processo de abertura política lenta e gradual comandada pelos militares ainda no poder. Em 10 de fevereiro de 1980, Lula fundou o PT, juntamente com outros sindicalistas, intelectuais, políticos e representantes de movimentos sociais, como lideranças rurais e religiosas. Em 1980, nova greve dos metalúrgicos provocou a intervenção do Governo Federal no sindicato e a prisão de Lula e outros dirigentes sindicais, com base na Lei de Segurança Nacional. Foram 31 dias de prisão.

Em 1982 o PT já estava implantado em quase todo o território nacional. Lula liderou a organização do partido e disputou naquele ano o Governo de São Paulo. Em agosto de 83, participou da fundação da CUT – Central Única dos Trabalhadores. Em 84 participou, como uma das principais lideranças, da campanha das "diretas-já" para a Presidência da República. Em 1986, foi eleito o deputado federal mais votado do país, para a Assembléia Constituinte.

O PT lançou Lula para disputar a Presidência da República em 1989, após 29 anos sem eleição direta para o cargo. Perdeu a disputa, no segundo turno, por pequena diferença de votos, mas dois anos depois liderou uma mobilização nacional contra a corrupção que acabou no "impeachment" do presidente Fernando Collor de Mello. Em 1994 e 1998, Lula voltou a se candidatar a presidente da República e foi derrotado por Fernando Henrique Cardoso.

O presidente Lula assumiu o governo numa época em que os valores democráticos tinham alcançado grande prestígio na comunidade internacional, com várias nações bradando sua adesão ao governo do povo e a defesa das liberdades propugnadas pela tradição democrática. (KUNTZ, 2005) Internamente, o novo governo abria espaço para a disputa entre grupos que participarão nas decisões para a inserção do país, quanto se deve participar da globalização e como se inserir no novo cenário passa a fazer parte da arena das discussões. (MORAES, 2005)

A geopolítica global apresentava o inquestionável domínio dos Estados Unidos, nos campos da economia, militar e político. Mas este estava à volta com a guerra contra o terrorismo e, de certa maneira abria espaços para serem ocupados por outras nações. A ocupação desses espaços passava a ser dependente das decisões dos governos nacionais e dos grupos interessados nas atividades extraterritoriais. Como também, da possibilidade e/ou capacidade de estabelecer redes de relações de dimensões globais, com estruturas normativas mesmo que diferentes das estruturas regionais a que cada país se vincula. (ROCHA, 2005)

Enfrentar os desafios da política exterior com estratégias audaciosas, participar das estruturas hegemônicas do sistema mundial de forma soberana como os países centrais e reduzir o grau de vulnerabilidade frente a eles. A superação da condição de grande Estado periférico necessitaria o rompimento com a tradição de uma política externa pacífica e cooperativa, admitindo que as assertivas, dentro de um cenário hegemônico, pudessem ser conflitivas e/ou cooperativas. (GUIMARÃES, 1999) Essa foi uma das propostas que Lula tentou empreender, com alguns êxitos e fracassos. Na percepção do ex-vice-presidente da República, Marco Maciel (2009), na época membro da oposição ao governo e que

Desde 1992, Lula atua como conselheiro do Instituto Cidadania, uma organização não-governamental criada após a experiência do Governo Paralelo, voltado para estudos, pesquisas, debates, publicações e principalmente formulação de propostas de políticas públicas nacionais, bem como de campanhas de mobilização da sociedade civil rumo à conquista dos direitos de cidadania para todo o povo brasileiro.

Na última semana de junho de 2002, a Convenção Nacional do PT aprovou uma ampla aliança política (PT, PL, PCdoB, PCB e PMN) que teve por base um programa de governo para resgatar as dívidas sociais fundamentais que o país tem com a grande maioria do povo brasileiro. O candidato a vice-presidente na chapa era o senador José Alencar, do PL de Minas Gerais.

Em 27 de outubro de 2002, aos 57 anos de idade, com quase 53 milhões de votos, Luiz Inácio Lula da Silva é eleito Presidente da República Federativa do Brasil.

parece partir de uma concepção catastrofista – com olhar apenas para os fatos negativos da política externa - caracterizava o quadro político interno do país como a dimensão mais importante e criticando, principalmente, a forte reação à política externa empreendida pelo governo de Lula. Para ele, a política externa brasileira tinha como característica:

“ Percebemos que as iniciativas de política externa, tal qual na política interna, são baseadas e discursos e preocupação com a mídia, com uma coleção de derrotas, com a indicação para o BID, o assento no Conselho de Segurança da ONU, a rodada de Doha, etc.”

As teses catastrofistas foram formuladas no final dos anos 90, quando, baseados em estatísticas, bradavam que o Brasil não tinha nada a mais a fazer na África, pois o panorama que ela apresentava era de instabilidade e degeneração estatal, em geral. (PIMENTEL, 2000) No entanto, estas teses parecem ter influenciado o discurso da oposição ao governo, pois o quadro que se apresentou com relação à África subsaariana foi de uma geopolítica assertiva cooperativa ao longo do tempo.

A política subsaariana e africana como um todo ganhou em escala a partir da ascensão de Lula ao poder, em 2003. O contexto do novo governo apresentava um cenário interno e externo muito diferente do que se operava no governo de Geisel. A bipolaridade tinha sido substituída pela multipolaridade e o neoliberalismo constituía-se em ideologia dominante.

Para o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim (2003), política externa do Brasil caminharia para o “renascimento africano”, como uma obrigação política, moral e histórica. Em um momento que a África procura cicatrizar suas feridas do passado, para lidar com um presente repleto de carências. Ansiando por uma aproximação com o Brasil. E isso repercutiu na diplomacia brasileira, quando em uma viagem o ministro destacou: *“Nos países onde estive -Moçambique, Zimbábue, São Tomé e Príncipe, Angola, África do Sul, Namíbia e Gana-, deixei claro o compromisso do Brasil com uma renovada agenda política, econômica, social, comercial e cultural com nossos amigos africanos.”* E que acabou colhendo informações para ampliar a cooperação e iniciar novos projetos.

A retomada da política externa africana abriria novas oportunidades para a economia complexa que se formou no país. Criando uma perspectiva animadora, que motivou a diplomacia brasileira, e que acabou levando o ministro, em maio de 2003, a uma nova investida sobre a região subsaariana, visitando Moçambique, Zimbábue, São Tomé e Príncipe, Angola, Namíbia e África do Sul. Sendo que neste último país, se fez acompanhar de uma missão empresarial brasileira para encontro de negócios em Johannesburg. (MRE, 2007) Confirmando estas ações que Celso Amorim (2003) já tinha explicitado sobre a região subsaariana:

“As perspectivas para o redimensionamento de nossas relações políticas e econômico-comerciais são extremamente promissoras. A título exemplificativo, salientaria algumas das percepções e propostas que trouxe na bagagem. Identifiquei em Maputo um grande interesse moçambicano em contar com a participação do Brasil no projeto de exploração de carvão de Moatize, cujo potencial multiplicador de oportunidades não deve ser subestimado. Moçambique deseja desenvolver conosco um programa piloto para o combate à Aids, tema que figurou também nos intercâmbios com vários outros líderes.”

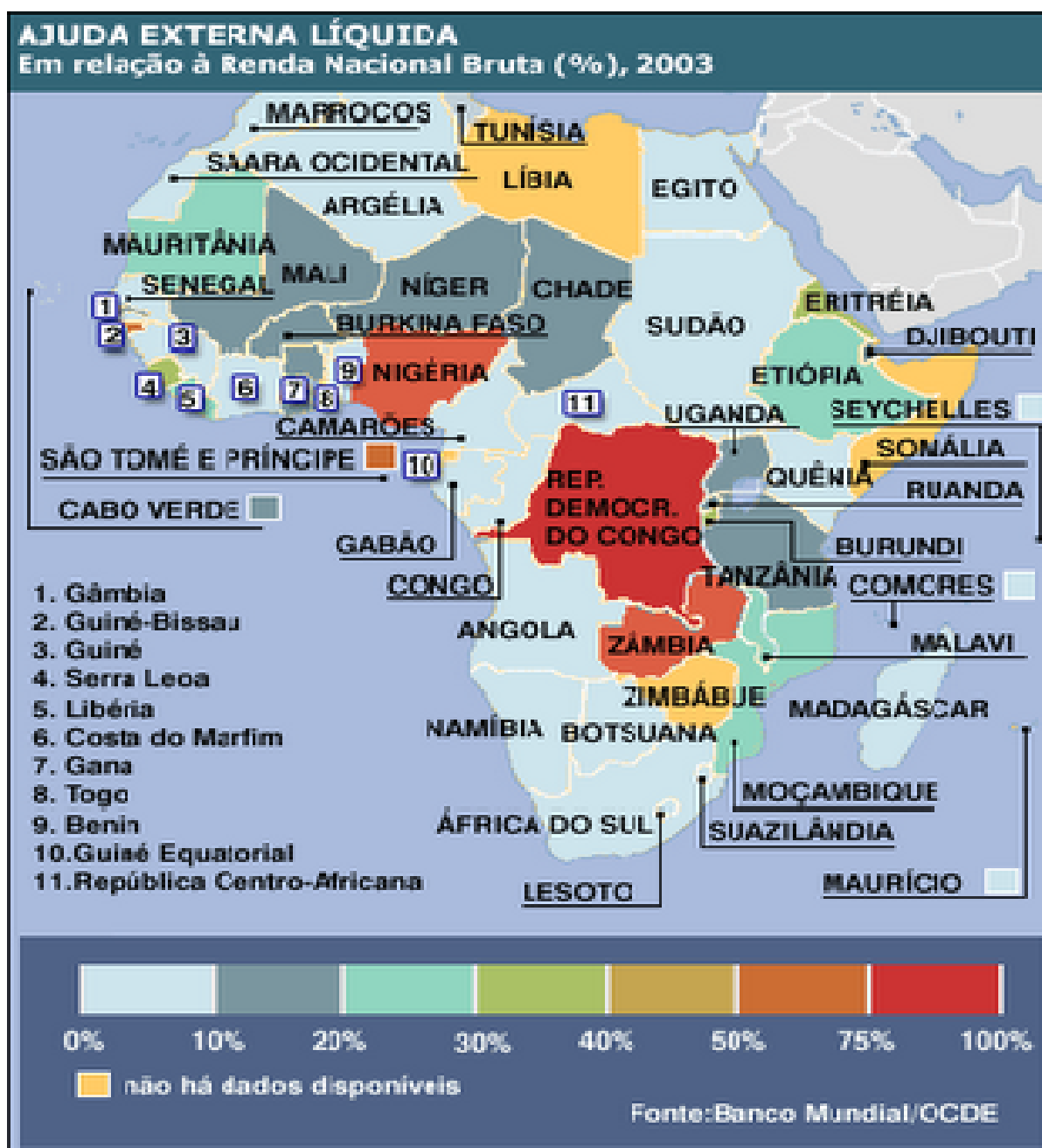
As vantagens para o Brasil não se restringiriam apenas à dimensão econômica, as perspectivas na dimensão política em longo prazo, poderiam ser interessantes aos anseios de participação atuante no cenário internacional, principalmente através nos organismos políticos, como a ONU. Para o Brasil os novos rumos na África subsaariana, serviriam como uma fonte de cooperação técnica e prestação de serviços no campo da educação e formação profissionalizante. Também havia grande interesse na agricultura brasileira, que possuía um elevado grau tecnológico desenvolvido pela Embrapa, devido à vontade de ampliar os acordos direcionados ao desenvolvimento rural. Em São Tomé e Príncipe o Brasil pode estabelecer parcerias para a exploração das suas riquezas petrolíferas. (AMORIM, 2003)

4.2.1. O Presidente Lula e a África subsaariana.

A ação do presidente Lula na África subsaariana elevou o número de atos internacionais celebrados para 108, com essa escala muito superior a dos realizados pelo presidente Geisel e qualitativamente bem mais diversificados, com atos voltados para a educação, saúde com fins sociais, culturais, técnicos, burocráticos e de consultas políticas. O direcionamento de Lula para uma região carente da África, com imensa dependência econômica do estrangeiro, como mostram os dados do Banco Mundial/OCDE – veja a figura 6 a seguir -, poderia provocar problemas de ordem política e econômica, devido à inadimplência da região. A geopolítica brasileira projetada para uma inserção no centro hegemônico poderia sofrer um revés inesperado. O pensamento conservador se opôs a essa nova vertente da política externa, criando tensões internas, mas as novas diretrizes foram sendo construídas na direção da região subsaariana. A questão é: por que diante desse panorama subsaariano, o governo não alterou sua disposição de recuperar as relações bilaterais e multilaterais com os países subsaarianos e construir uma nova geopolítica para a região no sentido sul-sul? Quais os pressupostos políticos, econômicos e históricos para Lula não abandonar este projeto? Os catastrofistas vociferavam que o espaço subsaariano era caótico, com milhares de mortos e refugiados em consequência das guerras. (PIMENTEL, 2000)

Mais sinteticamente, percebemos que apesar de não ser possível determinar com precisão quais sejam os motivos causadores dos eventos, de fato constatamos que eles não deixaram de confirmar que havia uma busca de posição privilegiada no continente africano para substanciar sua estratégia de inserção internacional, que foi desenvolvida pela política externa brasileira do governo Lula. O que impõe a revisão das ações diplomáticas e comerciais brasileiras na África subsaariana, implicando na identificação e avaliação de sua metodologia na sua promoção e dimensionamento. Se os caminhos que se reabriram para a África subsaariana apontavam para o reencontro de interesses político-comerciais promissores, como veremos mais adiante no caso de Angola, torna-se imperativo identificar as motivações e as aspirações, dos dois lados do Atlântico, capazes de fortalecer a integração e intensificação das relações Brasil-África subsaariana.

Figura 4. Dependência do auxílio externo na África.



O presidente Lula procurou reforçar os laços com a região visitando inúmeros países africanos. Em sua primeira viagem à região subsaariana, em novembro de 2003, realizou um périplo por cinco países africanos, Angola, São Tomé e Príncipe, Moçambique, Namíbia e África do Sul, buscando consolidar os laços políticos através do estreitamento das relações do Brasil com a África, que constituía “uma obrigação política, moral e histórica”. (MRE, 2007) Num cenário internacional indefinido, os desafios da política externa brasileira buscavam encontrar soluções duradouras e equitativas que reflitam o interesse da maioria dos

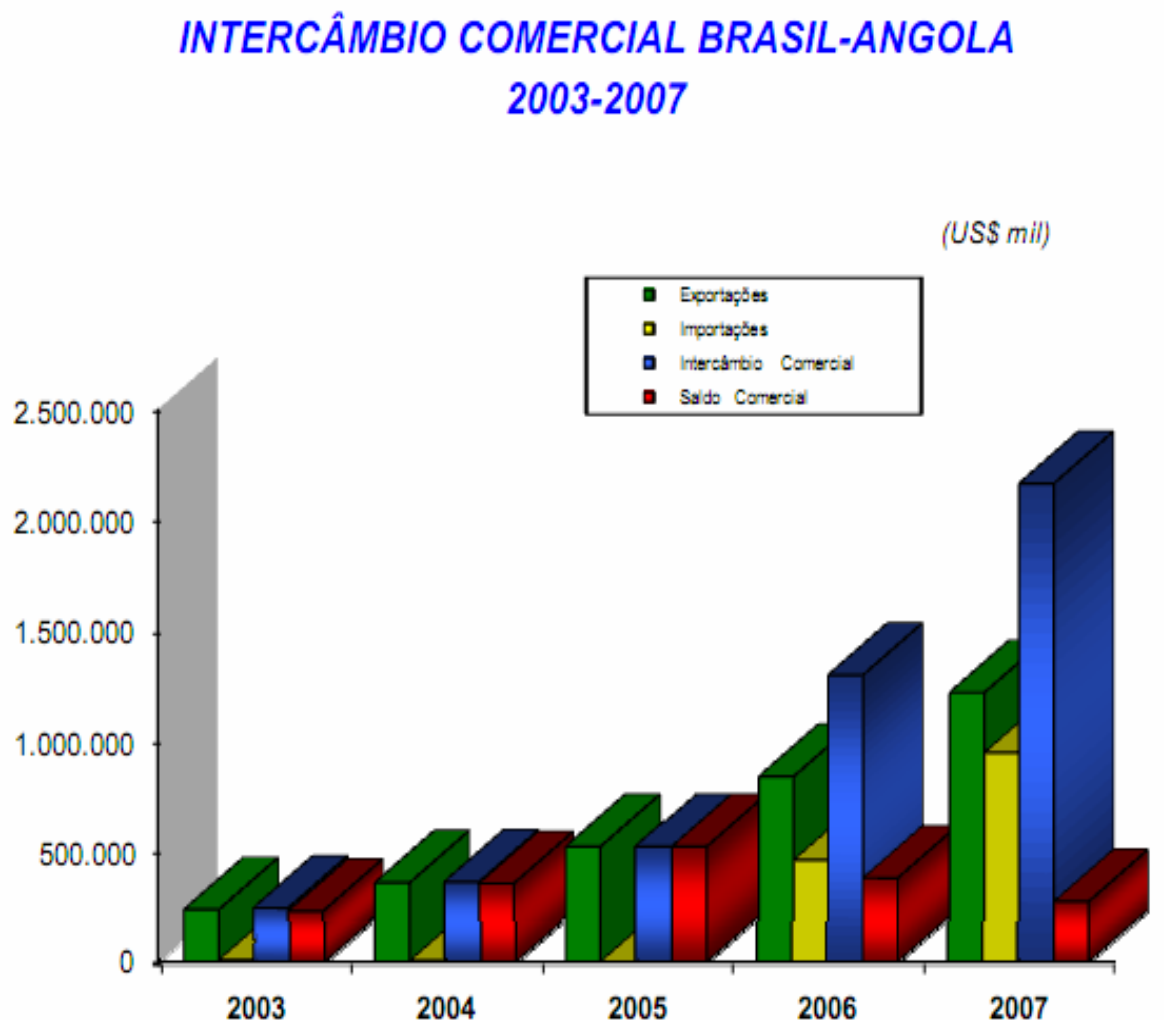
países com quais celebrou atos bilaterais. Procurando realizar relações baseadas na confiança, no interesse mútuo e na solidariedade. O Presidente Lula empreendeu sua segunda viagem à região em julho de 2004, onde visitou São Tomé e Príncipe para participar da V Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, indo posteriormente ao Gabão e a Cabo Verde. (MRE, 2007) Dessa forma, o Brasil passou a ter uma relação diferenciada com vários Estados subsaarianos, Inaugurando 12 novas embaixadas na região e o número de missões diplomáticas africanas em Brasília passou de 16 para 24, em 2003. O Brasil passou a atuar de maneira diferenciada e intensamente na região subsaariana, transcendendo os aspectos comerciais e econômicos, com interesses muito distintos daqueles empreendidos por outros atores na região, como vimos no capítulo 1. Aonde os interesses imediatistas voltados para os ganhos econômicos prevaleciam e prevalecem. Na esfera econômica, o Brasil deixou para as grandes empresas brasileiras a participação na exploração das riquezas minerais e obras de infraestrutura, como as obras viárias urbanas e energéticas, contribuindo para a organização e fluidez do espaço dos países subsaarianos. As missões empresariais foram se formando na esteira dessas boas relações desenvolvidas pelo governo. Para facilitar esses investimentos e estimular exportações de bens e serviços, o Brasil ampliou capacidade de crédito para o comércio e os investimentos e criou linhas especiais de financiamento a partir do perdão de dívidas bilaterais. Na área da saúde, por exemplo, no âmbito da CPLP, o Brasil tem atuado no combate à malária, em Guiné Bissau. Em Angola e Moçambique, o Brasil tem parcerias para o tratamento da AIDS, além de fornecer remédios a preços mais baratos a muitos países africanos. Ademais, a Fiocruz tem um escritório em Maputo, Moçambique, que cuida do fornecimento de vacinas, produzidas pela fundação. (CAMPOS, 2008)

Procurando intensificar as relações, o Ministro Amorim realizou mais duas visitas à região subsaariana no ano de 2005. Visitando nove países, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Senegal, Nigéria, Camarões, Quênia, Etiópia, Moçambique e África do Sul. Atingindo as duas bacias oceânicas, atlântica e do Índico, a geopolítica sul-sul delineava-se através da África subsaariana. Em abril do mesmo ano, o Presidente Lula realizou sua terceira viagem ao continente, visitando cinco países, Camarões, Nigéria, Gana, Guiné-Bissau e Senegal. (MRE, 2007) Como resultado dessas visitas, por exemplo, a de Camarões, que é uma das nações de

maior diversidade cultural no continente: abrigava 230 grupos étnicos, que falavam 250 línguas e dialetos nativos. Mais de 40% do território é coberto por florestas tropicais. O PIB – de US\$ 13,6 bilhões em 2004 – e a população de Camarões representavam quase a metade dos da Comunidade Econômica dos Estados da África Central. A corrente comercial entre os dois países ainda era insipiente e desequilibrada em favor do Brasil, que importava basicamente folhas de madeira de Camarões. Em 2004, as trocas entre os dois países totalizaram US\$ 30,117 milhões contra US\$ 20,62 milhões em 2003. Desde total, US\$ 28,80 milhões (46,55% a mais que em 2003) foram exportações brasileiras. As importações ficaram em US\$ 1,3 milhões, 35,82% a mais que em 2003. Em sua passagem de menos de 24 horas pelo país, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lembrou que Camarões tinha sido uma das nações mais receptivas no processo de reaproximação do Brasil com o continente africano. Por isso, o Brasil decidiu reabrir sua embaixada em laundé, capital do Camarões, que havia sido desativada em março de 1999. *"Nossa decisão é uma aposta para a reaproximação com Camarões e todo o continente"*, declarou o presidente. (FIORI, 2005)

Outro resultado dessa política de aproximação que privilegiou as atividades econômicas foram os resultados obtidos no comércio com Angola. Que em consequência da interação política tinha favorecido enormemente as relações comerciais e os investimentos brasileiros no país. Como observamos no figura 5, a seguir:

Figura 5



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Não há como negar o fato de que o resultado positivo alcançado pela balança comercial brasileira, numa região fragilizada como a subsaariana, serve para mensurar uma política externa vitoriosa, desenvolvida a partir da vitalidade no plano diplomático brasileiro. Adquiriu relevância especial quando consideradas as ações e os discursos realizados pelo atual governo para o continente africano. (RIBEIRO, 2007)

Em 2006, após sua reeleição, o Presidente Lula fez sua terceira viagem à região, para participar da I Cúpula África-América do Sul (AFRAS). Evento que contou com vários líderes das duas regiões e aprovou um plano de ação para incrementar a cooperação sul-sul. (MRE, 2007) Segundo a AFP (Agência France Press) em 30/11/2006, o Presidente Lula encontrou-se com o colega de Gana, John Kufuor, e chegaram a um acordo sobre a instalação na capital deste país subsaariano, em dezembro, de uma delegação da estatal Empresa Brasileira de Investigação Agropecuária (Embrapa), informou Amorim. O Brasil também se comprometeu a estudar uma eventual cooperação energética com este país através da construção de uma usina hidroelétrica. As relações com os países subsaarianos estavam se intensificando, com encontros no âmbito da CPLP e do IBAS. O Brasil construía uma geopolítica africana cooperativa que agitou o cenário subsaariano. O país recebeu, durante o primeiro mandato do Presidente Lula, quarenta visitas oficiais de chefes de estado e ministros de vinte e três países subsaarianos, para assinatura de acordos e outros atos internacionais, aumentando a cooperação entre o Brasil e os países da região.

Podemos observar nos mapas a seguir, o 19 e o 20, a distribuição no espaço subsaariano das visitas do Presidente Lula e dos representantes de governo da região ao Brasil, repercutindo espacialmente a política externa brasileira na África subsaariana. Podemos perceber que a abertura para a África subsaariana repercutiu eficazmente no cenário regional, provocando uma grande amplitude de contatos bilaterais, principalmente na África austral.

Mapa 20. Origem das visitas oficiais ao Brasil procedentes da região subsaariana. 2003-2005.



Fonte: MRE, 2007. Elaborado pelo autor, 2009.

Quantitativamente, as relações bilaterais foram mais intensas com os países subsaarianos membros da CPLP e a África do Sul, país melhor equipado política e economicamente da região. Destacando algumas prioridades da política externa, mas sem abandonar a geopolítica subsaariana com uma espacialidade abrangente e procurando superar o chamado custo África que erodia o continente e

o afastava das rotas da globalização. (PIMENTEL, 2000) A bacia do Índico-pacífico se consolidava na geopolítica subsaariana para o Brasil.

Na tabela 20, a seguir, podemos observar a frequência dos atos internacionais, de acordo com sua natureza. Os acordos comerciais não foram celebrados no âmbito das relações bilaterais exclusivamente, que foram deixados para a esfera das empresas diretamente.

Tabela 20. Distribuição dos atos internacionais brasileiros com a África.

Natureza dos atos	Qtde	porcentagem
Técnicos	35	32,4
Burocráticos	16	14,81
Culturais	14	12,96
Educacionais	14	12,96
Saúde	16	14,81
Consultas Políticas	5	4,62
Sociais	8	7,4
Total	108	100

Fonte: MRE, 2009.

Pela observação da tabela, a política externa na região subsaariana buscou consolidar assertivas cooperativas, no sentido da formação do capital humano e organizacional, voltados para a construção da estabilidade do Estado e de um espaço organizado e fluído, fundamentado sobre redes que apoiassem a inserção ao mundo globalizado. Nesta perspectiva, a política externa sul-sul de Lula procurou agir a partir da visão das ligações culturais que o Brasil possui com a África

Dessa forma, o Presidente Lula procurou recuperar a diplomacia universalista e bilateral. Na esfera da política internacional, o governo de Lula se propôs a substituir a diplomacia presidencial, feita de prestígio pessoal, pela diplomacia da nação, feita de interesses a promover. Como assinalou Amado Luiz Cervo(2003):

“Esse novo universalismo comporta iniciativas concretas, tais como a reivindicação de um assento permanente no Conselho de Segurança e a reocupação de espaços sacrificados, como a África e o mundo muçulmano. Coloca em jogo, também, a recuperação do bilateralismo e o reforço do regionalismo. As parcerias estratégicas do Brasil ganham peso na ação externa, que mira para a China e o Japão na Ásia, África do Sul, Angola e Nigéria na África, a Rússia no leste e para outros países em função de sua utilidade concreta.”

O presidente Lula através de suas ações procurou dar um novo rumo à diplomacia brasileira, substituindo, em alguns aspectos, a política exterior de Cardoso que dirigiu seus esforços em quatro rumos: i) o multilateralismo; ii) o regionalismo; iii) Estados Unidos; e iv) União Européia. (CERVO, 2003)

Por outro lado, a relações bilaterais brasileiras na região subsaariana englobavam os principais produtores de petróleo. Em comparação com o governo de Geisel, que procurava a aproximação com vista a uma saída energética para crise do petróleo. O governo de Lula, pela sua atuação demonstrou que estava muito mais próximo de alcançar os objetivos anteriores numa situação energética diferenciada em termos de petróleo, quando o país passou a ter uma grande produção desse mineral. Mas isso abriu espaço para a Petrobras atuar mais fortemente na porção subsaariana da África. O mapa 22 mostra os produtores de petróleo na região subsaariana, que relacionados aos atos internacionais do governo de Lula, mostra os objetivos mais amplos da geopolítica brasileira. Com a produção de petróleo, que devido a sua rentabilidade puderam investir na organização espacial de seu território e na organização das estruturas do Estado, para poderem alcançar uma melhor inserção no processo globalizante. De outro lado, o Brasil não tendo mais essa prioridade energética buscou parcerias em outras áreas, seguindo a proposta do Presidente Lula em sua política para a região.

Mapa 22. Maiores produtores de petróleo na África subsaariana.



O governo Lula construiu, no seu primeiro mandato, uma inédita troca de energia entre a Petrobrás e a política externa centrada no Palácio do Planalto e desenvolvida pelo Itamaraty. Nessa volta das iniciativas 'terceiro-mundistas' do governo, a Petrobrás ampliou negócios e buscou oportunidades em 13 países. E alavancou a cooperação e os investimentos em países de especial

interesse da diplomacia e para a geopolítica do governo. Tanto quanto o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que se constituiu no principal fomentador dos projetos em solo subsaariano, a Petrobrás tornou-se um claro instrumento na ação do País no plano internacional. A Petrobras estava presente em quatro países africanos, na Costa Oeste do continente, a empresa tem contratos de exploração e produção na Nigéria (desde 1998) e em Angola (desde 1979). Na Tanzânia, a Leste, os contratos de exploração foram assinados em junho de 2004. (MARIN, 2006) No jornal virtual *África Today*, o Presidente Lula comentou a participação da Petrobrás no conjunto da política externa:

“As perspectivas são muito positivas. A Petrobrás já actua na Nigéria, em Angola, na Guiné Equatorial, na Líbia, na Tanzânia, no Senegal e em Moçambique. Em seu plano de negócios para 2008-2012, estão previstos novos projectos em Angola e na Nigéria. E sei que a empresa tem conversado com Governos e empresas de outros países, na Argélia e na República do Congo. Angola é uma das prioridades da Petrobrás, que está presente no país desde 1979. Mais recentemente, assinou acordo com a Sonangol para a partilha de produção referente a quatro blocos nos quais actuará como operadora pela primeira vez”.

Luiz Inácio Lula da Silva em entrevista à *África Today*. Data: 20/11/2007

A política externa sul-sul, abriu também caminho para empreendimentos particulares através das comissões de empresários que visitaram os países africanos seguindo os passos das autoridades governamentais. (MRE, 2007)

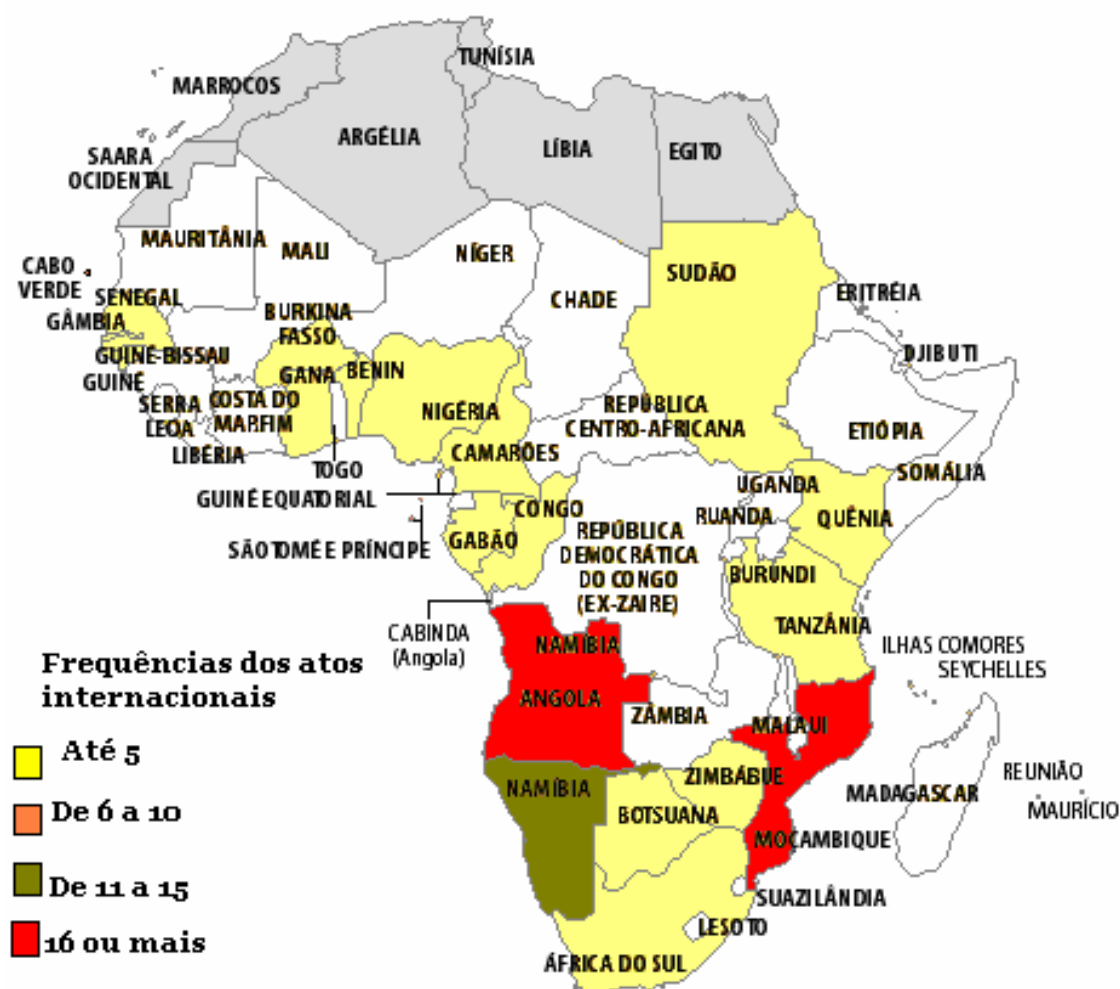
As demandas subsaarianas eram amplas e abarcam diferentes esferas, que a política externa procurou contemplar através dos atos internacionais celebrados com o Brasil, como vimos anteriormente.

4.2.2. Os atos internacionais com os países subsaarianos de Lula.

A distribuição espacial dos atos internacionais do primeiro governo Lula, apresentava maior freqüência com os países da CPLP. A identidade cultural alavancou uma intensidade maior e duradoura a partir de uma ação diplomática

voltada para uma perspectiva humanista, iniciada após os processos de independência dos anos 1970 e 1980, sendo retomada de 2003 em diante. Outros países, como os anglófonos também apresentaram maior número de atos internacionais com o Brasil, é o caso da Namíbia e em particular a África do Sul, cujos acordos no âmbito do IBAS não são aqui destacados por envolver uma espacialidade diferente do contexto deste trabalho. Observando o mapa 23, podemos perceber que a geografia da freqüência dos atos descortina duas posições cardeais do continente importantes para a geopolítica sul-sul do Presidente Lula.

Mapa 23. Freqüências dos atos internacionais com os países subsaarianos. 2003-2006.



Fonte: MRE. 2008. Elaborado pelo autor. 2009.

Com Angola, foram celebrados 17 atos internacionais, 9 de caráter técnico, 4 na área da educação, 3 culturais e 1 burocrático. O eixo norteador dos atos foram marcados pelas transferências de conhecimentos, nas áreas educacionais, administrativas e ambientais, e “*Know how*” nas diferentes áreas tecnológicas em que o Brasil mantém elevado avanço tecnológico. Fornecimento de especialistas para formação de capital humano, capital social⁴¹ e prestação de serviços organizacionais no âmbito da administração pública e programas educacionais, incluindo ainda, as instituições de pesquisa brasileira no apoio às atividades. Podemos observar no trecho do “Ajuste complementar ao acordo básico de cooperação técnica entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República de Angola para a agricultura...”, de 2003, essas características.

“ARTIGO I

O presente Ajuste Complementar tem por objeto a implementação do projeto “Fortalecimento Institucional dos Institutos de Investigação Agronômica e Veterinária de Angola”, cujo objetivo é contribuir para a inovação tecnológica das atividades de produção agropecuária, por meio da transferência de tecnologia e da capacitação de recursos humanos.

ARTIGO II

O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) a Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE) como responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar;

b) a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento como responsável pela execução das ações decorrentes deste Ajuste Complementar”.[...]

No campo da mineração, encontramos a inclusão da Petrobrás no processo de implementação dos projetos petrolíferos, mesmo assim sujeitos a transferência de tecnologia em algumas áreas específicas, com uma clara atitude

⁴¹ El capital social se refiere a las instituciones, relaciones y normas que conforman la calidad y cantidad de las interacciones sociales de una sociedad. Banco Mundial, 2002.

cooperativa. Na área do desporto a instalação de uma fábrica de bolas para dar suporte à atividade, também com transferência de tecnologia.

Em suma, os atos acordados entre os governos do Brasil e de Angola são pautados pela reciprocidade e aproximação cooperativa. O governo brasileiro procurou construir uma relação de confiança entre os países, deixando para o empresariado brasileiro a efetivação das carteiras de negócios, muitos deles fizeram parte das comitivas oficiais em visita a Angola.

Com Moçambique, o Brasil celebrou 19 atos internacionais, sendo 6 técnicos, 3 burocráticos, 2 educacionais, 5 sociais, 2 na área de saúde e 1 cultural. A transferência de tecnologia em diversas áreas consta de todos os atos e projetos especificados. Que inseriam especialistas e instituições brasileiras, públicas e privadas, na formação dos capitais humanos e sociais na estruturação dos projetos implementados. Os atos são em sua maioria de reciprocidade, com preocupações que abrangiam o planejamento territorial e urbano, identificando as necessidades estruturais para desenvolvimento da fluidez do espaço, bem como os relativos à gestão do Estado e construção da cidadania. As consultorias apoiavam a organização dos projetos sociais que visam superar a exclusão social e a discriminação. Quanto aos aspectos comerciais, eles são limitados à implantação de fábricas de medicamentos e de bolas de futebol, setores fundamentais para o equilíbrio social. O fragmento de acordo da área da saúde de 2003, celebrado com Moçambique confirma a análise:

“ ARTIGO II

O Governo da República Federativa do Brasil designa:

- a) a Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério de Relações Exteriores (ABC/MRE), como instituição responsável pela coordenação e acompanhamento das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar,*
- b) O Ministério da Saúde, como instituição responsável pela execução e avaliação das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar.*

2. O Governo da República de Moçambique designa:

- a) O Ministério da Saúde, como instituição responsável pela coordenação, execução, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar.*

Das Obrigações

ARTIGO III

Ao Governo da República Federativa do Brasil cabe: desenvolver o Projeto objeto do presente Ajuste; selecionar e enviar profissionais brasileiros para desenvolver o Projeto; levantar dados técnicos e econômicos necessários ao

desenvolvimento do Projeto; e acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto. Ao Governo da República de Moçambique cabe: apoiar o desenvolvimento do Projeto; indicar profissionais moçambicanos para a participação e o acompanhamento do Projeto; e prestar apoio aos profissionais enviados pelo Governo brasileiro, especialmente no fornecimento das informações necessárias à execução do Projeto.”[...]

O Brasil procurou pautar ações diplomáticas cooperativas, que estão de acordo com as propostas da política externa brasileira para a região subsaariana, principalmente nos países com identidade cultural. Nesse aspecto, muitas propostas sobre um aumento da integração estão presentes nos acordos.

As relações com Cabo Verde, com 10 atos celebrados, sendo 3 técnicos, 2 burocráticos, 3 relativos à educação, 1 na área de saúde e 1 de projetos social, e São Tomé e Príncipe, com 9 atos internacionais celebrados, sendo 3 técnicos, 1 social, 2 na área de saúde, 1 relativo à cultura e 2 para a educação. Eles possuíam as mesmas características dos realizados com Angola e Moçambique. Demonstrando que as políticas para os países de língua portuguesa recebiam um tratamento semelhante e cooperativo na política externa do Presidente Lula, procurando reforçar os laços do país com o outro lado do Atlântico. Assim, podemos afirmar que a visão geopolítica do General Meira Mattos (1977), que os países que alcançam em seu território um estágio superior de organização técnica e econômica são capazes de buscar soluções para seus problemas utilizando o mar, essa característica brasileira de país continental e marítimo com o maior litoral Atlântico⁴², permitiu que os estímulos geográficos pudessem se transformar em estímulos geopolíticos, que dependiam da vontade dos governos em responder positivamente a eles. O que foi desenvolvido pela política externa do Presidente Lula, principalmente pelo que procurou fazer em seu primeiro governo na África subsaariana. A quantidade dos atos revelou que a proximidade cultural facilitou a penetração na região subsaariana e a construção de uma relação de confiança. A imagem brasileira na região foi reforçada pelas relações com esses países, abrindo novos espaços para a ação diplomática que reforçaram os objetivos tradicionais de inserção internacional da política externa.

⁴² O Atlântico é nossa principal via de comunicação econômica e precisamos confirmar nossa continentalidade, combinado nos potencialidade para alcançar nossa inserção internacional e o destino geopolítico. (MEIRA MATTOS, 1977), p.115.

Os demais atos internacionais com países da África subsaariana são quantitativamente menores, mas apresentam suas particularidade que passamos a analisar a seguir. As relações bilaterais com a África do Sul, com já foi dito anteriormente, são mais intensas no âmbito do acordo trilateral do IBAS, que por ter um caráter supraregional necessitariam de um estudo mais pontual sobre esse acordo devido às características de potência média desse país. Em virtude do IBAS, o Brasil, no período estudado, só celebrou bilateralmente dois atos internacionais, um burocrático e um cultural. O primeiro destinado sanar problemas relativos à dupla tributação dos impostos sobre a renda e royalties e o segundo para o estreitamento dos laços de amizade, promovendo intercâmbio de informações nas áreas de música e museologia, realização de festivais de dança, a herança da cultura negra no Brasil disseminada através de seminários e conferências. São questões voltadas pra uma integração cultural com reflexos interacionais no reforço da aproximação dos dois corpos sociais, portanto relativos ao âmbito dos dois países e por isso fora da esfera do IBAS.

Os cinco atos realizados com Benin estavam voltados para as dimensões estruturais da sociedade e do Estado, tendo dois atos burocráticos, um técnico, um na área de saúde e um relativo aos aspectos culturais. Desses atos, destacamos o desejo de promover uma cooperação dinâmica entre os dois países, especialmente nos campos cultural, científico, técnico, econômico, comercial e industrial. O incentivo comercial é um diferencial que aparece fora do eixo cooperativo, que pautava a política externa. Mas que expressava o potencial territorial e econômico do Brasil na geopolítica do Atlântico sul. De outro lado, a cooperação técnica para a prevenção e tratamento da malária, incluindo o fortalecimento de sistemas de vigilância epidemiológica, a melhoria da qualidade do diagnóstico e do tratamento e a capacitação de técnicos especializados em controle de vetores, ações infra-estruturais na ordem do atendimento social, um dos eixos principais de nossa política externa da região subsaariana.

Com Botswana, os dois atos celebrados estavam no centro da política externa humanista desenvolvida pelo país, com base na reciprocidade e no benefício mútuo. Os atos procuraram fortalecer a cooperação e a colaboração mútua em temas afetos à área de saúde, atingindo o grave problema da AIDS na região,

com transferência de conhecimentos e remédios envolvendo instituições públicas e privadas brasileiras na formação de pessoal técnico para o combate e tratamento da epidemia, e de esportes. Com objetivo de trabalhar o:

“a) esporte de alto rendimento e desenvolvimento técnico; b) esporte para portadores de necessidades especiais; c) ciência, tecnologia e infra-estrutura do esporte; d) informação e documentação esportiva; e) medicina esportiva; f) luta contra o doping; g) a mulher no esporte; h) administração esportiva; i) informática aplicada ao esporte; j) esporte na terceira idade; k) esporte de identidade cultural; l) inclusão social por meio do esporte; e m) outras áreas consideradas relevantes pelas Partes. MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DE BOTSUANA SOBRE ESPORTE. 2006.”

Burkina Fasso passou a fazer parte da agenda externa brasileira a partir de 2003. O primeiro ato do governo Lula, e único do primeiro mandato é de caráter humanitário. Relativo às atividades específicas de cooperação que possam contribuir de maneira efetiva para o desenvolvimento econômico e social, tinha como objetivo o combate a AIDS. Aonde o Brasil se comprometia a fornecer assistência técnica e remédios genéricos para aplacar a doença. O Protocolo de Intenções realizado com o Burundi, também celebrado em 2003, tem a mesma finalidade humanitária, dentro da proposta cooperativa com os países subsaarianos.

Com Camarões foram celebrados cinco atos que atenderam entre outros, a área de saúde com um ato, dois relativos à educação, um técnico e um burocrático. Os educacionais centraram suas decisões na oferta de bolsas de pós-doutorado em turismo, medicina e biologia tropical, acolhimento no Brasil de pesquisadores camaroneses, assistência técnica em matéria de gestão da informação escolar e do livro didático, assistência técnica em matéria de pesquisa sobre a cultura do cacau e cooperação na área de ciências humanas. Na área técnica o Brasil se comprometia à formação do capital humano para a produção cacauera e transferência de tecnologia. As ações brasileiras se vincularam as ações cooperativas nas diferentes esferas, distinguindo a diplomacia cooperativa empreendida desde o início do governo Lula.

Para o Gabão, os atos contemplam os acordos de consultas políticas, com um celebrado, um técnico, para a cooperação na produção de mandioca e formação do capital humano necessário para atender as transferências tecnológicas da cultura envolvendo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa. Os outros dois, um burocrático e outro da área de saúde, atendem aos interesses de normatização das relações bilaterais e cooperação humanitária.

Com Gâmbia, a diplomacia brasileira celebrou apenas um ato internacional, relativo às atividades desportivas envolvendo a preparação de cursos, seminários, simpósios e conferências, Programas de apoio e fomento ao esporte, Bolsas de estudo, consultorias de duração diversa e Intercâmbio e visitas técnicas.

Gana é um país subsaariano que faz parte da agenda de relações internacionais desde 1972, no governo do Presidente Lula, foram celebrados quatro atos internacionais entre os dois países. Um relativo à cultura, um burocrático, um técnico e um de consultas políticas. Seguindo a mesma pauta dos atos celebrados com outros países, na linha da diplomacia cooperativa. Vale destacar, que o Memorando de Consultas Políticas, reafirmava a intenção de desenvolver um diálogo que incluía não apenas assuntos bilaterais, mas também temas regionais e internacionais de interesse comum. O que colocou o Brasil no âmbito da organização ECOWAS (CEDAO), importante para as estratégias da política externa na região.

A diplomacia desenvolvida com a Guiné-Bissau iniciou sua atuação em 2005, celebrando um ato internacional humanitário para a cooperação técnica e científica de combate a AIDS. Que abriu caminho para outros acordos mais diversificados no segundo governo de Lula.

A Namíbia mostrou-se um novo parceiro importante no Atlântico sul a partir de 1994, quando Brasil e Namíbia começaram um intenso relacionamento na formação de pessoal das Marinhas. Em 2001 foi assinado tratado pelo qual nossa marinha disponibilizaria embarcações e assistência no planejamento e desenvolvimento logístico naval. Neste mesmo ano abriram-se vagas para formação de oficiais em nossas escolas navais. Também tivemos participação privilegiada na instrução para formação do Batalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais namibiano,

curso de formação de soldados e no desenvolvimento do Cerimonial da Marinha daquele país. O navio brasileiro NHi “Sirius” fez o mapeamento da plataforma continental da Namíbia, criando as bases para que servissem na confecção de um relatório apresentando uma proposta à Comissão de Limites da ONU. (TAVARES, 2009)⁴³. Em 2003 foram intensificadas as relações bilaterais, com a celebração de dez atos internacionais entre a Namíbia e o Brasil. Estes abrangiam os técnicos, com cinco atos, que versavam sobre os métodos de planejamento e gestão do desenvolvimento urbano, inclusive no tocante a assentamentos precários, habitação popular, infraestrutura urbana, tratamento de resíduos sólidos, saneamento básico e desenvolvimento comunitário, com financiamento da Caixa Econômica Federal Também para a formação de capital humano na área de mineralogia, o cultural, com dois atos, a área de saúde, com dois, e um para a educação com oferecimento anual, pela parte brasileira, por meio do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), de bolsas e vagas para estudantes namibianos em instituições de ensino superior brasileiras, transferência de metodologias brasileiras para manutenção de crianças oriundas de famílias de baixa renda na escola, quando aplicável a promoção do intercâmbio de experiências na área de educação à distância e pesquisa em educação, apoio à formação de professores, a promoção do intercâmbio entre instituições de estudos africanos dos dois países. A diplomacia abrangente do Brasil com este parceiro também atendeu aos interesses humanitários da área da saúde, a cooperação procura atingir o problema crônico da AIDS na região.

Três importantes países subsaarianos, República do Congo, Nigéria e Quênia, este último mantém relações bilaterais com o Brasil desde a década de 1970, celebraram dois atos o primeiro, e três atos internacionais cada um, os subseqüentes, nas áreas de cooperação técnica, burocrática, cultural, para consultas políticas e de saúde. Estes países procuravam uma melhor organização de seus espaços produtivos na agricultura, que abrangiam a organização social das famílias rurais, bem como da estrutura do Estado para o atendimento ao cidadão. O espaço rural constitui-se numa preocupação desses países, por isso procuram criar as condições para fixar a população, devido ao inchado das cidades que exigiam

⁴³ Daniel Cardoso Tavares. Brasil e Namíbia: assistência e cooperação. PolíticaExterna.com. 14 de fevereiro de 2009. Acesso em 22/03/2009.

muitos investimentos infraestruturais para superar seu estado de degradação. O Brasil se insere nesta questão com um grande conhecimento técnico e ele colaborou para sedimentar o modelo da política externa adotado na região. Representado a maturidade das ações diplomáticas cooperativas e humanitárias, sob forte orientação técnica.

O Senegal foi um dos últimos países subsaarianos a fazer parte da agenda diplomática brasileira. No mesmo eixo dos demais países, celebrando cinco atos com o Brasil; de natureza técnica, dois atos, um cultural e um social. As carências envolviam a área de saúde e o espaço rural, desprovido de conhecimentos técnicos para atacar os problemas das pragas e da organização do espaço e aprimoramento do processo produtivo. Destaca-se nesse país francófono, a aproximação cultural que visava valorizar o patrimônio cultural comum de seus povos, bem como estimular o intercâmbio nos diversos campos de expressão artística dos dois países. Através destas ações procurou-se consolidar a imagem brasileira como ator internacional cooperativo, com possibilidades futuras promissoras, até de substituição da influência política e econômica da ex-metrópole, em vista da continuidade dos atos com o país no segundo governo do Presidente Lula.

Os países subsaarianos que mais tardiamente compuseram a agenda da política externa brasileira, somente a integraram em 2006, o Sudão, a Tanzânia e o Zimbábwe. Estabelecendo relações bilaterais com o Brasil que seguiam o modelo básico das ações brasileira na região e confirmam as assertivas da política externa. Celebrando, respectivamente, atos de consulta política, técnicos, burocráticos, educacionais e culturais. Nestes atos, encontramos a inserção de laços comerciais na agenda, como item complementar, o que não apresentava uma constância, pois havia uma primazia da cooperação na política externa brasileira. Como observamos no caso a seguir:

[...]

ARTIGO 2

A Comissão terá a tarefa de examinar modo e meios para a promoção dos objetivos especificados no Artigo 1 acima e garantir a adequada coordenação e implementação das suas decisões e/ou recomendações, especialmente nas seguintes

questões: a) cooperação econômica nas áreas de agricultura, pecuária, recursos naturais, indústria, mineração, energia, transporte e comunicações; b) comércio; c) finanças; d) cooperação cultural e social nas áreas de saúde, informação, educação, capacitação profissional, juventude, esportes e turismo; e, e) cooperação técnica e científica e tecnológica por meio do intercâmbio de consultores e especialistas nas áreas de interesses comuns. ACORDO PARA O ESTABELECIMENTO DE UMA COMISSÃO MISTA PERMANENTE DE COOPERAÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA UNIDA DA TANZÂNIA [...]”2006.

Numa visão geral dos atos internacionais, percebemos uma recorrência humanista da política externa brasileira para a África subsaariana, confirmando a proposta do Presidente Lula quando do início de seu governo. Houve uma ação linear cooperativa, com pouca dispersão. Percebemos também, a construção de três vias diplomáticas na região, que enfocavam a Comunidade do Pises de Língua Portuguesa, a das bacias oceânicas do Atlântico-Índico/Pacífico e do IBAS. Estas vias subsaarianas seguiam um eixo comum, atender a política cooperativa no sentido da construção de uma percepção do Brasil como um importante ator internacional, que procurava seu espaço no centro decisório mundial. Ou seja, uma nova forma de inserção não imperialista, que faz do país um ator diferenciado, como se propôs o Presidente Lula.

4.3. A comparação das geopolíticas de Geisel e Lula.

O viés subsaariano da política externa encontrou nos dois governos um momento histórico de inserção do Brasil na África subsaariana, que se refletiu numa aproximação comercial, qualitativa exploratória e de construção da imagem do país, primeiramente. E num segundo momento, a inserção passou por um processo de consolidação qualitativa e quantitativa na região.

Em uma primeira análise, observamos os dois períodos a partir da tabela 21, onde comparemos quantitativamente a celebração de atos internacionais dos dois governos. Inseridos em momentos históricos diferentes, portanto devemos ter o cuidado de não tomá-los como concludentes, mas como um elemento a mais para justificar o viés subsaariano na política externa brasileira.

Tabela 21. Comparação quantitativa dos atos internacionais de Lula e Geisel.

Tipologia dos Atos internacionais	Lula	Geisel
Técnicos	35	6
Burocráticos	16	9
Culturais	14	4
Educacionais	14	0
Comerciais	0	6
Saúde	16	1
Consultas Políticas	5	0
Sociais	8	1
Total	108	27

Fonte: MRE, 2009.

O contexto interno dos dois governos produziu um diferencial entre eles, os acordos comerciais só existiram no governo do Presidente Geisel, devido à crise que o país enfrentava. Nesse sentido, a política interna sofreu com a crise capitalista e energética da década de setenta, construindo um cenário que exigia do governo a condução e o saneamento da economia brasileira, que era formada por um empresariado dependente das ações governamentais, mas com um cenário internacional mais ameno dentro da Guerra-Fria. Assim, o panorama internacional

ficava menos tenso para que os países em desenvolvimento se inserirem como atores atuantes no cenário mundial. De outro lado, o quadro subsaariano interno era dramático no contexto social e político, com inúmeras perturbações que tornavam o cenário instável. Por isso, a ação pontual e criteriosa da diplomacia foi menos abrangente no governo de Geisel que a do governo Lula. Mas nem por isso observamos a preocupação de ordem espacial da política externa brasileira, sua geopolítica tinha uma característica mais de longo prazo. Os atos celebrados com a finalidade da construção do território estiveram presentes de maneira substancial, constituindo 55,5% do total, o que denota o viés de caráter espacial de sua política. O governo de Lula celebrou um total de 47,22% de atos destinados à construção do espaço dos países subsaarianos. Portanto, há uma semelhança quantitativa e qualitativa nas ações da política externa para a região, caracterizando que a proximidade histórica do Brasil com a região subsaariana foi capaz de construir uma política externa linear para a região.

No sentido da construção de relações culturais os dois governos atuaram em proporções semelhantes, o governo Geisel celebrou 14,81% dos seus atos nessa área, enquanto o governo de Lula celebrou 12,96% dos seus na mesma área. A preocupação com a dimensão cultural mostra a proximidade histórica do Brasil com a região subsaariana e uma ação no sentido de resgatar os aspectos culturais, que acabaram por influenciar a formação da cultura brasileira e podia fortalecer a imagem brasileira na região.

O governo de Lula aprofundou as ações humanitárias desenvolvidas com a região, ao celebrar 27,7% dos seus atos nas áreas de educação e saúde, dimensões críticas na região, principalmente a relativa ao tratamento da AIDS. Essa ação humanitária foi substancialmente superior em virtude do contexto dos dois governos, e segundo Therezinha de Castro (1981), a existência na região de inúmeras seitas religiosas agindo na área de saúde, através da assistência médica e educação sanitária da população, e num momento anterior ao surgimento da AIDS, que se alastrou na região na década de 1990, pode explicar a diferença quantitativa nessa dimensão.

No século XXI, o novo contexto subsaariano permitiu que outras ações diplomáticas fossem desenvolvidas, com a celebração de atos relativos às consultas políticas e na área social. Principalmente no sentido da inserção social dentro de um quadro que foi se deteriorando após a independência e se tornava imperativo sua reversão em muitos dos países subsaarianos. As parcerias políticas abriram espaços novos para o Brasil no cenário regional subsaariano com perspectivas positivas para o projeto de inserção internacional nas estruturas centrais do sistema mundo.

Uma identidade que observamos nos dois governos, é que a política externa esteve sob a condução do presidente, caracterizando a maior intensidade das ações diplomáticas na região motivadas pelas políticas de governo que as implementam. No entanto, o Itamaraty, responsável por suas aplicações desenvolveu estudos africanos com a finalidade de dar o suporte necessário, criando um departamento nas suas estruturas permanentes, caracterizando que região subsaariana e o continente africano passaram a fazer parte das políticas de Estado. É o caso da DAF⁴⁴, criadas para produzir estudos sobre a região e orientar as políticas para os países e organizações multilaterais da região e da CPLP.

Os aspectos qualitativos dos atos internacionais não destoam de um governo para outro. Dentro da perspectiva já firmada anteriormente, encontramos, na análise dos atos dos dois períodos, identidade nas ações diplomáticas em várias dimensões da vida econômica e social da região, caracterizando uma geopolítica comum dos dois governantes.

A análise dos atos internacionais comprovou que os atos realizados para dar apoio técnico, dos dois governos, possuíam um eixo voltado para a formação do capital humano subsaariano e transferência de tecnologia para projetos nas áreas a que se destinavam. Portanto, nessa dimensão observamos o eixo das duas políticas externas são semelhantes além de proporcionais e, que nos acordos comerciais celebrados pelo Presidente Geisel, também contemplavam as

⁴⁴ Divisão da África do MRE.

transferências de tecnologia e assistência técnica na implantação dos projetos, além da formação do capital humano.

O fornecimento de produtos industriais apareceu nos atos de Geisel e Lula, geralmente atendendo as especificidades de cada projeto que o país participava. Não obstante, o fornecimento não possuía escala econômica significativa, mas complementava uma diplomacia que apoiava a organização do espaço, a economia de escala maior ficava a cargo das empresas privadas, as públicas se encarregavam do apoio técnico. Também neste sentido, confirmamos as semelhanças das políticas externas e reafirmamos a continuidade no espaço subsaariano delas nos dois governos, ao contrário do que aparentemente poderia se supor a esse respeito.

A dimensão qualitativa, voltada para o suporte humanista, dos atos internacionais adquiriu caráter permanente nas relações bilaterais com os países subsaarianos. Os atos foram marcados pelos aspectos cooperativos nos dois governos em destaque. A organização do espaço territorial dos países subsaarianos foi exponencial neles, e visava dar substância geográfica, no sentido das redes e fluidez, para sua inserção na globalização e superar, ao mesmo tempo, suas deficiências decorrentes dos anos conturbados pós-independência. O Brasil, nos dois períodos procurou ter um eixo diplomático marcadamente cooperativo para a África subsaariana.

A distribuição geográfica dos atos internacionais, no entanto é desigual. O contexto diferente dos dois governos influenciou decisivamente sua distribuição. A bacia do Atlântico, constituía-se numa área de interesse geopolítico histórico dos militares brasileiros. Tendo sido professado por seus principais expoentes, Mario Travassos, Meira Mattos e Golbery. Este último, foi Chefe da Casa Civil do governo Geisel, acreditava que a geopolítica estava condicionada pelo contexto dominante da conjuntura, por isso destacava que a geopolítica do Brasil deveria se encaminhar para a: *“participação na defesa da civilização ocidental”* e uma geopolítica de *“colaboração com o mundo subdesenvolvido daquém e além mar”*. (1978) E dessa maneira, o encaminhamento da política externa brasileira para a porção ocidental da África subsaariana e limitando-se a ela.

O Presidente Lula incorporou em sua política externa as propostas dos geopolíticos brasileiros, quanto às projeções do país. O sentido sul-sul foi priorizado, mas com uma espacialidade diferenciada da de Geisel, mais abrangente atingindo os dois oceanos do continente. No contexto da globalização liberalizante, a geopolítica de Lula avançou para a bacia do Índico-Pacífico. Espaço que abria as portas da Ásia Meridional e Sudeste Asiático para a política externa. Sob os mesmos princípios de colaboração com os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, o governo de Lula ampliou as expectativas geopolíticas nossos geopolíticos clássicos. Isso demonstra o quão impregnado encontra-se no inconsciente político a geopolítica produzida dos militares, podendo-se afirmar que ela se tornou uma política de Estado no Brasil. No entanto, no governo de Lula a geopolítica não se encontra impregnada do autoritarismo, contornos ideológicos e as intenções subimperialistas dos geopolíticos clássicos do Brasil. (CHIAVENATO, 1981)

Um ponto de inflexão entre as políticas externas de Geisel e Lula, encontra-se na política de Estado que visa à inserção brasileira nas estruturas centrais do sistema mundial. De fato, essa intenção brasileira sempre esteve na pauta da diplomacia brasileira, mas não ficou claro que na investida subsaariana de Geisel tinha essa intenção, que acabou marcada por uma intenção cooperativa e comercial. Enquanto Lula, tem bem definido o desejo dessa inserção em sua presença cooperativa na região subsaariana, com pretensões subliminares da busca de apoio político a uma pretensão mais ampla, na direção das estruturas decisórias do sistema mundial. Ou seja, a África subsaariana é uma prioridade da política externa, mas também é parte do projeto de inserção nas estruturas centrais do sistema internacional.

Considerações finais

Primeiramente vamos abordar os aspectos positivos e negativos que se apresentaram durante a elaboração deste trabalho. De um lado, aqueles que contribuíram substancialmente em cada uma das etapas ou capítulos, permitindo a síntese que aqui se construiu. De outro lado, algumas etapas tiveram aspectos que se apresentaram como obstáculos ao pleno desenvolvimento do trabalho. Ao elaborar uma dissertação em geopolítica comparada, que envolve um governo militar e outro que ainda encontra-se em desenvolvimento, nos deparamos com seus aspectos intrínsecos, devido à natureza diferenciada de cada um deles. Aqui relatamos esses aspectos que influíram e se refletem nas conclusões que serão apresentadas.

Ao abordar o cenário atual do objeto de estudo, encontramos um aspecto de natureza intransponível: a natureza dinâmica inquestionável da realidade política, que torna a construção de qualquer panorama sensivelmente ultrapassado. Assim, o que se procurou apresentar foi um quadro de momento, em que os atores possuíam determinados interesses representativos para suas geopolíticas. Mas se constituem em aspectos instantâneos da realidade, que serviram para marcar os elementos fundadores desse trabalho, mesmo que tenham tido essa característica pouco abrangente e significativa ao longo do tempo. Apesar de apresentarem uma linha de construção histórica, muitos dos interesses na África subsaariana são colocados pela ação de outros atores ou do contexto internacional. Mesmo assim, era imperativo que se colocasse a realidade de momento, para justificar as discussões subsequentes do trabalho.

O objeto em si também está sujeito a perspectivas multifacetadas, pois historicamente é cenário de inúmeras intervenções estrangeiras, o que dificulta sua sólida construção. As perspectivas variáveis do subcontinente estão vinculadas às ex-metrópoles e aos centros de estudos de diplomáticos de outras nações. Não existe uma consistente perspectiva intrarregional, a menos que se abordasse de forma reducionista a região circunscrevendo-se à dimensão econômica, onde se encontram formas de organização da região a partir das suas organizações com

essa finalidade. Como procuramos uma visão multidimensional, a adoção da esfera econômica restringiria o trabalho, dificultando a abordagem das outras dimensões que nos propomos a salientar, como a política, social e ambiental. Dessa forma, apresentamos algumas das maneiras de organizar o espaço subsaariano e identificamos alguns atores relevantes destacando sua importância.

A síntese histórica que procuramos construir sobre a política externa brasileira foi imbricada com a diplomacia, devido à visão geral que se construiu sobre a atuação do Itamaraty. Essa simbiose apresentou algumas dificuldades, pois há poucas informações com relação ao contraditório. Geralmente nos deparamos com as declarações ufanistas sobre a diplomacia do Itamaraty. O que não abre espaço para uma maior discussão e reflexão sobre o tema, acabando por limitar a comparação sobre a linearidade ou não da atuação das diferentes diplomacias adotadas pelo Brasil. Acreditamos que as comunidades de política externa tenham disparidades de visão e ação, que são limitadas pelo corporativismo em que se acham encerradas, acabando por produzir sempre discursos historicizantes sobre a diplomacia “virtuosa” brasileira. O que de certa forma limita a abordagem do tema no trabalho.

No levantamento das políticas externas de finalidade geo-comparativa, não podemos destacar a existência de farto material sobre o governo do Presidente Geisel. Existe um certo desinteresse pelas ações externas desse período, dando a impressão que não se procura consolidar um conhecimento do tema no seu viés histórico das continuidades e discontinuidades da política externa. Neste aspecto, o caráter fechado dos regimes militares pode ter contribuído para a pouca quantidade de informações do governo do Presidente Geisel. Tanto a documentação sobre as ações governamentais, como as do Itamaraty são muito restritas e de difícil acesso. Em alguns casos a documentação possui os dados referentes aos casos relativos ao período de 1975-1979, no entanto, quando se investiga o material, para nossa surpresa, ele diz respeito a assuntos de outra natureza, que pertencem a temas de outra região. Há um descaso pela memória brasileira, pois não foi possível examinar uma amplitude maior de documentos para trazer à tona seus objetivos e resultados.

Já em relação ao governo do Presidente Lula, as dificuldades são de outra ordem. Os documentos são disponibilizados para a consulta, e os atos internacionais estão todos listados e disponíveis, facilitando sua análise. No entanto, outros aspectos da política externa brasileira são subtraídos, pois as questões relativas ao processo decisório da política externa não são disponibilizados. Há um certo segredo em torno dos mecanismos decisórios do governo. Várias tentativas de entrevistar pessoas do governo ou que já tinham participado do governo, em seu núcleo duro, não se disponibilizaram a elucidar as questões apresentadas na forma de um questionário. Mesmo o Poder Legislativo não se manifestou, no sentido da sua participação na política externa brasileira do atual governo. A pesquisa referente ao primeiro governo encontrou obstáculos devido ao novo período do governo estar se desenrolando.

Em outros aspectos não encontramos as barreiras intransponíveis para elucidar os aspectos da realidade subsaariana. Aparentemente há nascentes informativas dos mais diferentes temas do panorama subsaariano. Dessa forma, a construção do contexto possuiu várias fontes nacionais e internacionais, o que permitiu uma análise mais pontual do quadro adequado ao trabalho. A farta literatura possibilitou um exato contexto que justificou a realização da pesquisa. As diferentes fontes possibilitaram construir o cenário subsaariano como palco de inúmeras geopolíticas que procuram atingir os mais diferentes interesses. Dessa forma, pudemos elaborar as justificativas necessárias para o desenvolvimento do trabalho.

O material disponível para a construção do objeto em si, a África subsaariana, é constituído por uma literatura histórica da região. Podem-se aprofundar casos pontuais ou questões de dimensões mais amplas, com a mesma facilidade. As literaturas permitiram uma elucidação quanto às visões da África subsaariana e suas geopolíticas, mostrando para onde se direcionam os interesses de vários países e comunidades no espaço da região. Devido a essas características, construímos o objetivo em suas diferentes perspectivas, onde pudemos destacar alguns atores expressivos da região, justificando o interesse pela política externa brasileira em sua atuação dinâmica junto à diplomacia dos países da África subsaariana.

A farta literatura sobre a diplomacia do Itamaraty, embora corporativista como já vimos, permite elencar com facilidade as nuances de suas ações e objetivos de governo e de Estado. Nesse sentido, encontrar os eixos permanentes da diplomacia brasileira e suas deficiências para uma aproximação com a África subsaariana, o que explicou a geografia da geopolítica subsaariana do Brasil nos dois governos. O comando do Itamaraty e a vontade política do governo determinaram o viés subsaariano da diplomacia que foi construída para a África subsaariana, como foi possível perceber através da literatura do tema. A pesquisa sobre a atuação da diplomacia favorece sua construção histórica, que aparece também na farta literatura sobre as relações internacionais do Brasil.

O eixo desta dissertação, a Geopolítica Política Comparada, dos governos de Geisel e Lula (primeiro mandato), pode ser apreciado pelo contexto em que se encontram inseridos cada um dos governos frente ao cenário internacional com que se deparou, como também o desenvolvimento da política interna de cada um. Encontramos nas bases históricas e no panorama atual os argumentos que alimentaram as decisões dos dois governantes no direcionamento subsaariano da política externa. Esses dois governos constituíram-se em modelos desviantes do panorama geral da diplomacia brasileira, buscando, cada um no seu contexto, uma inserção internacional brasileira na correspondente importância e dimensão que nosso território apresenta.

Os diferentes contextos não distanciam os dois governos do eixo subsaariano: eles mostram que o Brasil aprendeu a olhar para o cenário internacional e compreendê-lo na sua dinâmica, aproveitando suas janelas de inserção para as potências médias do planeta. O sistema internacional devido à sua característica de mobilidade alterna um maior ou menor espaço de ação para os países que não estão no centro do sistema. Dessa maneira, os dois governos fizeram uma leitura precisa das possibilidades de ação e lançaram-se na busca dos objetivos nacionais de participar da estrutura central do sistema mundo.

Sem querer produzir nomenclatura, como é um hábito da política, a diplomacia conduzida pelos dois presidentes teve na sua concepção uma visão do espaço geográfico, como matriz emolduradora da política externa. Como afirmaram

Moraes e Costa (1984), ao apropriar-se dos recursos próprios do espaço, construir e modificar as obras humanas cria o valor desse espaço, permitindo a inserção em um sistema econômico majoritário como o globalizado. A política externa voltada para a formação e organização dos diversos tipos de capitais fundamentados no espaço mostra que ela procurou atuar como elemento inercial de processos sociais posteriores. Essa diplomacia capitalizou e capitaliza os dividendos de uma atuação diferenciada no cenário internacional. Embora moldada pelo modelo capitalista, ela procurou um viés alternativo e não exploratório das riquezas subsaarianas. Ao contrário, coopera para a solidificação dos ideais de liberdade e independência dos povos da região. A diplomacia do espaço geográfico constitui-se num exemplo a ser seguido por outras nações, na busca da redução das diferenças e desigualdades que marcaram a divisão internacional do trabalho. Sua superação não é inocente, quando a geopolítica, como política do território, capta a essência de suas carências e desenvolve um projeto que congrega a interação espaço-homem. Esta política externa solidária encontra seus fundamentos nas disposições dos dois governos em prol da cooperação para a paz mundial, expressa nos seus discursos de início do mandato.

A independência da política externa brasileira dentro de um cenário tenso e imprevisível parece ser a marca de nossa geopolítica, principalmente nos dois governos estudados. O aporte subsaariano das políticas externa foi marcado por essa vontade, de governo com total apoio do Itamaraty, que vê na região um caminho para a geopolítica global que as dimensões brasileiras territoriais e econômicas pressupõem. Nesse sentido, o olhar brasileiro dos governos Geisel e Lula filtrou as necessidades mútuas e buscou implementá-las. A continuidade das relações com a região subsaariana colabora para a consolidação da imagem brasileira, bem como do projeto internacional brasileiro. Os dois governos, embora separados no tempo e na ideologia, constituíram uma geopolítica de continuidade, demonstrando a maturidade alcançada no âmbito do executivo. O Poder Legislativo ainda continua envolvido nas lutas intestinas e fica de fora das discussões e da elaboração das geopolíticas externas do país. Com isso o tema não penetra na opinião pública, permanecendo restrito ao âmbito do governo.

A leitura das políticas externas encabeçadas por Geisel e Lula mostrou que há uma continuidade da geopolítica brasileira na África subsaariana. Essa continuidade perpassou por contextos internos e externos diferenciados, sem perder as propostas dos geopolíticos brasileiros, ganhando uma consistência maior e um projeto mais ampliado, característica que mostra a dinâmica da geopolítica e sua importância como disciplina acadêmica. A força que agrega ao pensamento político é imprescindível, permitindo uma compreensão maior das implicações da política externa brasileira. Seus produtores clássicos mostraram o caminho, e é preciso dar continuidade na produção dos estudos geopolíticos, não só no sentido da sua leitura, mas como disciplina preparada para planejar suas novas geoestratégias num cenário internacional cada vez mais móvel e, portanto, indefinido.

Como foi observado, o Estado brasileiro durante os dois governos mostrou sua centralidade na condução da política externa e na produção das geopolíticas que abrem espaço para a inserção político-econômica no sistema global. Como observou Vezentini (2005), no seu livro “As Novas Geopolíticas”, os pensadores das relações internacionais no sistema mundo projetavam um enfraquecimento do papel do Estado e a primazia do mercado como organizador sistêmico. No entanto, pelo desempenho mostrado e pelas suas atribuições fundamentais como agente inercial da organização do território e formação das redes espaciais e sociais, o papel do Estado continuou como centro das ações. Mesmo que com algumas novas atribuições, ele não perdeu sua importância como ator central no cenário mundial das políticas cooperativas, terreno onde as empresas capitalistas encontram enormes dificuldades de atuação devido a seus objetivos prementes e às necessidades territoriais que as sociedades apresentam.

Dessa perspectiva, que se aproxima da proposição de Bobbitt (2000) no livro “A Guerra e a Paz na História Moderna”, o Estado pode ter adquirido uma função de “Estado Mercado”, mas não abandonou seus pressupostos iniciais, e nem pode ser reduzida sua importância, pois o espaço geográfico é produção da sua condução como agente organizador. Assim, a geopolítica brasileira na região subsaariana confirma a centralidade do Estado na construção dos projetos de

inserção internacional a partir de perspectivas semiperiféricas, ou das potências médias no mundo atual.

Bibliografia

ABRAMOVICI, Pierre. **Sob Nova Ocupação**. In: Revista Diplô – Brasil. Julho de 2004.

AGNELLI, Roger. **África: destino crescente de investimentos brasileiros**. Jornal Correio Braziliense. Brasília. 08/05/2006.

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. **Relações Internacionais Contemporâneas. A ordem mundial depois da Guerra Fria**. Petrópolis/RJ. Editora Vozes. 2005.

_____, **Limites do Conceito de Bipolaridade**. In Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Disponível em www.iea.usp.br/artigos. Acesso em 14/7/2007.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Os Primeiros Anos do Século XXI**. São Paulo. Editora Paz e Terra. 2002.

_____. **"O Fim de Bretton-Woods?: a longa marcha da Organização Mundial do Comércio"**. Contexto Internacional, vol. 16, nº 2, 249- 282. 1994

_____. **"Estrutura institucional das relações econômicas internacionais do Brasil: acordos e organizações multilaterais, 1815 a 1997"**, Contexto Internacional, vol 19, nº 2, 307-401. 1997.

_____. **"OCDE, UNCTAD e OMC: uma perspectiva comparada sobre a macroestrutura política das relações econômicas internacionais"** in CASELLA, Paulo Borba e MERCADANTE, Araminta de Azevedo (orgs.), Guerra Comercial ou integração mundial pelo comércio: a OMC e o Brasil, São Paulo, Ltr Editores, p. 149-198. 1998.

_____. **Os primeiros anos do século XXI: o Brasil e as relações internacionais contemporâneas**. São Paulo, Paz e Terra. 2002.

_____. **Relações Internacionais e Política Externa do Brasil: história e sociologia da diplomacia brasileira**. 2ª ed.; Porto Alegre, Editora da UFRGS. 2004.

_____. **Formação da diplomacia econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império: as relações econômicas internacionais no Império** São Paulo-Brasília, Senac-Funag. 2001.

AMORIM, Celso. **O Brasil e o "renascimento africano"**. Jornal Folha de São Paulo. 25.05.03.

ANDRADE, Manuel Correia de. **O Brasil e a África**. São Paulo. Editora Contexto. 2001.

_____. **A Questão do território no Brasil**. 2ª. Ed. São Paulo. Editora Hucitec. 1995.

_____. **Geopolítica do Brasil**. 3ª. ed. São Paulo. Editora Papirus. 2007.

ARBIX, Glauco. **Política Industrial e a perspectiva de futuro para o Brasil**. In: Cadernos da Fesp, no. 02. São Paulo. 2006.

ARBIX, Glauco; COMIN, Álvaro; ZILBOVICIUS, Mauro; ABRAMOVAY, Ricardo. (orgs). **Brasil, México, África do Sul, Índia e China: diálogo entre os que chegaram depois**. São Paulo. Edusp e Editora Unesp. 2002.

ARON, Raymond. **"Pensar a Guerra, Clausewitz"**. Brasília. Editora Universidade de Brasília. 1986.

BASTOS, Lucia Elena A Ferreira. **As Organizações Internacionais da África**. In: *Blocos Econômicos e Integração na América Latina, Ásia e África*. Curitiba-PR. Editora Juruá. 2007. p. 265-300.

BECKER, Berta K e EGLER, Cláudio A. G. **Brasil, Uma Potência Regional na Economia – Mundo**. 5ª. edição. Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil. 2006.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. **Política externa em tempos de mudanças**. CARDOSO, Fernando Henrique. Brasília. Fundação Alexandre Gusmão. 1994.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **"Introdução às Obras do Barão do Rio Branco"**. Rio de Janeiro. M.R.E, 1947.

_____. Ministério das Relações Exteriores **Acordos Brasileiros na África**. Departamento de Atos Internacionais. Brasília. www.mre.gov.br/dai/bilaterais -. acesso em: 18/10/07.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **A Inserção Internacional do Brasil: a gestão do Ministro Celso Lafer no Itamaraty**. CONDE, Carlos. Brasília. MRE. 1993.

BRUNSCHWIG, Henri. **A Partilha da África Negra**. São Paulo. Editora Perspectiva. 1971.

BUENO, Clodoaldo. **A República e sua Política Exterior (1889 a 1902)**. São Paulo. Editora UNESP. 1995.

BOBBITT, Philip. **A Guerra e a Paz na História Moderna**. São Paulo. Editora Campus. 2000.

CAMPOS, Diego Araújo. **A África na Política Externa Brasileira**. Boletim Mundorama. 08/4/2008. <http://mundorama.net>. Acesso em 27/4/2008.

CARDOSO, Fernando Henrique. **O Modelo Político Brasileiro**. São Paulo. Editora Difusão Européia do Livro. 1972.

CARVALHO, Leonardo Arquimimo. **Geopolítica e Relações Internacionais**. Curitiba. Juruá Editora. 2002.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política. Território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro. Editora Bertrand do Brasil. 2005.

CASTRO, Therezinha. **África : Geohistória, Geopolítica e relações Internacionais**. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército Editora. 1981.

CELERIER, Pierre. **Géopolitique et géostratégie**. Paris. Presses universitaires de France. 1955.

CERVO, Amado Luiz. **A Política Exterior de Cardoso a Lula**. Brasília. RBPI - IBRI, janeiro-junho, vol. 46, no. 01. 2003.

CHIAVENATO, Julio J. **Geopolítica, arma do fascismo**. São Paulo. Global Editora. 1981.

COSTA, Wanderley Messias da. **O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil**. São Paulo. Editora Contexto. 1992.

COUTO e SILVA, Gobery do. **Geopolítica del Brasil**. México. Editora El Cid. 1978

CRUZ, Sebastião C. Velasco e. **Democracia e Ordem Internacional: reflexões a partir de um país grande semiperiférico**. Primeira Versão no. 103. Campinas. Publicação do IFCH/Unicamp. 2002.

_____. **Globalização, Democracia e Ordem Internacional**. Campinas. Editora UNESP/Editora Unicamp. 2004.

DAVIES, Robert. **Approaches to regional integration in the southern african context**. In: *Africa do Sul África Insight*. - Vol. 24, nº 1, p. 11-17. 1996.

DEL PRIORI, Mary. **A África e os Africanos na formação do mundo atlântico**. Rio de Janeiro. Editora Campus. 2004.

DEVRAJ, Ranjit. **Brasil, Índia y Sudáfrica, grandes democracias de tres distintos rincones del planeta, se comprometieron a impulsar la cooperación Sur-Sur**. Em una reunião de cancilleres de dos días que concluyó este viernes en Nueva Delhi – 5/03/2003

DIAS, Cristiano. **Uma década depois, Mbeki deixa órfã a liderança da África do Sul**. In O Estado de São Paulo, 10 de setembro de 2007.

DUBRESSON, Jean-Yves Marchal ; RAISON, Jean-Pierrra. **Les Afriques au du Sahara**. Paris. Ed. Blin/Reclus. 2003.

DUPAQUIER, Jaques. **A População Mundial no Século XX**. Porto Alegre. Editora Instituto Piaget. 2002.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**. Vol 2. 6ª. Ed. Rio de Janeiro. Editora Globo. 1973.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 7ª. Ed. São Paulo. Edusp. 1999.

FERREIRA, João Brandão. **A Tese do “Mare Liberum” (1608) e os Ventos da História**. In Jornal Defesa e Relações Internacionais. Portugal. 2005.

FERRO Marc. **História das Colonizações**. São Paulo. Companhia das Letras. 1996.

FIALHO, Anfriso. **História da Fundação da República no Brasil**. Brasília. Editora da UnB. 1983.

FIGUIREDO, Eurico de Lima. **Os Militares e a Democracia**. Rio de Janeiro. Editora da Biblioteca Nacional de Ciências Sociais. 1980.

FIORI, José Luís. **O poder global: e a nova geopolítica das nações**. São Paulo Boitempo Editorial. 2007.

FIORI, Mylena **Viagem à África 3: governo brasileiro assinou três acordos de cooperação em Camarões**. Brasília. RADIOBRAS Agência Brasil. - 18/4/2005.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra & MONTEIRO, Sergio MARley Modesto. **O Estado e suas razões: o II PND**. São Paulo. Revista de Economia Política Vol 28 no. 1 Jan/Mar de 2008

FONSECA JR, Gelson, & CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco de.(Orgs). **Temas de Política Externa Brasileira II**. Vol 2. São Paulo. Editora Paz e Terra. 1994.

FONT, Joan Nogué & RUFÍ, Joan Vicente. **Geopolítica, Identidade e Globalização**. São Paulo. Annablume Editora. 2006.

FÓRUM BRASIL-ÁFRICA: POLÍTICA, COOPERAÇÃO E COMÉRCIO. 09 a 11 de Junho de 2003. **Relatórios**. Fortaleza.CE. 2003.

FOSTER, John Bellamy. **Naked Imperialism: The U.S. Pursuit of Global Dominance**. New York: Monthly Review Press, 2006.

GARCIA, Eugênio Vargas. **O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926)**. Rio Grande do Sul. Editora Funag/Editora Universidade. 2000.

GEORGE, Pierre. **Panorama do Mundo Atual**. São Paulo. Editora Difel. 1974.

GIORDANI, Mário Curtis, **História as África, anterior aos descobrimentos**. Rio de Janeiro. Editora Vozes. 1985.

GÓES, Walder. **Tendências da Política Brasileira**. In: Sociedade e Estado. Revista do Departamento de Sociologia da Unb. Brasília. Editora Universidade de Brasília.1986

GONÇALVES, Willians da Silva. MIYAMOTO, Shiguenoli. **Os militares na política externa brasileira: 1964-1984**. Rio de Janeiro. Estudos Literários. Vol 6. 1993.

GUENGANT, Pierre. **Panorama da população da África atual**. São Paulo. Le Monde Diplomatique. Maio de 2008. <http://paginaum.blogspot.com/2008/05/em-frica-grande-recuperacao-demografica.html>. Acesso em: 09/05/2008.

GUIMARÃES, Carlos Alberto Preto & GUIMARÃES, Luciano Cezar Vernalha. **Neoliberalismo e Mercado Financeiro: Nova Geopolítica Internacional?** In. CARVALHO, Leonardo Arquimimo. *Geopolítica e Relações Internacionais*. Curitiba. Editora Juruá. 2002.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos anos de periferia**. Porto Alegre/Rio de Janeiro, Ed. da Universidade/UFRGS/Contraponto,1999.

GUIMARÃES, Samuel P. (org.) **Brasil e África do Sul. Riscos e oportunidades no tumulto da globalização**. Brasília, IPRI. 1996.

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na Sala de Aula**. São Paulo. Selo Negro Edições. 2005.

HOLBRAAD, Carsten. **Las Potencias medias em la Política Internacional**. México. Fondo de Cultura Econômica.1989.

HUNTINGTON, Samuel P. **Civilizações ou o que? Paradigmas do mundo pós-Guerra Fria**. In Revista de Política Externa, Vol 2 no. 4. São Paulo. março de 1994.

IANNI, Otávio. **Sociedade Global**. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira. 1992.

ILIFFE, John. **Africans: The history of a continent**. Great Britain. Cambridge University Press. 1995.

KI-ZERBO, Joseph. **História da África Negra – II**. Paris. Publicações Europa-América. 1972.

KUNTZ, Rolf. **Território, democracia e ordem global**. In. KRITSCH, Raquel & RICUPERO, Bernardo. *Força e Legitimidade: novas perspectivas*. São Paulo. Editora Humanitas. 2005.

LAFER, Celso. **A Identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira**. São Paulo. Editora Perspectiva. 2004.

_____. **Mudam-se os Tempos – Diplomacia Brasileira – 2001/2002**. Brasília. Editora da Fundação Alexandre Gusmão. 2002.

LECHINI, Gladys. **Argentina y África em el espejo de Brasil**. Argentina. Clacso Libros. 2006.

LESSA, Antonio Carlos. **A vertente perturbadora da política externa durante o governo Geisel: um estudo das Relações Brasil-EUA – 1974 a 1979**. Brasília. Dissertação de Mestrado. UnB. 1994.

LIMA, Bernardo Pires de. **Sarkozy e o Regresso da França à Política Internacional**. Newsletter IDN – Instituto de Defesa Nacional, no. 24. Março / Abril 2008. Portugal. www.idn.gov.pt. Acesso em 23 de junho de 2008.

LIMA, Maria Regina Soares de. **Aspiração Internacional e Política Externa**. Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Comércio Exterior (RBCE). ano XIX. no. 82. 2005.

_____. **A Política Externa Brasileira e os Desafios da Cooperação Sul-Sul**. Brasília. Revista Brasileira de Política Internacional. Vol. 48, número 01 – IBRI. 2005.

LOHBAUER, Christian. **História das Relações Internacionais II. O século XX: do declínio europeu à Era Global**. Petrópolis/RJ. Editora Vozes. 2005.

LOPES, Marta Maria. **O Apartheid**. Coleção: Discutindo a História. São Paulo. Editora Contexto. 1990.

MAIOR, Luiz A. P. Souto. **O Brasil em um mundo em transição**. Brasília. Editora da UnB. 2003.

MAIOR, Luiz Augusto P Souto. **"A diplomacia econômica brasileira no pós-guerra (1964-1990)** in GUILHON DE ALBUQUERQUE, José Augusto (org.), *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)*, Vol. II: Diplomacia para o Desenvolvimento. São Paulo: Cultura editores associados, 1996. p. 267-296.

MAGNOLI, Demétrio. **O Mundo Contemporâneo. Os grandes acontecimentos mundiais da Guerra Fria aos nossos dias.** São Paulo. Atual Editora. 2004.

MARIN, Denise Chrispin. **Política Externa ajuda Petrobrás.** São Paulo. Jornal O Estado de São Paulo. 19 de fevereiro de 2006.

MAWAKDIYE, Alberto. **Parcerias e jeitinho em terras africanas.** São Paulo Revista Problemas Brasileiros, nº 387 - mai/jun 2008.

MAY, John. **Panorama da população da África atual.** São Paulo. Le Monde Diplomatique. Maio de 2008. <http://pagina-um.blogspot.com/2008/05/em-frica-grande-recuperacao-demografica.html>. Acesso em: 09/05/2008.

MEIRA MATTOS, Gal. Carlos de. **A Geopolítica e as Projeções do Poder.** Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército Editora. 1977.

MELO, Clovis. **Os Ciclos Econômicos do Brasil,** Rio de Janeiro, Laemmert. 1969.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **Quem tem medo da Geopolítica?** São Paulo. Edusp/Hucitec. 1998.

MILLER, Darlene, **A África do Sul e o IBSA: constrangimentos desafios.** Revista Cena Internacional no. 6, p.160-180. 2004.

MILLER, Joseph C. **A Dimensão Histórica da África no Atlântico; açúcar, escravos e plantações.** In: A Dimensão Atlântica da África, II Reunião Internacional de História de África. Rio de Janeiro. 1996.

MIYAMOTO, Shiguenoli, **Geopolítica do Brasil: algumas considerações.** Primeira Versão no. 102. Campinas. Publicação do IFCH/Unicamp. 2002.

_____. **O Brasil e as Negociações Multilaterais.** Primeira Versão no. 93. Campinas. Publicação do IFCH/Unicamp. 2000.

MORAES, Antonio C. Robert de. **Território, poder e justiça: comentários a partir da experiência brasileira.** In. In. KRITSCH, Raquel & RICUPERO, Bernardo. *Força e Legitimidade: novas perspectivas.* São Paulo. Editora Humanitas. 2005.

MORAES, Antonio Carlos Robert de & COSTA, Wanderley Messias da. **A Valorização do Espaço.** 2ª. ed. São Paulo. Ed Hucitec. 1984.

NEPAD. **Plan du action.** Cotonou, Benin - 21/10/2003. Acesso em julho de 2008.

NINSIN, Kwame Akon. **Globalisation and the future of Africa**. Harare. African Association of Political Science. 2000.

NUNES, Edson. **A Gramática Política do Brasil: Clientelismo e insulamento burocrático**. 2ª. ed. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor. 1997.

OLIC, Nelson Bacic; CANEPA, Beatriz. **África: Terra, sociedades e conflitos**. São Paulo. Editora Moderna. 2004

OLIVEIRA, José Manoel Cardoso de. **Atos Diplomáticos do Brasil: tratados do período colonial e vários documentos desde 1492**. Brasília, Senado Federal, 2 vols.; Coleção Memória brasileira nº 11. 1997.

PAGE, Sheila. **Some Implications of the SADC Trade Protocol**. Johannesburg: Trade and Industry Policy Secretariat. 1997.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às Relações Internacionais. Temas, atores e visões**. Petrópolis/RJ. 4ª. Edição. Petrópolis/RJ. Editora Vozes. 2004.

PIMENTEL, José Vicente de Sá. **Relações entre o Brasil e a África**. Brasília. RBPI vol 43, número 001 p.05-23.. 2000.

PINHEIRO, Leticia. **Política Externa Brasileira**. Rio de Janeiro. Zahar Editora. 2004.

_____. **O pragmatismo responsável no arquivo do presidente Geisel**. In, CASTRO, Celso & D'ARAUJO, Maria Celina.(orgs) **Dossiê Geisel**. 3ª. ed. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2002.

PIRES, Valdemir. **Economia da educação: para além do capital humano**. São Paulo. Editora Cortez. 2005.

PROENÇA JR, Domício. & DINIZ, Eugenio. **Política de Defesa no Brasil**. Brasília. Editora da UnB. 1998.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo. Editora Ática. 1993.

RIBEIRO, Cláudio Oliveira. **Política africana do governo Lula: um ponto de inflexão (reflexão)**. Brasil. Meridiano 47 Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais. 30 de junho de 2007.

RIBEIRO, Edgard Telles. **Diplomacia Cultural**. Brasília. Editora da Fundação Alexandre Gusmão. 1989.

ROCHA, Antonio Jorge Ramalho da. **O Lugar do Brasil na Geopolítica Global**. In, SARAIVA, José Flavio Sombra & CERVO, Amado Luiz. *O Crescimento das Relações Internacionais no Brasil*. Brasília. IBRI. 2005.

RODNEY, Walter. **De como Europa Subdesarrolló a África.** México. Siglo Veinteuno Editores. 1982

ROBERT, Anne-Cécile. **Continente Perdido?** In: Revista Diplô – Brasil. Novembro de 2006.

RODRIGUES, Jorge Nascimento . **África - o continente à beira da disputa entre potências.** Portugal. *Report da frente - O Ardina na Geopolítica.* Nº 1 - 4º trimestre de 2007. <http://www.janelanaweb.com/crise/geopolitica1.html#3>. Acesso em 10/07/2008.

ROSS, Jurandir L. (Org) **Geografia do Brasil.** 2ª. Ed. São Paulo. Edusp. 1998.

ROSS, Robert. **A Concise History of South África.** New York. Cambridge University Press. 1999.

SAMPSON, Anthony. **O Negro e o Ouro: magnatas, revolucionários e o apartheid.** São Paulo. Editora Companhia das Letras. 1988.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço.** São Paulo. Edusp. 2002.

SCHWARTZMAN, Simon.(Org.) **Estado Novo, um Auto-retrato.** Brasília. Editora UnB. 1982.

SILVA, Rogério Forastieri da. **Geopolítica Mundial: Uma Perspectiva Histórica.** São Paulo. Editora Núcleo. 1993.

SOUSA, Nilson Araújo de. **Economia Brasileira Contemporânea. De Getúlio a Lula.** São Paulo. Editora Atlas. 2007.

SPEKTOR, Matias. **A abertura do Acervo Azeredo da Silveira da Fundação Getúlio Vargas.** Brasília. Revista Brasileira de Política Internacional. Vol. 44 no. 22 Jul/dez. 2001.

THE WORLD FACTBOOK. **South Africa.** EUA. CIA. 2007

VELASCO, Sebastião C. e SENNES Cruz; Ricardo **O Brasil no mundo: conjecturas e cenários.** In: Estudos Avançados/USP. *Dossiê Brasil: O País no Futuro.* São Paulo. v.20 n.56 jan./abr. 2006

VESENTINI, José William. **Novas Geopolíticas.** São Paulo. Editora Contexto. 2000.

VIEGAS, Patrícia. **África negra festeja os 50 anos da independência do Gana.** Portugal. Diário de Notícias. Caderno internacional. 06 Março 2007.

VILLA, Rafael Antonio Duarte. **Da crise do realismo à segurança global multidimensional.** São Paulo. Annablume Editora. 1999.

VILLA, Rafael Antonio Duarte. **Democracia cosmopolita versus política internacional**. In Lua Nova: Revista de Cultura e Política, no. 66. São Paulo. 2006.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações Internacionais do Brasil. De Vargas a Lula**. 2ª. Ed. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo. 2005.

WALLERSTEIN, I. **"Africa, 2057"**. Commentary No. 208, May 1, 2007. England. Fernand Braudel Center, Binghamton University.

_____. **How Fast the Wind?** Southern África, 1975-2000. Trenton: Africa World Press. 1992.

WEIGERT, Hans W. **Geopolítica: Generales y Geografos**. México. Fondo de Cultura Econômica. 1943.

WESSELING, H. L. **A partilha da África**. Rio de Janeiro. Editora UFRJ. 1998.

Anexo I

Angola

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Promulgação	
			Decreto nº	Data
<u>Acordo de Cooperação Cultural e Científica.</u>	11/06/1980	11/02/1982	99.558	05/10/1990
<u>Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica.</u>	11/06/1980	11/02/1982	99.559	05/10/1990
<u>Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica, de 11/06/80, na Área de Comércio.</u>	12/04/1983	12/04/1983		
<u>Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica sobre Cooperação no Campo das Comunicações, de 11/06/80.</u>	20/10/1983	20/10/1983		
<u>Protocolo de Intenções na Área de Desenvolvimento Educacional.</u>	10/09/1991	10/09/1991		
<u>Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica no Domínio de Energia Elétrica e Águas.</u>	15/07/1992	15/07/1992		
<u>Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica no Domínio da Geologia e Mineração</u>	15/07/1992	15/07/1992		
<u>Acordo sobre a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviços.</u>	31/05/1999	30/09/2000	3.616	29/09/2000
<u>Acordo sobre Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais e de Serviços (no âmbito da CPLP)</u>	17/07/2000	11/09/2003		
<u>Protocolo de Intenções para Cooperação Técnica no Domínio da Segurança e da Ordem Pública.</u>	14/11/2000	14/11/2000		
<u>Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para Apoiar o Desenvolvimento do Programa Nacional "Escola para Todos", em sua fase Emergencial (2002-2015).</u>	01/08/2002	01/08/2002		

<u>Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para a Implementação do Projeto "Reorganização, Fortalecimento Institucional e Inovação Metodológica da Extensão Rural como Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável em Angola".</u>	03/11/2003	03/11/2003		
<u>Protocolo de Cooperação Técnica na Área do Meio Ambiente.</u>	03/11/2003	03/11/2003		
<u>Protocolo de Cooperação sobre Cooperação Técnica na Área de Agricultura e Pecuária.</u>	03/11/2003	03/11/2003		
<u>Protocolo de Cooperação Técnica para apoio ao Instituto de Formação da Administração Local (IFAL).</u>	03/11/2003	03/11/2003		
<u>Memorando de Entendimento ao Amparo do Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para apoiar o Desenvolvimento do Programa "Escola para todos" em sua fase Emergencial (2004-2007).</u>	03/11/2003	03/11/2003		
<u>Ajuste Complementar no Domínio do Desporto.</u>	03/11/2003	03/11/2003		
<u>Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para a Implementação do Projeto "Fortalecimento Institucional dos Institutos de Investigação Agronômica e Veterinária de Angola".</u>	03/11/2003	03/11/2003		
<u>Fortalecimento da Educação Ambiental em Angola</u>	03/11/2003	03/11/2003		
<u>Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para a Implementação do Projeto "Fortalecimento da Educação Ambiental em Angola".</u>	03/11/2003	03/11/2003		
<u>Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação</u>	03/11/2003	03/11/2003		

<u>Econômica, Científica e Técnica para as Áreas do Trabalho, Emprego e Formação Profissional.</u>				
<u>Programa de Trabalho em Matéria de Cooperação Científica e Tecnológica.</u>	03/11/2003	03/11/2003		
<u>Programa de Cooperação Cultural para 2004 a 2006.</u>	04/11/2003	04/11/2003		
<u>Segunda Emenda ao Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica na Área de Formação Profissional, firmado em 28/04/1999.</u>	04/11/2003	04/11/2003		
<u>Protocolo de Cooperação Técnica no Domínio do Petróleo</u>	04/11/2003	04/11/2003		
<u>Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para Implementação do Projeto "Inserção Social pela Prática Esportiva"</u>	19/01/2005	19/01/2005		
<u>Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Administração Pública</u>	03/05/2005	03/05/2005		
<u>Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para Implementação do Projeto "Capacitação do Sistema de Saúde da República de Angola"</u>	9/7/2007	9/7/2007		
<u>Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para Implementação do Projeto "Formação de Docentes em Saúde Pública em Angola"</u>	9/7/2007	9/7/2007		

África do Sul

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Promulgação	
			Decreto nº	Data
<u>Memorando de Entendimento sobre Relações Aeronáuticas entre os dois Países</u>	19/01/1972	19/01/1972		
<u>Acordo para Evitar a Dupla Tributação nos Lucros</u>	29/03/1972	29/03/1972		

Decorrentes dos Transportes Marítimo e Aéreo

Acordo para a Concessão de Isenção Aduaneira aos Consulados e Cônsules de Carreira

29/08/1973 29/08/1973

Acordo sobre Isenção de Tributos nos Serviços de Telecomunicações

12/03/1974 12/03/1974

Acordo, por troca de Notas, para Dispensa de Visto em Passaporte Diplomático, Oficial e Comum

26/11/1996 26/11/1996

Acordo sobre Cooperação e Assistência Mútua na Área do Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas e Assuntos Correlatos

26/11/1996 26/11/1996 3198 05/10/1999

Acordo sobre Cooperação no Campo da Cultura.

26/11/1996 12/04/2000 3.521 21/06/2000

Acordo sobre Serviços Aéreos entre seus Territórios e Além.

26/11/1996 27/08/2001 3.974 17/10/2001

Memorando de entendimento Relativo a Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum

21/7/1988 21/7/1988

Declaração de Intenções sobre Cooperação na Área de Política Fundiária

21/10/1998 21/10/1998

Acordo de Cooperação Técnica.

01/03/2000 25/07/2003 4824 02/09/2003

Acordo para o Estabelecimento de uma Comissão Mista.

13/12/2000 13/12/2000

Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Relação aos Impostos Sobre a Renda

8/9/2003 13/7/2006 301 13/7/2006

Carta de Intenção para a Implementação de Acordo de Cooperação Cultural por um Período de três Anos

08/11/2003 08/11/2003

Benin

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Promulgação	
			Decreto nº	Data
Acordo Cultural	07/11/1972	22/04/1974	74.506	5/9/1974
<u>Acordo de Cooperação Técnica</u>	07/11/1972	22/04/1974	74.506	5/9/1974
<u>Acordo sobre Criação de Comissão Mista</u>	11/08/2005	11/08/2005		

<u>Acordo sobre Supressão de Vistos para os Detentores de Passaportes Diplomáticos e de Serviço</u>	11/08/2005	10/09/2005		
<u>Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica para Prevenção e Tratamento da Malária</u>	10/02/2006	10/02/2006		
<u>Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica a Área da Cotonicultura</u>	10/02/2006	10/02/2006		
<u>Memorando de Entendimento na Área do Esporte</u>	10/02/2006	10/02/2006		
<u>Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Biocombustíveis</u>	15/8/2007	15/8/2007		

Botsuana

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Promulgação	
			Decreto nº	Data
<u>Memorando de Entendimento sobre Esporte</u>	11/02/2006	11/02/2006		
<u>Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica na Área de HIV/AIDS</u>	11/02/2006	11/02/2006		

Burkina Faso

<u>Protocolo de Intenções no Âmbito do Programa de Cooperação Internacional do Ministério da Saúde do Brasil</u>	03/09/2003	03/09/2003
---	------------	------------

Burundi

Título	Data de celebração	Entrada em Vigor	Promulgação	
			Decreto nº	Data
<u>Protocolo de Intenções no Âmbito do Programa de Cooperação Internacional do Ministério do Saúde do Brasil.</u>	28/01/2003	28/01/2003		

Cabo Verde

Título	Data de Celebração	Entrada em vigor	Promulgação	
			Decreto nº	Data
<u>Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica</u>	28/04/1977	23/11/1977	85545	16/12/1980

Memorandum de Entendimento Relativo a Educação, Agricultura e Pecuária, Saúde, Transporte e Comunicações Previdência Social e Urbanização.	28/04/1977	28/04/1977		
<u>Acordo sobre Cooperação Cultural.</u>	07/02/1979	07/07/1980	85621	06/01/1981
<u>Tratado de Amizade e Cooperação.</u>	07/02/1979	30/04/1982	87236	02/06/1982
Acordo, por troca de Notas, estendendo aos Nacionais Cabo-Verdianos, Residentes no Brasil, as Disposições Previstas na Convenção de Previdência Social e Ajustes Complementares Assinados entre o Brasil e a República Portuguesa.	07/02/1979	07/02/1979		
<u>Acordo Comercial.</u>	10/05/1986	04/05/1990	57	12/03/1991
Memorando de Entendimento para Estabelecimento de um Programa Plurianual de Cooperação.	19/03/1987	19/03/1987		
<u>Protocolo de Intenções.</u>	24/04/1987	24/04/1987		
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Programa Triannual de Cooperação no Campo da Administração Pública.	12/05/1987	12/05/1987		
<u>Memorando de Entendimento na Área de Educação.</u>	07/04/1998	07/04/1998		
Memorando de Entendimento no Domínio da Administração Pública.	07/04/1998	07/04/1998		
<u>Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica Relativo ao Projeto "Modernização Administrativa no Serviço Público e Sistemas Informatizados de Recursos Humanos".</u>	07/04/1998	07/04/1998		
<u>Acordo sobre Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais e de Serviços (no âmbito da CPLP)</u>	17/07/2000	11/09/2003		
<u>Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica na Área de Educação.</u>	27/06/2002	27/06/2002		
<u>Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Implementação do Projeto Piloto de Dessalinização em Ribeira da Barca</u>	30/12/2003	30/12/2003		
<u>Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Tecnologia Eletrônica</u>	29/07/2004	29/07/2004		
<u>Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Apoiar a</u>	29/07/2004	29/07/2004		

<u>Implementação do Projeto Fortalecimento e Capacitação Técnica de Recursos Humanos para o Sistema de Formação Profissional de Cabo Verde</u>				
<u>Programa de Trabalho em Matéria de Educação Superior e Ciência</u>	14/01/2005	14/01/2005		
<u>Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Implementação do "Programa de Cooperação Internacional em HIV/AIDS - Fase II"</u>	14/01/2005	14/01/2005		
<u>Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Apoiar a Implementação do III Fase do Projeto Alfabetização Solidária em Cabo Verde</u>	14/01/2005	14/01/2005		
<u>Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica Para Implementação do Projeto "Apoio à implantação da Universidade de Cabo Verde e ao desenvolvimento do Ensino Superior"</u>	15/03/2006	15/03/2006		
<u>Ajuste Complementar ao acordo de cooperação técnica para Implementação do Projeto "Escola de todos"</u>	15/03/2006	15/03/2006		
<u>Protocolo de Intenções no Domínio da Proteção e Promoção dos Direitos Humanos e da Inclusão Social.</u>	28/07/2006	28/07/2006		

Camarões

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Promulgação	
			Decreto nº	Data
<u>Acordo Comercial.</u>	05/06/1965	07/10/1966		
Acordo de Cooperação Técnica.	14/11/1972	20/09/1973		
Acordo Cultural.	14/11/1972	20/09/1973		
Memorando de Entendimento para Criação de uma Comissão Mista	29/11/1986	29/11/1986		
<u>Memorando de Entendimento na Área da Educação</u>	12/05/2004	12/05/2004		
<u>Acordo, p.t.n., sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e de Serviço</u>	18/01/2005	18/01/2005		
<u>Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área Da Saúde Pública</u>	11/04/2005	11/04/2005		

<u>Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para a Implementação do Projeto "Formação de Recursos Humanos e Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento de uma Cacaucultura Sustentável"</u>	11/04/2005	11/04/2005		
<u>Programa Executivo do Acordo Cultural Firmado em laude em 1 de Novembro de 1972, Relativo ao Ensino Superior</u>	11/04/2005	11/04/2005		
<u>Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para a Implementação do Projeto " Apoio ao Programa de Prevenção e Controle da Malária"</u>	10/4/2007	10/4/2007		

Costa do Marfim

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Promulgação	
			Decreto nº	Data
Acordo sobre Dispensa de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Especiais.	24/10/1972	24/10/1972		
Acordo de Cooperação Técnica e Científica.	27/10/1972	06/11/1973	73270	07/12/1973
Acordo Comercial.	27/10/1972	06/11/1973	73256	05/12/1973
Acordo Cultural e Educacional.	27/10/1972	06/11/1973	73270	07/12/1973
Protocolo de Entendimentos havidos por Ocasão da Visita ao Brasil do Ministro da Agricultura da Costa do Marfim.	15/08/1979	15/08/1979		
Tratado de Amizade e Cooperação.	14/09/1979	11/04/1986	92747	04/06/1986
<u>Protocolo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica.</u>	12/05/1987	12/05/1987		

Etiópia

<u>Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área da Saúde</u>	08/03/2005	08/03/2005
--	------------	------------

Gabão

Título	Data de	Entrada em	Promulgação
--------	---------	------------	-------------

	celebração	Vigor	Decreto nº	Data
<u>Acordo de Cooperação Cultural.</u>	14/10/1975	21/03/1981	85903	14/04/1981
<u>Acordo de Cooperação Científica e Técnica.</u>	14/10/1975	21/03/1981	85904	14/04/1981
<u>Acordo que cria uma Comissão Mista no Campo Econômico, Comercial, Financeiro, Científico, Tecnológico, Técnico e Cultural.</u>	30/06/1982	09/05/1988	97060	10/11/1988
<u>Acordo Comercial.</u>	01/08/1984	09/09/1988	97210	12/12/1988
<u>Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Cultural na Área da Televisão.</u>	01/08/1984	01/08/1984		
<u>Protocolo de Cooperação para a Promoção de Pequenas e Médias Empresas e Pequenas e Médias Indústrias.</u>	17/09/2002	17/09/2002		
<u>Protocolo de Intenções na Área da Saúde.</u>	17/09/2002	17/09/2002		
<u>Acordo sobre Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Oficiais ou de Serviço</u>	28/07/2004	28/07/2004		
<u>Acordo de Cooperação para o Estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Políticas</u>	28/07/2004	28/07/2004		
<u>Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Domínio da Cultura da Mandioca</u>	28/07/2004	28/07/2004		
<u>Carta de Intenções sobre Cooperação na Área da Malária</u>	28/07/2004	28/07/2004		

Gâmbia

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Promulgação	
			Decreto nº	Data
<u>Acordo de Cooperação Esportiva</u>	09/08/2005	09/08/2005		

Gana

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Promulgação	
			Decreto nº	Data
Acordo sobre Cooperação Cultural.	02/11/1972	23/11/1973	73895	05/04/1974
Acordo Comercial.	02/11/1972	30/10/1974	74840	06/11/1974
<u>Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica.</u>	07/11/1974	15/07/1975	76250	12/09/1975
<u>Acordo sobre Criação de Comissão Mista</u>	05/07/1985	12/07/1988	99087	09/03/1990
<u>Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Políticas.</u>	12/04/2005	12/04/2005		
<u>Memorando de Entendimento para Instalação do Escritório Regional da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) na África, em Acra, Gana</u>	26/4/2006	26/4/2006		
<u>Acordo de Cooperação Esportiva</u>	10/07/2006	10/07/2006		

Guiné

Comunicado Conjunto.	05/02/1980	05/02/1980		
<u>Comissão Mista</u>	04/04/1988			

Guiné Bissau

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Promulgação	
			Decreto nº	Data
Memorando de Entendimento.	21/06/1976	21/06/1976		
Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio.	18/05/1978	29/07/1980	85371	18/11/1980
<u>Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica.</u>	18/05/1978	01/08/1979	84573	17/03/1980
Acordo de Comércio.	18/05/1978	07/08/1979	83927	03/09/1979
Protocolo de Intenções. (Energia)	03/07/1984	03/07/1984		
Protocolo de Intenções. (Intenções)	17/08/1988	17/08/1988		
Protocolo de Intenções Visando Formular e Implementar Programas de Cooperação na Área do Trabalho com Ênfase às Questões de Formação e Desenvolvimento Profissional.	20/08/1993	20/08/1993		
Protocolo de Intenções para	20/08/1993	20/08/1993		

Formular e Implementar Programas de Cooperação na Área de Trabalho.				
<u>Acordo sobre Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais e de Serviços (no âmbito da CPLP)</u>	17/07/2000	11/09/2003		
<u>Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica na Área da Formação Profissional, para a Implementação do Projeto Centro de Formação Profissional e Promoção Social de Bissau.</u>	31/07/2002	31/07/2002		
<u>Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Implementação do "Programa de Cooperação Internacional em HIV/AIDS - Fase II"</u>	15/01/2005	15/01/2005		
<u>Programa de Trabalho em Matéria de Educação Superior e Ciência no Âmbito do Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica .</u>	9/2/2007	9/2/2007		
<u>Ajuste Complementar Ao Acordo Básico De Cooperação Técnica E Científica Celebrado Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República Da Guiné-Bissau, Na Área Da Formação Profissional, Para A Implementação Do Projeto Centro De Formação Profissional E Promoção Social De Bissau</u>	31/07/2002			

Guiné equatorial

Comunicado de Imprensa sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas.	26/05/1975	26/05/1975
--	------------	------------

Libéria

Título	Data de celebração	Entrada em Vigor	Promulgação	
			Decreto nº	Data
<u>Tratado para a Solução Pacífica de Controvérsias.</u>	15/07/1925	14/01/1935	216	02/07/1935
<u>Acordo Comercial.</u>	21/11/1977	28/08/1978	82586	06/11/1978

Mauritânia

Título	Data de celebração	Entrada em Vigor	Promulgação	
			Decreto nº	Data
Protocolo sobre Expansão Comercial e Cooperação Econômica.	10/03/1976	10/03/1976		

Mali

<u>Acordo de Cooperação Cultural, Científica e Técnica.</u>	07/10/1981	19/01/1984	99711	21/11/1990
Acordo para a Criação de uma Comissão Mista de Cooperação Econômica.	07/10/1981	27/02/1986		

Moçambique

Título	Data de celebração	Entrada em Vigor	Promulgação	
			Decreto nº	Data
Acordo para Implementação do Projeto "Implantação de um Centro de Formação Profissional para Escritórios e Administração", em Moçambique.	10/04/1980	10/04/1980		
<u>Acordo Geral de Cooperação.</u>	15/09/1981	08/06/1984	89929	09/07/1984
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação de 15/09/81, no Campo das Comunicações.	15/05/1987	15/05/1987		
<u>Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação de 15 de novembro de 1981, na Área de Agricultura Irrigada.</u>	27/05/1989	27/05/1989		
<u>Acordo de Cooperação Cultural.</u>	01/06/1989	26/04/1991	159	02/07/1991
<u>Ajuste Complementar ao Acordo-Geral de Cooperação no Campo da Mineração.</u>	18/07/1997	18/07/1997		
<u>Acordo sobre Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais e de Serviços (no âmbito da CPLP)</u>	17/07/2000	11/09/2003		
<u>Acordo sobre o Uso dos Imóveis da República de Moçambique pela República Federativa do Brasil.</u>	18/07/2000	18/07/2000		
<u>Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área da Saúde</u>	20/06/2001	20/06/2001		
<u>Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área da</u>	20/06/2001	20/06/2001		

<u>Educação</u>				
<u>Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica no Domínio da Mulher e da Ação Social.</u>	20/06/2001	20/06/2001		
<u>Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica, Educacional, Científica e Tecnológica na Área da Segurança Pública.</u>	20/06/2001	20/06/2001		
<u>Memorando de Entendimento, na área de Cooperação Educacional.</u>	20/06/2001	20/06/2001		
<u>Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação na área de Educação para a Implementação do Programa "Alfabetização Solidária em Moçambique".</u>	20/06/2001	20/06/2001		
<u>Memorando de Entendimento no Âmbito do Programa de Cooperação Internacional do Ministério da Saúde do Brasil. (HIV e AIDS).</u>	02/05/2003	02/05/2003		
<u>Ajuste Complementar ao Acordo Cultural para a Cooperação no Campo dos Esportes.</u>	05/11/2003	05/11/2003		
<u>Protocolo de Intenções sobre Cooperação Científica e Tecnológica na Área da Saúde.</u>	05/11/2003	05/11/2003		
<u>Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Administração Pública.</u>	05/11/2003	05/11/2003		
<u>Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação para Implementação do Projeto "Uso de Tecnologias da Informação e da Comunicação na Educação Presencial e à Distância em Moçambique".</u>	05/11/2003	05/11/2003		
<u>Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação para Implementação do "Projeto de Apoio ao Desenvolvimento e Fortalecimento do Setor de Pesquisa Agropecuária da República de Moçambique".</u>	05/11/2003	05/11/2003		
<u>Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Terras e Mapeamento.</u>	05/11/2003	05/11/2003		
<u>Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação para Implementação do Projeto PCI-NTWANANO no Âmbito do Programa de Cooperação Internacional do Ministério da Saúde do Brasil.</u>	05/11/2003	05/11/2003		
<u>Ajuste Complementar ao Acordo</u>	05/11/2003	05/11/2003		

<u>Geral de Cooperação para Apoiar o Desenvolvimento do Programa Piloto Nacional de Alfabetização de Moçambique.</u>				
<u>Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação na Área de Educação para Implementação do Projeto "Bolsa-Escola".</u>	05/11/2003	05/11/2003		
<u>Memorando de Entendimento em Matéria de Meio Ambiente.</u>	05/11/2003	05/11/2003		
<u>Memorando de Entendimento nas Áreas de Geologia, Mineração e Transformação</u>	05/11/2003	05/11/2003		
<u>Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Cultural sobre Cooperação na Área da Comunicação Social.</u>	31/08/2004	31/08/2004		
<u>Protocolo de Intenções na Área do Combate à Discriminação e Promoção da Igualdade Racial</u>	31/08/2004	31/08/2004		
<u>Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Formação de Pessoal Especializado em Prisões</u>	31/08/2008	31/08/2004		
<u>Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação no Âmbito da Segurança Pública</u>	31/08/2004	31/08/2004		
<u>Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação para Implementação do Projeto "Inserção Social pela Prática Esportiva"</u>	03/11/2004	03/11/2004		
<u>Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação para a Implementação do Projeto "Estudo de Viabilidade Técnico Econômico para Instalação de Fábrica de Medicamentos em Moçambique para Produção de Medicamentos Anti-Retrovirais e Outros"</u>	15/7/2005	15/7/2005		
<u>Primeira Emenda ao Protocolo de Intenções na Área de Combate à Discriminação e Promoção da Igualdade Racial</u>	23/05/2006	23/05/2006		
<u>Protocolo de Intenções para Intercâmbio e Cooperação Técnica na Área de Inclusão e Promoção dos Direitos Juvenis.</u>	8/12/2006	8/12/2006		
<u>Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação para Implementação do Projeto "Fortalecimento das Ações de Alimentação e Nutrição"</u>	6/7/2007	6/7/2007		
<u>Ajuste Complementar ao Acordo</u>	6/7/2007	6/7/2007		

<u>Geral de Cooperação para Implementação do Projeto "Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Moçambique"</u>				
<u>Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação para Implementação do Projeto "Fortalecimento da Educação Ambiental em Moçambique"</u>	6/7/2007	6/7/2007		
<u>Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação para Implementação do Projeto "Apoio ao Desenvolvimento da Horto-Fruticultura e Moçambique"</u>	6/7/2007	6/7/2007		
<u>Programa Executivo do Acordo Cultural para os Anos 2007-2010</u>	6/7/2007	6/7/2007		
<u>Protocolo de Cooperação para o incentivo à formação científica de estudantes Moçambicanos</u>	6/9/2007	6/9/2007		
<u>Ajuste Complementar ao Acordo Geral para Implementação do Projeto "Apoio à Construção de Cisternas, Barragens Subterrâneas, Captação de Água de Chuva in situ e Jardins Produtivos em Comunidades Rurais de Moçambique"</u>	6/9/2007	6/9/2007		
<u>Protocolo de intenções sobre Cooperação técnica na área da Educação</u>	6/9/2007	6/9/2007		

Namíbia

Título	Data de celebração	Entrada em Vigor	Promulgação	
			Decreto nº	Data
<u>Acordo para Dispensa de Visto em Passaporte Diplomático, de Serviço ou Comum.</u>	29/10/1992	29/10/1992		
<u>Acordo de Cooperação Cultural e Educacional.</u>	07/03/1995	18/10/1998	2836	04/11/1998
<u>Acordo Básico de Cooperação Técnica.</u>	07/03/1995	18/09/1998	2817	23/10/1998
<u>Acordo sobre Cooperação Naval.</u>	03/12/2001	03/05/2003	4778	11/07/2003
<u>Memorando de Entendimento no Âmbito do Programa de Cooperação Internacional do Ministério da Saúde do Brasil</u>	19/03/2003	19/03/2003		
<u>Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Desenvolvimento Urbano.</u>	29/09/2003	29/09/2003		
<u>Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de</u>	07/11/2003	07/11/2003		

<u>Desenvolvimento Agrário.</u>				
<u>Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto "Apoio ao Desenvolvimento Urbano da Namíbia.</u>	07/11/2003	07/11/2003		
<u>Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto "Assistência à Produção de Frutas Subtropicais e Leguminosas na Namíbia".</u>	07/11/2003	07/11/2003		
<u>Memorando de Entendimento nas Áreas de Geologia, Mineração e Transformação Mineral.</u>	07/11/2003	07/11/2003		
<u>Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Intercâmbio Técnico, Científico e Cultural entre Instituições de Patrimônio Histórico.</u>	07/11/2003	07/11/2003		
<u>Memorando de Entendimento sobre Cooperação de Esporte.</u>	07/11/2003	07/11/2003		
<u>Protocolo de Intenções sobre Cooperação Educacional</u>	07/11/2003	07/11/2003		
<u>Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Saúde.</u>	07/11/2003	07/11/2003		

Nigéria

Título	Data de celebração	Entrada em Vigor	Promulgação	
			Decreto nº	Data
<u>Memorando de Entendimentos sobre Transportes Aéreos Brasil-Nigéria.</u>	20/05/1977	20/05/1977		
<u>Acordo sobre a Criação de uma Comissão Mista de Coordenação.</u>	10/01/1979	10/01/1979		
<u>Acordo, por Troca de Notas, sobre Rádio e Televisão.</u>	10/01/1979	10/01/1979		
<u>Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica.</u>	10/01/1979	02/08/1983	88928	27/10/1983
<u>Acordo de Amizade, Cooperação e Comércio.</u>	10/01/1979	10/01/1979		
<u>Acordo Brasil-Nigéria sobre Serviços Aéreos entre seus Respective Territórios e Além.</u>	10/01/1979	18/10/1991	336	11/11/1991
<u>Protocolo sobre Agricultura</u>	17/11/1983	09/12/1983		
<u>Memorando de Entendimento</u>	08/11/2000	08/11/2000		

<u>Relativo a Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum</u>				
<u>Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Saúde</u>	03/03/2004	03/03/2004		
<u>Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Agricultura</u>	12/04/2005	12/04/2005		

Quênia

Título	Data de celebração	Entrada em Vigor	Promulgação	
			Decreto nº	Data
Acordo de Intercâmbio Cultural.	02/02/1973	15/10/1973	73271	10/12/1973
Acordo de Cooperação Técnica.	02/02/1973	15/10/1973	73271	10/12/1973
<u>Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Políticas</u>	07/03/2005	07/03/2005		
<u>Cooperação Esportiva</u>	12/08/2005	12/08/2005		
<u>Acordo para Estabelecimento de Comissão Mista para Cooperação</u>	12/08/2005	12/08/2005		

Congo

Convenção Geral de Cooperação Econômica, Comercial, Técnica, Científica e Cultural.	09/11/1972	19/09/1980	84624	09/04/1980
Protocolo para o Estabelecimento de Serviços Aéreos.	28/02/1973	28/02/1973		
Acordo Comercial.	28/02/1973	19/06/1976	78106	22/07/1976
Acordo de Cooperação Cultural.	28/02/1973	19/06/1976	78348	31/08/1976
Acordo de Cooperação Técnica e Científica.	28/02/1973	19/06/1976	78081	19/07/1976
Protocolo Complementar à Convenção Geral de Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Cultural, de 09 de novembro de 1972, Pertinente à Abertura e Exploração da Mina e Ouro D7 Kanga, do "Office Des Mines D'or de Kilo-Moto".	17/02/1987	17/02/1987		
<u>Protocolo para o Estabelecimento de Serviços Aéreos</u>	28/02/1973	28/02/1973		

Rep Democrática do congo (ex- Zaire)

Convenção Geral de Cooperação Econômica, Comercial, Técnica, Científica e Cultural.	09/11/1972	19/09/1980	84624	09/04/1980
---	------------	------------	-------	------------

Protocolo para o Estabelecimento de Serviços Aéreos.	28/02/1973	28/02/1973		
Acordo Comercial.	28/02/1973	19/06/1976	78106	22/07/1976
Acordo de Cooperação Cultural.	28/02/1973	19/06/1976	78348	31/08/1976
Acordo de Cooperação Técnica e Científica.	28/02/1973	19/06/1976	78081	19/07/1976
Protocolo Complementar à Convenção Geral de Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Cultural, de 09 de novembro de 1972, Pertinente à Abertura e Exploração da Mina e Ouro D7 Kanga, do "Office Des Mines D'or de Kilo-Moto".	17/02/1987	17/02/1987		
<u>Protocolo para o Estabelecimento de Serviços Aéreos</u>	28/02/1973	28/02/1973		
<u>Ajuste Complementar à Convenção Geral de Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Cultural, de 09 de novembro de 1972, no Setor dos Transportes.</u>	17/02/1987	17/02/1987		

São Tomé e Príncipe

Título	Data de celebração	Entrada em Vigor	Promulgação	
			Decreto nº	Data
Memorandum das Conversações entre o Ministério da Agricultura do Brasil e do Ministério da Agricultura da República Democrática de São Tomé e Príncipe.	07/05/1982	07/05/1982		
<u>Acordo Cultural.</u>	26/06/1984	27/06/1991	337	11/11/1991
<u>Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica.</u>	26/06/1984	21/12/1987	95943	21/04/1988
<u>Acordo Geral de Cooperação.</u>	26/06/1984	20/01/1992	471	09/03/1992
<u>Acordo sobre Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais e de Serviços (no âmbito da CPLP)</u>	17/07/2000	11/09/2003		
<u>Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica para Implementação do Projeto "Apoio ao Ministério da Saúde de São Tomé e</u>	02/12/2000	02/12/2000		

<u>Príncipe na Prevenção às DST/AIDS".</u>				
<u>Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação na Área de Educação para a Implementação do Projeto "Alfabetização Solidária em São Tomé e Príncipe".</u>	30/07/2001	30/07/2001		
<u>Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Saúde</u>	02/11/2003	02/11/2003		
<u>Acordo de Cooperação Esportiva</u>	02/11/2003	02/11/2003		
<u>Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica para Implementação do Projeto "Construção Institucional e Metodologia da Extensão Rural como Estratégia de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar em São Tomé e Príncipe"</u>	02/11/2003	02/11/2003		
<u>Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica para Implementação do "Projeto de Apoio ao Desenvolvimento da Área Agrícola da República Democrática de São Tomé e Príncipe"</u>	02/11/2003	02/11/2003		
<u>Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica para Implementação do Projeto "Bolsa-Escola em São Tomé e Príncipe"</u>	02/11/2003	02/11/2003		
<u>Emenda ao Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação para Implementação na Área de Educação para a Implementação do Projeto "Alfabetização Solidária em São Tomé e Príncipe"</u>	02/11/2003	02/11/2003		
<u>Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica no Domínio do Setor Petrolífero</u>	02/11/2003	02/11/2003		
<u>Protocolo de Intenções</u>	02/11/2003	02/11/2003		

<u>sobre Cooperação Educacional</u>				
<u>Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe para a Implementação do Projeto Ações de Prevenção e Controle do Vírus da Deficiência Imunológica Humana e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Hiv/Aids) em São Tomé e Príncipe</u>	18/08/2005	18/08/2005		
<u>Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto " Implementação do Programa de Alimentação Escolar em São Tomé e Príncipe"</u>	26/3/2007	26/3/2007		
<u>Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para a Implementação do Projeto "Formação de Professores em Exercício em São Tomé e Príncipe"</u>	26/3/2007	26/3/2007		
<u>Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto "Implantação de Data Center para Apoio aos Serviços e Sistemas do Governo de São Tomé e Príncipe"</u>	26/3/2007	26/3/2007		
<u>Protocolo de Intenções sobre Cooperação na Área de Relações Exteriores</u>	26/3/2007	26/3/2007		
<u>Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto " Apoio ao Desenvolvimento da Produção de Artesanato em São Tomé e Príncipe</u>	26/3/2007	26/3/2007		
<u>Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto " Apoio ao Desenvolvimento</u>	26/3/2007	26/3/2007		

Urbano em São Tomé e Príncipe"

Senegal

Acordo Comercial.	23/09/1964	11/04/1967	60829	08/06/1967
<u>Acordo Cultural.</u>	23/09/1964	23/06/1967	61687	13/11/1967
<u>Acordo de Cooperação Técnica.</u>	21/11/1972	16/01/1974	73720	01/03/1974
Protocolo de Aplicação do Acordo Cultural de 23 de setembro de 1964.	22/11/1972	22/11/1972		
Protocolo sobre Cooperação nas Áreas de Cinema, Rádio e Televisão, Adicional ao Acordo Cultural de 23 de setembro de 1964.	02/02/1979	02/02/1979		
<u>Acordo de Cooperação para o Estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Políticas.</u>	19/06/2002	19/06/2002		
<u>Protocolo de Intenções na Área de Saúde.</u>	19/06/2002	19/06/2002		
<u>Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área do Controle Biológico de Gafanhotos</u>	16/01/2005	16/01/2005		
<u>Programa Executivo Cultural 2005-2008</u>	14/04/2005	14/04/2005		
<u>Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos ou de Serviço</u>	14/04/2005	14/05/2005		
<u>Protocolo de Intenções no Domínio da Proteção e Promoção dos Direitos Humanos e Inclusão Social</u>	09/06/2005	09/06/2005		
<u>Memorando de Entendimento nas Áreas de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Rural</u>	09/06/2005	09/06/2005		
<u>Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica na Área de Controle Biológico de Gafanhotos</u>	16/05/2007	16/05/2007		
<u>Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para a Implementação do Projeto " Apoio ao Programa Nacional de Biocombustíveis no Senegal"</u>	16/05/2007	16/5/2007		
<u>Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica relativo à Implementação do Projeto de Capacitação Técnica em Sistemas de Produção de Pecuária de Corte e de Leite no Senegal</u>	16/05/2007	16/05/2007		

<u>Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para a Implementação do Projeto " Apoio ao Desenvolvimento da Horticultura no Senegal"</u>	16/05/2007	16/05/2007
--	------------	------------

Tanzânia

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Promulgação	
			Decreto nº	Data
<u>Acordo para o Estabelecimento de uma Comissão Mista Permanente de Cooperação</u>	15/05/2006	15/05/2006		

Togo

Título	Data de celebração	Entrada em Vigor	Promulgação	
			Decreto nº	Data
<u>Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica.</u>	03/11/1972	29/10/1973	73896	05/04/1974
Acordo Cultural.	03/11/1972	29/10/1973	73896	05/04/1974

ZÂMBIA

Título	Data de celebração	Entrada em Vigor	Promulgação	
			Decreto nº	Data
<u>Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio.</u>	05/06/1980	27/03/1986	92660	16/05/1986

Zimbábue

Título	Data de celebração	Entrada em Vigor	Promulgação	
			Decreto nº	Data
<u>Acordo Comercial.</u>	20/06/1988	20/06/1990	39	15/02/1991
<u>Acordo para o Estabelecimento de Comissão Mista Permanente de Cooperação</u>	10/09/2006	10/09/2006		

Anexo II

Questionário da pesquisa

1. O senhor alguma vez participou do processo decisório das políticas externas do Brasil nos primeiros anos do governo Lula? E da elaboração?
2. Tem conhecimento dos tramites das agendas? Quem elabora? Quem encaminha? Para quem é encaminhado após a análise presidencial? Toda agenda passa pela presidência?
3. O senhor tem conhecimento se no primeiro governo de Lula, a política externa era centralizada pelo presidente? Quais outros membros do governo participavam dessa comunidade de política externa?
4. Chegou a seu conhecimento sobre qual era a maior preocupação na elaboração da política externa para a África subsaariana?
5. Havia consultas à comunidade de relações internacionais brasileira para subsidiar o processo decisório?
6. Na sua percepção, a política externa para a África subsaariana foi conduzida a contento no primeiro governo Lula?
7. Em sua opinião, o presidente Lula melhorou substancialmente as relações com os países subsaarianos?
8. Na sua atuação parlamentar o senhor tem alguma participação nas relações bilatérias com os países subsaarianos?
9. A Câmara dos Deputados participa de que forma na elaboração da política externa brasileira para a África subsaariana?
10. Por que o Câmara dos Deputados tem uma participação pequena na elaboração das políticas externas?